

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CAMPUS DE ASSIS**

FERNANDO SHIN-ICHI YABU KATO

**ENTRE TERRAS E SENHORES:
relações de trabalho no sertão do Paranapanema (1883-1909)**

**ASSIS
2026**

FERNANDO SHIN-ICHI YABU KATO

**ENTRE TERRAS E SENHORES:
relações de trabalho no sertão do Paranapanema (1883-1909)**

Dissertação apresentada à
Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Ciências e
Letras de Assis (FCL-Assis), para a
obtenção do título de Mestre em História
(Área de Conhecimento: Política: ações
e representações).

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar
Gonçalves.

Bolsista: Fundação de Amparo à
Pesquisa do Estado de São Paulo
(Fapesp, processo nº 2024/02183-0).

ASSIS

2026

K19e

Kato, Fernando Shin-Ichi Yabu

Entre terras e senhores: relações de trabalho no sertão do Paranapanema (1883-1909) / Fernando Shin-Ichi Yabu Kato. -- Assis, 2026

128 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis

1. Sertão do Paranapanema. 2. Trabalho. 3. Terra. 4. Fronteiras. 5. Processos-crime. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Dados fornecidos pelo autor(a).

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE FERNANDO SHIN-ICHI YABU KATO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 12 de maio de 2026, às 14h, no(a) Sala de Defesas da Pós-graduação e sala virtual: meet.google.com/ihy-sjqu-mpm, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de FERNANDO SHIN-ICHI YABU KATO, intitulada "ENTRE TERRAS E SENHORES: relações de trabalho no sertão do Paranapanema (1883-1909)". A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. PAULO CESAR GONÇALVES (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) UNESP / Câmpus de Assis - FCLAs, Prof. Dr. PEDRO PARGA RODRIGUES (Participação Presencial) do(a) UNESP / Câmpus de Assis - FCLAs, Prof. Dr. LELIO LUIZ DE OLIVEIRA (Participação Virtual) do(a) Universidade de São Paulo (USP/Ribeirão Preto), Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Prof. Dr. PAULO CESAR GONÇALVES

*Aos que conhecem o abismo de se
sentirem reféns de algo maior que suas
próprias vontades*

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação não teria sido possível sem o apoio e a contribuição de diversas pessoas e instituições, às quais deixo registrado meus sinceros agradecimentos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À FAPESP, processo nº 2024/02183-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Cesar Gonçalves, por ter gentilmente acolhido esta pesquisa. Sua orientação atenta, a leitura cuidadosa e as contribuições ao longo de todo o processo de pesquisa e escrita foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Aos professores Pedro Parga Rodrigues e Lelio Luiz de Oliveira, participantes da banca examinadora, meus sinceros agradecimentos pelas valiosas sugestões e críticas, que contribuíram significativamente para o aprofundamento e aprimoramento desta dissertação.

Agradeço também a colaboração dos funcionários e técnicos da UNESP. Em especial, agradeço aos técnicos e funcionários do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa “Profª. Drª. Anna Maria Martinez Corrêa” (CEDAP), Ana Eliza, Rodrigo e Carolina, pela disponibilidade e acolhimento durante a consulta às fontes documentais, sem os quais esta pesquisa não teria sido possível. Agradeço ainda aos funcionários da biblioteca, em especial ao Auro Sakuraba, que gentilmente me apresentou a obra de Amador Nogueira Cobra, fonte fundamental para esta pesquisa.

Aos colegas e amigos construídos ao longo da trajetória acadêmica, pela troca de experiências e pelo apoio nos momentos mais difíceis, e aos amigos de Araçatuba, pelas risadas e conversas que tornaram esse percurso mais leve, os meus agradecimentos.

À minha família, pelo apoio constante, pela compreensão e pelo incentivo ao longo de toda a trajetória, desde a graduação, cuja conclusão foi possível graças ao seu apoio e presença.

Agradeço, por fim, de modo especial, à minha companheira, Ana Beatriz, por ter vivido comigo as angústias e conquistas deste percurso, pelo apoio incondicional nos momentos mais difíceis e pelo auxílio na revisão deste trabalho. Ao seu lado, essa caminhada se tornou não apenas possível, mas também mais leve e cheia de sentido.

KATO, Fernando Shin-Ichi Yabu. Entre terras e senhores: relações de trabalho no sertão do Paranapanema (1883-1909). 2026. 128f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2026.

RESUMO

A dissertação analisa as relações de trabalho no contexto de expansão da fronteira agrícola no final do século XIX e início do XX, tomando como recorte espacial o Sertão do Paranapanema, ampla faixa territorial situada no sudoeste do estado de São Paulo, entre o rio Paranapanema e as últimas ramificações da Serra de Botucatu. Historicamente situado como um espaço fronteiriço, essa região configurou-se, ao longo do período, como área de ocupação recente, marcada pela presença de diferentes agentes sociais e pela redefinição constante de suas dinâmicas econômicas e sociais. O recorte temporal abrange os anos de 1883 a 1909. O ano de 1883 corresponde ao registro do primeiro processo criminal na região, além de assinalar o início de um período de transição, quando o espaço passa a ser alvo de interesses de agentes externo. Já o ano de 1909 marca uma inflexão importante nesse processo, com a intensificação da expansão da malha ferroviária, que alcança a região de Santa Cruz do Rio Pardo, imprimindo novo ritmo à ocupação e à integração regional, em curso desde a década de 1880. Esse intervalo abrange, ainda, um período marcado por transformações mais amplas, como os debates em torno da imigração, a desestruturação do sistema escravista, a mobilização da população no processo de consolidação do trabalho livre assalariado e a expansão das relações capitalistas no campo. Nesse contexto, a pesquisa investiga as formas de organização do trabalho, os conflitos nas relações de trabalho, dependência e as estratégias mobilizadas pelos diferentes agentes sociais, atentando para as tensões inerentes a um espaço em processo de ocupação e redefinição. A análise se fundamenta na leitura seriada e qualitativa dos processos criminais da Comarca de Campos Novos do Paranapanema, unidade administrativa responsável pela jurisdição da região, complementada por obras memorialísticas, relatos de viajantes e outros tipos documentais. A partir desse conjunto documental, conclui-se que as relações sociais no Sertão do Paranapanema eram estruturadas por uma rede de sociabilidade fortemente marcada pela dependência, na qual os indivíduos se encontravam inseridos em um contexto de desigualdades e limitações no acesso aos meios de reprodução material, dependência historicamente característica na estrutura agrária brasileira. Ainda assim, os trabalhadores não se restringiram a uma posição passiva, mobilizando, no interior das possibilidades historicamente disponíveis, diferentes formas de ação.

Palavras-chave: Sertão do Paranapanema; trabalho; terra; fronteiras; processos-crime

KATO, Fernando Shin-Ichi Yabu. Between lands and lords: labor relations in Vale do Paranapanema (Brazil, 1883-1909). 2026. 128p. Thesis (Masters in History). School of Sciences, Humanities and Languages, São Paulo State University, Assis, 2026.

ABSTRACT

This dissertation analyzes labor relations within the context of the expanding agricultural frontier during the late 19th and early 20th centuries, focusing on the Sertão do Paranapanema, a vast territory strip located in southwestern São Paulo State, between the Paranapanema River and the final stretches of the Botucatu Mountains. Historically situated as a frontier space, this region emerged during this period as a recently occupied area, characterized by the presence of diverse social agents and the constant redefinition of its economic and social dynamics. The temporal scope covers the years 1883 to 1909. The year 1883 marks the registration of the region's first criminal case and signals the beginning of a transition period when the area became a target for external interests. The year 1909 represents a significant turning point with the intensification of the railway expansion reaching the Santa Cruz do Rio Pardo region, imposing a new pace on the occupation and regional integration that had been underway since the 1880s. This interval also encompasses broader transformations, such as debates on immigration, the dismantling of the slave system, the mobilization of the population in the consolidation of free wage labor, and the expansion of capitalist relations in the countryside. In this context, the research investigates forms of labor organization, conflicts in labor and dependency relations, and the strategies deployed by different social agents, paying close attention to the tensions inherent in a space undergoing occupation and redefinition. The analysis is based on a serial and qualitative reading of criminal court records from the District of Campos Novos do Paranapanema, the administrative unit responsible for the region, complemented by memoirs, travelogues, and other documentary sources. Based on this documentary corpus, the study concludes that social relations in the Sertão do Paranapanema were structured by a network of sociability heavily marked by dependency. Individuals were embedded in a context of inequality and limited access to the means of material reproduction, a dependency historically characteristic of the Brazilian agrarian structure. Nevertheless, workers were not passive; they mobilized different forms of action within the historically available possibilities.

Keywords: Sertão do Paranapanema; labor; land; frontiers; criminal cases.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Mapa da divisão administrativa do Estado de São Paulo (1889), com destaque para a região de Campos Novos do Paranapanema.....	14
Figura 2 – Foto dos gados de Domingos Medeiros.....	44
Figura 3 – Mapa da Província de São Paulo, de 1886.....	48
Figura 4 – Foto de Francisco Sanches de Figueiredo, coronel da região no período.....	60
Figura 5 – A penetração e posse dos mineiros no Vale do Paranapanema (séc. XIX).....	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – Ocupação e colonização: da formação territorial brasileira à região do Sertão do Paranapanema	24
1.1. Ocupação do território brasileiro: panorama histórico	25
1.2. Os mineiros, plantadores de cidades	32
1.3. A ocupação do Sertão do Paranapanema	36
CAPÍTULO 2 – Os meandros do poder local: o mandonismo e a mobilização dos dependentes no Sertão do Paranapanema	54
2.1. Mandonismo e coronelismo: panorama histórico	55
2.2. Sob o julgo da dependência: o mandonismo no Sertão do Paranapanema	58
2.3. Sob o julgo da expansão: expropriação e confronto sobre as terras do Sertão indígena	67
2.4. Sob o julgo da ilegalidade: grilagem e controle fundiário no Novo Eldorado	73
CAPÍTULO 3 – Dimensões de uma resistência possível	83
3.1. Os trabalhadores nacionais: panorama histórico	84
3.2. Entre dependência e equidade: práticas de resistência e negociação social	88
3.3. Vadiagem e seu recuo: uma hipótese sobre a dinâmica regional	95
3.4. Resistência negra no Sertão: Caso Manoel João	98
3.5. Entre terra e o céu: a resistência messiânica	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	120

INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta pesquisa se relaciona, em parte, a investigações anteriores desenvolvidas sobre a região de Campos Novos do Paranapanema. Durante a graduação, foi realizada uma pesquisa de iniciação científica entre 2022 e 2023, intitulada “*Vivências da população afrodescendente nos anos subsequentes à Abolição: sociabilidades e conflitos em Campos Novos do Paranapanema (1900–1920)*”.¹

Na pesquisa, contudo, o escamoteamento das cores dos indivíduos nas fontes, impôs limites à análise, pois se tratava de um fenômeno frequente nos registros documentais após a Abolição. Com o fim do estatuto jurídico da escravidão, essas classificações perderam parte de sua função administrativa e legal. Como consequência, a identificação racial dos sujeitos tornou-se menos recorrente na documentação, restringindo o alcance da investigação.²

Em razão desses limites, optamos por ampliar o foco analítico da pesquisa. Para isso, adotamos o deslocamento da população negra para o interior de uma categoria mais ampla, a de trabalhadores nacionais. Buscamos entendê-la como uma camada social fluida e diversa, formada por indivíduos que, embora juridicamente livres, não ocupavam posições de prestígio político e viviam sob diferentes formas de escassez de recursos.³ Tal deslocamento permitiu não apenas a reinterpretação dos fenômenos anteriormente observados, como também a apreensão mais abrangente das dinâmicas sociais locais sem perder de vista as diferenciações internas, entre elas as de ordem racial. Nesse sentido, este estudo constitui uma continuidade da pesquisa anterior, tendo como objetivo buscar analisar como se configuravam as relações de trabalho na região de Campos Novos do Paranapanema.

O recorte temporal, no entanto, foi modificado de modo a contemplar de forma mais adequada esse processo, sendo delimitado entre 1883, ano do

¹ Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/UNESP), 2022–2023. Projeto nº 6081, Edital 4/2022.

² Sobre esse fenômeno, ver: MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, cap. “A cor inexistente”.

³ A categoria de trabalhadores nacionais tem sido mobilizada pela historiografia como forma de apreender essa camada social, conforme discutido por Peter Eisenberg em *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989, especialmente no capítulo 9, O homem esquecido: o trabalhador livre nacional no século XIX sugestão para uma pesquisa.

primeiro processo criminal registrado na região, e 1909, momento em que a malha ferroviária passa a se ramificar de forma mais intensa, alcançando a área de Santa Cruz do Rio Pardo. Esse processo marca uma inflexão importante, na medida em que imprime novo ritmo à ocupação e à integração regional, já em curso desde a década de 1880. Tal opção mostrou-se particularmente pertinente por abarcar um período marcado por transformações significativas, como os debates em torno da imigração, a desestruturação do sistema escravista, a mobilização da população no processo de consolidação do trabalho livre, bem como a expansão da fronteira agrícola, impulsionada pelo avanço das relações capitalistas.

O recorte espacial, por sua vez, permanece centrado na região de Campos Novos do Paranapanema, unidade administrativa que compõe na grande parte do período analisado a comarca da região. Trata-se de uma área cuja ocupação teve início em meados do século XIX, caracterizando-se como uma zona de fronteira no final do século XIX e início do século XX. Ao longo deste período, acompanhando o próprio processo de consolidação da ocupação, a localidade passou por importantes transformações político-administrativas.

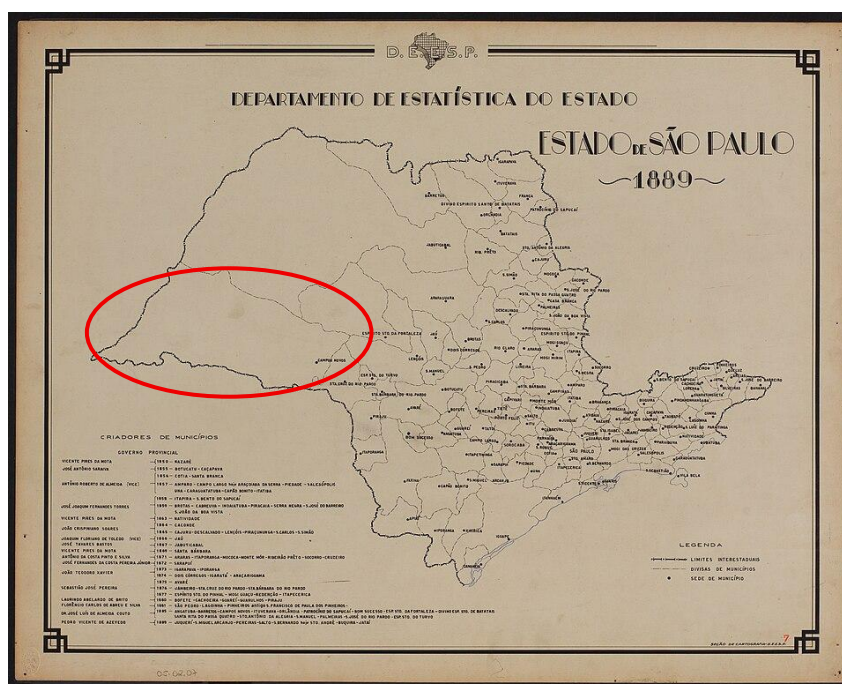
A mais antiga vila da região, São José dos Campos Novos, foi inicialmente elevada à condição de distrito em 1880, estando subordinada ao município de Santa Cruz do Rio Pardo. Posteriormente, a localidade foi emancipada em 1885, tornando-se município autônomo com a denominação de Campos Novos do Paranapanema. Em 1906, foi elevada à categoria de cidade, consolidando sua posição administrativa na região. Ao longo das décadas seguintes, sua estrutura territorial passou por novas modificações, com a criação e posterior desmembramento de distritos, como o de Conceição de Monte Alegre no ano de 1896, Platina, em 1915, Palmital em 1919. Da mesma forma, em 1918, perdeu sua condição de sede de comarca para a cidade de Assis, além de ter sua denominação alterada para Campos Novos, em 1921, evidenciando a contínua reconfiguração de seu espaço administrativo.

A delimitação, nesse sentido, não é rígida, uma vez que a atribuição de uma fronteira precisa poderia resultar em um recorte artificial e pouco produtivo para a compreensão de uma fronteira em constante transformação. Privilegiou-se, portanto, uma abordagem mais flexível, capaz de acompanhar as transformações do espaço e apreender suas especificidades para além de

limites formais. Desse modo, optamos por caracterizar a área analisada como um “Sertão”.

A denominação “Sertão” se trata de uma categoria histórica e relacional, não correspondendo a uma divisão político-administrativa formal. Projetado por atores externos, o termo indicava áreas percebidas como periféricas em relação aos centros de produção e circulação econômica. À medida que a ocupação avançava, os limites dessa categoria se deslocavam, redefinindo quais espaços eram considerados integrados ou marginais. Essa representação, em dados momentos, foi incorporada pelos próprios habitantes, influenciando suas práticas de uso da terra e estratégias de ocupação, e constituindo elemento de identidade coletiva, ainda que de modo condicionado e móvel, em função das transformações na ocupação e na circulação econômica da região. Assim, utilizamos o termo de modo a evidenciar a fluidez de seus contornos e a indefinição que caracteriza esse espaço.⁴

Figura 1. Mapa da divisão administrativa do Estado de São Paulo (1889), com destaque para a região de Campos Novos do Paranapanema



⁴ Sobre a concepção histórica do termo “sertão”, ver CHIACHIRI FILHO, José. *Do sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto (SP): Ribeira Gráfica e Editora, 1986, p.40; CORRÊA, Anna Maria Martinez. *Poder local e representatividade político-partidária no Vale do Paranapanema*. Tese (Livre-docência – História) – Instituto de Letras, História e Psicologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 1988, p. 51.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

As fontes principais desta pesquisa são os processos criminais da comarca de Campos Novos do Paranapanema, cuja jurisdição abrangia a região aqui compreendida como sertão. O total são de 121 processos criminais disponíveis no acervo do Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa “Dra. Anna Maria Martinez Côrrea” (Cedap) da Unesp Campus de Assis, entre o período de 1883 a 1909.

Essas fontes se configuram como particularmente relevantes para a análise das relações sociais e de trabalho no período em virtude da escassez de documentação que permita acessar o cotidiano das camadas populares no período. Os processos criminais, ao reunir diversos depoimentos incluindo vozes de diferentes segmentos sociais, são fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais, na medida em que constituem um dos poucos espaços em que a população pobre aparece de forma mais direta, ainda que mediada pelas estruturas judiciais. Tais fontes permitem apreender aspectos do cotidiano, das relações de trabalho e das tensões sociais que dificilmente emergem em outros tipos de documentação.⁵

A opção por um conjunto amplo de documentos, por sua vez, se relaciona tanto às características do acervo quando ao aspecto metodológico desta pesquisa. A descrição das fontes no acervo apresenta informações bastante sumárias, centrado no número de processo, o ano e o tipo de crime e o réu, não permitindo a percepção prévia das particularidades dos processos criminais.

Quanto ao aspecto metodológico, o uso de grande número de processos buscou privilegiar os aspectos das relações sociais locais a partir das regularidades neles presentes. A recorrência de determinados tipos de conflitos e situações possibilita identificar padrões de conduta, bem como valores, representações e comportamentos sociais, viabilizando a construção de um panorama mais amplo das dinâmicas sociais, algo que dificilmente seria alcançado a partir da análise de um número reduzido de casos. Além disso, essa regularidade permite, quando articulado aos processos com características

⁵ ZARTH, Paulo Afonso. A importância dos arquivos no poder judiciário para a pesquisa histórica in *Revista História Social*. Campinas: Unicamp, n.21, 2011, p. 24-25.

singulares evidenciar as tensões e rupturas permitindo uma compreensão mais aprofundada das dimensões sociais da realidade analisada.

Buscamos, assim, articular a análise seriada de um amplo conjunto de processos com o exame de casos particulares. Embora os resultados dessa análise não sejam apresentados ao longo do texto sob a forma de tabelas ou gráficos, esse procedimento metodológico foi fundamental para a identificação de regularidades, tendências e padrões recorrentes na documentação. Dessa maneira, a análise seriada constituiu um instrumento de orientação da pesquisa, subsidiando as interpretações e conclusões desenvolvidas nos capítulos que se seguem.

Com a análise articulada desses processos criminais, no entanto, não buscamos reconstituir a realidade local, mas construir uma interpretação sobre o contexto e as relações sociais nele desenvolvidas no período proposto. Isso se deve ao fato de que os relatos neles produzidos não constituem registros diretos dos acontecimentos, mas narrativas mediadas, filtradas e disputadas no interior de um campo institucional. Nesse sentido, os depoimentos são reescritos, enquadrados por categorias jurídicas e frequentemente marcados por interesses, coerções e preconceitos, resultando em versões conflitantes dos fatos. Assim, mais do que refletirem a realidade de forma transparente, esses documentos expressam interpretações socialmente situadas dos eventos.⁶

Para além dos processos criminais, foram utilizadas, para esta pesquisa, duas obras de caráter memorialístico. A primeira é o livro *Em um recanto do sertão paulista*, de Amador Brandão Nogueira Cobra.⁷ Formado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, o autor atuou como fazendeiro no sertão do Paranapanema entre o final do século XIX e 1907, ano de seu falecimento. Antes de se estabelecer na região, exerceu o cargo de deputado estadual. Foi, ainda,

⁶ Sobre os limites e potencialidades dos processos criminais como fonte, ver: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012; CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983; MONSMA, Karl Martin. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFScar2021; ZARTH, Paulo Afonso. A importância dos arquivos no poder judiciário para a pesquisa histórica in *Revista História Social*. Campinas: Unicamp, n.21, p. 13-25, 2011.

⁷ COBRA, Amador Nogueira. *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo: typ Hennies Irmãos, 1923.

pai de Ercília Nogueira Cobra, importante escritora brasileira do início do século XX.

Na obra, o autor aborda o contexto político local, o processo de povoamento da região, o extermínio das populações indígenas e, sobretudo, as questões relacionadas à terra, tema central de sua narrativa. Trata-se, portanto, de um relato que, ao mesmo tempo em que registra aspectos da ocupação regional, expressa a perspectiva de um agente diretamente envolvido nesses processos.

A segunda obra analisada é *Esboço histórico da Alta Sorocabana*, de Bruno Giovannetti.⁸ O autor, imigrante italiano, chegou ao Brasil na década de 1910, fixou-se na região da Alta Sorocabana, na cidade de Campos Novos, estabelecendo-se com sua família. Nela desenvolveu diversas atividades profissionais e intelectuais, a principal como engenheiro na construção da estrada de ferro que passaria por ela.

Durante essa estadia, escreveu diferentes textos sobre a região, entre os quais se destaca a obra aqui analisada. Nela, Bruno Giovannetti mobiliza não apenas suas próprias experiências, mas também outros escritos, entre os quais se incluem os de Amador Nogueira Cobra, construindo uma narrativa sobre a região por meio de um exercício de elaboração da memória, no qual seleciona, organiza e interpreta acontecimentos e processos históricos, produzindo uma determinada representação do passado. Conforme observa Elisângela Piva Fantin em sua dissertação intitulada *Memória em retalhos*, essa escrita representou um esforço deliberado do autor de registrar aspectos de sua trajetória, especialmente no âmbito profissional e intelectual, buscando, ao mesmo tempo, construir e projetar uma imagem positiva de si.⁹

Essas obras de caráter memorialístico, no entanto, mereceram cuidados específicos quanto ao rigor analítico de seu conteúdo. Como destaca Jacques Le Goff, a memória não constitui um repositório neutro do passado, mas um campo de disputas, socialmente construído e profundamente relacionado às

⁸ GIOVANETTI, Bruno. *Esboço histórico da Alta Sorocabana*. São Paulo: Imprensa gráfica da Revista dos Tribunais, 1943.

⁹ Sobre a trajetória de Bruno Giovannetti e seus escritos, ver: FANTIN, Elisângela Piva. *Memória em retalhos: Bruno Giovannetti entre o profissional e o intelectual (1917-1955)*. 2009. 179 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2009.

relações de poder. Nesse sentido, os silêncios, as seleções e os enquadramentos presentes nesse tipo de fonte são reveladores das intenções e dos interesses de seus autores.¹⁰

Assim, tais produções não são tomadas como relatos factuais do passado, mas como construções situadas. Essas obras expressam determinadas perspectivas sobre os acontecimentos narrados, exigindo, portanto, uma leitura crítica e contextualizada. Nesse sentido, tomamos cuidado na análise das duas publicações, sobretudo da obra de Amador Nogueira Cobra, por se tratar de um agente diretamente envolvido nas disputas relativas à região.

Na condição de fazendeiro e participante ativo do processo de ocupação e valorização das terras, sua narrativa expressa posicionamentos que dialogam com seus próprios interesses e com o grupo social ao qual estava vinculado. Além disso, participou ativamente da vida política local, envolvendo-se nas disputas que marcaram a dinâmica política e social da localidade, e atuou também como advogado na região, o que reforça ainda mais sua inserção nos mecanismos de poder e nas tensões que permeavam aquele contexto.

Tal perspectiva se torna evidente na forma como o autor constrói distinções entre os diferentes agentes presentes no processo de ocupação. Enquanto direciona críticas aos grileiros e especuladores que chegaram posteriormente à região, associados à desordem e à instabilidade, tende a valorizar os posseiros iniciais, descrevendo-os de maneira positiva. Dessa forma, sua narrativa não apenas descreve o processo de ocupação, mas também constrói uma representação específica desse passado, na qual determinados grupos são legitimados, enquanto outros são desqualificados, evidenciando os interesses e as disputas subjacentes à produção dessa memória.

Além dessas obras de caráter memorialístico, foram também utilizados relatos de viajantes que percorreram a região entre o final do século XIX e o início do século XX.¹¹ Incluem-se nesse conjunto documental relatórios

¹⁰ LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 426-427.

¹¹ Os relatos de viagem mobilizados nesta pesquisa são: KRUG, Edmundo. Os índios das margens do Paranapanema. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 21, p. 317-347, 1924; KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema: excursão realizada no ano de 1905. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 23, p. 367-461, 1925; MOURA, Gentil. Comissão Geographica e Geológica do Estado de S. Paulo.

produzidos no âmbito da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, resultantes de expedições realizadas em 1886 e 1906, voltadas ao reconhecimento e levantamento das condições da região, e relatos dos engenheiros Cornélio Schmidt e Edmundo Krug, que estiveram em excursão na região em 1904 e 1905, respectivamente.

Esses registros, produzidos em grande medida no contexto de expansão da economia cafeeira e dos esforços de integração da região aos circuitos do capitalismo, estavam alinhados aos interesses de reconhecimento, ocupação e exploração do território. Por essa razão, oferecem descrições particularmente relevantes sobre os aspectos naturais, geográficos, sociais e econômicos da região. No caso dos relatórios produzidos no âmbito da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, trata-se de levantamentos de caráter mais sistemático, marcados pela preocupação com a coleta e organização de dados, incluindo análises mais detalhadas sobre aspectos como agricultura, indústria e comércio local. Já os relatos dos engenheiros, como Edmundo Krug e Cornélio Schmidt, apresentam um caráter mais descritivo, baseando-se sobretudo em impressões e observações gerais acerca da paisagem, dos modos de vida e das características das localidades, sem maior aprofundamento nas dimensões econômicas.

Ainda assim, tais fontes, assim como as obras de caráter memorialístico, exigiram uma análise cuidadosa. Isso porque os olhares a partir dos quais esses relatos foram produzidos não são neutros, mas orientados por intenções e interesses específicos de seus autores. Em grande medida, a mesma condição que permite apreender aspectos da região também implicou a construção de discursos específicos sobre a localidade, em especial sobre a sua população.

Nos relatórios, a economia local foi frequentemente representada de maneira pejorativa, sendo associada a noções como isolamento, degeneração e pobreza. Essas categorias operaram como estratégia de ressaltar as mazelas

Relatório da exploração do rio do Peixe. 2ª edição. São Paulo: typologia Brasil de Rothschild & Cia, 1913; SAMPAIO, Theodoro. Boletim da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo – *Considerações geográficas e econômicas sobre o Vale do Rio Paranapanema*. São Paulo: Leroy King Bookwalter, Typ. King, 1890; SCHMIDT, Cornélio. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904: notas etnográficas do Prof. Herbet Baldus e apontamentos históricos do Dr. Edgard Lacerda de Andrade. Prefácio de Carlos Borges Schmidt. *Anais do Museu Paulista*, Tomo XV. São Paulo: Museu Paulista, 1961.

da região e, ao mesmo tempo, legitimar propostas de modernização pautadas na adoção de um modelo agrícola voltado ao mercado externo.

A população local, no interior desse discurso, também foi frequentemente retratada como incapaz de se adequar à ordem social projetada. Assim, tanto os grupos indígenas quanto os sertanejos locais foram percebidos como inadequados a essa ordem, moderna, capitalista e progressiva, marcada, entre outros aspectos, pelo controle do tempo e pela disciplinarização das formas de trabalho.

Buscamos problematizar tais representações, compreendendo-as à luz das transformações históricas em curso como produções situadas, elaboradas a partir de determinados interesses e objetivos. Assim, essas narrativas foram analisadas como expressões de um ponto de vista específico, o que permitiu apreender a dinâmica local sem reproduzir as representações que desqualificavam os modos de vida da população da região.

Além dessas fontes, foram também consultados periódicos da época de forma pontual. Os materiais de circulação local no período foram encontrados dentro dos autos de processos judiciais, nos quais sua presença se deve à utilização da imprensa como meio de publicidade de atos oficiais, como convocações de júri e outros editais. Esses registros contribuíram para a contextualização de aspectos específicos da dinâmica local, oferecendo indícios sobre acontecimentos, práticas sociais e representações em circulação no período.

A partir da leitura dessas fontes, buscamos compreender a dinâmica das relações de trabalho na região. Para tanto, orientamos a análise a partir das dimensões clássicas de identificação dos trabalhadores, conforme reformuladas por Marcel van der Linden, utilizando-as como instrumento de leitura do *corpus* documental. Elas permitem a identificação das variações nas relações de trabalho entre o empregador e o empregado, as quais se adotará na pesquisa, sendo elas:

a) A relação entre o empregado ou a empregada e a sua força de trabalho (o empregado ou a empregada está em controle do seu corpo, ou quem o controla é o empregador ou uma terceira parte?);

b) A relação entre o empregado ou a empregada e os seus meios de produção (em que extensão o empregado ou a empregada possui os seus

objetos e instrumentos de trabalho e em que extensão esses objetos e instrumentos são possuídos pelo empregador ou por uma terceira parte?);

c) A relação entre o empregado ou a empregada e os produtos do seu trabalho (em que extensão o resultado do seu esforço pertence ao empregado ou empregada e em que extensão ele pertence a um empregador ou a uma terceira parte?);

d) A relação entre o empregado ou a empregada e outros membros do seu núcleo doméstico (que tipo de dependência social e econômica existe entre o empregado e os outros membros do núcleo doméstico?);

e) A relação entre o empregado ou a empregada e o seu empregador fora do processo imediato de produção (em que extensão o empregado está vinculado por meio de débitos, moradia, etc. ao empregador?);

f) A relação entre o empregado e outros empregados dentro da relação de trabalho (que tipo de dependência social e econômica existe entre o empregado ou a empregada e seus colegas imediatos?).¹²

A aplicação desse instrumental analítico, entretanto, encontrou limites nas próprias características das fontes, especialmente nos autos de processos judiciais. Nesses registros, os indivíduos são frequentemente identificados de maneira genérica, como “lavradores”, o que dificulta uma distinção mais precisa das diferentes posições no interior das relações de trabalho na região. Soma-se a isso a própria mobilidade dos sujeitos, uma vez que indivíduos com o mesmo nome podem aparecer, em diferentes momentos, vinculados a ocupações distintas, o que evidencia tanto a fluidez dessas relações quanto os desafios de identificação presentes na documentação. Essa dificuldade de identificação tornou mais complexa a apreensão das relações de dependência, que muitas vezes permanecem apenas parcialmente visíveis nas fontes.

Ainda assim, mesmo diante dessas limitações, foi possível, a partir da leitura cruzada das fontes e da atenção aos indícios nelas presentes, interpretar aspectos dessas relações e suas formas de organização na localidade. Em alguns casos, esse procedimento permitiu identificar com maior precisão a posição dos indivíduos, possibilitando a compreensão das relações de dependência estabelecidas. A partir dessas situações específicas, tornou-se

¹² LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 30.

possível também inferir, ainda que com cautela, padrões mais gerais dessas relações.

A partir dessas análises, o estudo foi estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo busca analisar os aspectos gerais que marcaram a ocupação da terra no Brasil desde o período colonial, na tentativa de compreender as desigualdades que marcam as relações de trabalho no âmbito rural desde as conformações da estrutura agrária. A região do Sertão do Paranapanema ocupado a partir de meados do século XIX compõe este quadro maior de apropriação de terras sem direito formal que persiste desde o início. Realizada por mineiros a sua ocupação inicial foi marcada por uma economia de excedentes típica do Caipira. O seu rompimento começou a ocorrer justamente a partir do final do século XIX, mais especificamente a partir da década de 1880, quando a região começa a passar por uma fase transitória marcada por interesses.

O segundo capítulo versa sobre como a desigualdade fundiária que se constituiu na região a partir das suas ocupações conformaram o poder local. Especialmente a partir da República esse poder se expressa a partir do coronelismo. Essa constituição do poder local foram fundamentais para as disputas pela terra na região, que inicialmente se deram com os posseiros contra a população indígena local e depois acompanhado por outra disputa contra grileiros e especuladores que passaram a chegar na região com a gradativa valorização que a região passa a receber com a aproximação sobretudo da malha ferroviária e a cafeicultura sobre a região. A análise dessa configuração política local permite lançar luz sobre as relações que se constituíram na região, marcadas por fortes vínculos de dependência, característicos do mandonismo na estrutura agrária brasileira.

O último capítulo, busca examinar a resistência por parte dos trabalhadores locais. Embora marcado por uma estrutura de dominação que se escamoteava em uma relação entre homens iguais e tornava os inexistentes socialmente, esses indivíduos conseguiram achar ainda que de maneira episódica e individual se voltar contra a estrutura de dominância que o afligia. Dentro desse contexto buscamos avaliar também uma hierarquia racial, contra a qual a população negra local buscou à sua maneira reafirmar a sua condição de liberdade no pós-abolição e deu sentido a sua existência. Por fim, embora a

situação local tenha possibilitado em sua maioria apenas resistências de maneira isoladas, a população local conseguiu dar vazão aos seus anseios articulando o aspecto político-social especialmente a partir do religioso, este manifestado a partir da conformação de um movimento messiânico que se verifica na região no ano de 1896.

CAPÍTULO 1

Ocupação e colonização: da formação territorial brasileira à região do Sertão do Paranapanema

Desde o Período Colonial, a formação agrária brasileira se desenvolveu fortemente marcada por práticas recorrentes de apropriação de terras, muitas vezes dissociadas de direitos formais. Esse processo se prolongou ao longo de todo o Período Colonial e persistiu durante o século XIX, continuando a moldar a conformação do espaço agrário brasileiro, caracterizado pelo predomínio da desigualdade fundiária.

Especialmente a partir da mineração, essa apropriação se intensificou e se expandiu com o reavivamento da agricultura no final do século XVIII, impulsionando a ocupação de áreas até então pouco exploradas. Esse processo foi fundamental para a expansão da fronteira territorial.

Na província de São Paulo, esse movimento foi conduzido sobretudo por mineiros ao longo do século XIX, alcançando, nesse contexto, a região então conhecida como Sertão do Paranapanema, a oeste da província paulista. Essas apropriações iniciais foram fundamentais para a constituição de uma base material que viabilizou sua posterior integração aos circuitos econômicos em expansão, sobretudo a partir da década de 1880.

A partir de então, a região passou a sofrer transformações profundas, sobretudo em função do avanço da cafeicultura nas áreas circunvizinhas. Nesse contexto, observavam-se as primeiras iniciativas sistemáticas de reconhecimento e incorporação do território. Sua integração se consolidou nas décadas de 1920 e 1930, quando os ramais ferroviários alcançaram grande parte da região, completando sua inserção nas dinâmicas produtivas em curso.

Essas transformações, contudo, implicaram também o rompimento com padrões anteriores de ocupação e sociabilidade, afetando profundamente os modos de vida então existentes, além de promoverem a destruição da cobertura vegetal e o deslocamento das populações que habitavam a região.

1.1.Ocupação do território brasileiro: panorama histórico

A ocupação do Brasil desde o início esteve compreendida como parte do processo mais amplo de expansão da colonização europeia, inscrito na lógica de funcionamento do capitalismo mercantil. Orientado pela busca de uma balança comercial favorável, pela preservação de monopólios e pela abertura de

novos mercados, esse sistema exigiu a constituição de colônias como condição para a reprodução da economia metropolitana.

Nesse sentido, a colonização moderna não resultou de um movimento espontâneo ou natural de povoamento, mas como verificado por Fernando Novais, de uma estratégia deliberada do capitalismo mercantil europeu em formação. Ao invés de se limitar à circulação de mercadorias, a expansão colonial implicou a instalação, assim, no ultramar, de espaços produtivos diretamente subordinados às exigências do comércio europeu, constituindo-se assim como uma expansão essencialmente comercial.¹³

Longe de se restringir a uma relação bilateral entre Portugal e Brasil, esse processo de colonização, como verificado por Luiz Felipe de Alencastro em *O trato dos viventes*, esteve pautado por uma lógica imperial que articulava África, Europa e América. Estruturada sob o capitalismo mercantil, essa lógica definiu a funcionalidade ao espaço colonial a partir das exigências da circulação atlântica, refletindo o caráter marcadamente aterritorial do capital mercantil. Seus efeitos projetaram-se de maneira abrangente em diferentes dimensões da vida colonial, moldando o conjunto da economia, demografia e a organização política da América Portuguesa.¹⁴

A ocupação das terras no Brasil colonial, foi concebida e orientada segundo uma lógica sistêmica própria do empreendimento colonial. Nesse quadro, a reprodução do trabalho escravizado constituiu um princípio organizador das atividades, estruturando o funcionamento da economia colonial. No interior dessa mesma lógica, o regime escravista regulou o acesso à terra ao impedir a constituição de um campesinato livre capaz de disputar as áreas mais valorizadas. Tal dinâmica possibilitou a manutenção de amplas extensões territoriais e a concentração fundiária nas mãos dos agentes da exploração econômica, ambas subordinadas às exigências do sistema colonial.¹⁵

Em decorrência dessa forma de inserção do Brasil no sistema atlântico, marcada pelo caráter aterritorial do capital mercantil, o exercício do poder

¹³ NOVAIS, Fernando A. Colonização e Sistema Colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. *Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História: Colonização e Migração*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1969, p. 258-259.

¹⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*. 1ªed. São Paulo: companhia das letras, 2000, p. 27-28.

¹⁵ SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas, SP: editora da Unicamp, 1996, p. 26.

colonial por parte da Coroa portuguesa estruturou-se fundamentalmente como um governo à distância, operando por mediações.¹⁶ Essa lógica mercantil-imperial levou à delegação da colonização a particulares, prescindindo de uma administração direta, contínua e rigidamente ordenada do território.

Isso, contudo, não significou a renúncia da Coroa à sua soberania sobre a colônia. A prerrogativa jurídica sobre o solo permaneceu como domínio eminente da Coroa, assim como o poder último de confirmar, revogar e redefinir concessões.¹⁷

A ação do Estado operou, neste sentido, sobretudo, no plano da circulação e da produção, e não por meio de um controle territorial minucioso, delegando a ocupação a particulares como solução compatível com sua limitada capacidade administrativa de controle direto do território. No plano político-administrativo, essa delegação ocorreu por meio das capitanias hereditárias; no plano jurídico-fundiário, pelas concessões de sesmarias, instrumentos que asseguravam à Coroa o controle formal da distribuição da terra, ao mesmo tempo em que viabilizavam a expansão, a produção e a defesa da colônia.¹⁸

Convergente com tal lógica acumulativa, a ocupação da colônia distanciou, na prática, as normas que regiam o acesso à terra de sua efetiva aplicação, ainda que formalmente ancoradas nas Ordenações do Reino. Orientada fundamentalmente pela necessidade de fomentar a acumulação nos mercados metropolitanos, a disposição do solo colonial passou a expressar uma racionalidade funcional. Nesse sentido, a concessão de extensas áreas, sobretudo antes da fixação de limites mais restritivos a partir do século XVII, muitas vezes em desacordo com as normas regulatórias do regime de sesmarias, viabilizou a produção mercantil.¹⁹

Esse distanciamento entre norma e prática contribuiu para a formação de um ambiente institucional marcado pela fragilidade regulatória, no qual as próprias regras de concessão tornaram-se maleáveis no cotidiano da colonização. Embora formalmente ancorado nas Ordenações do Reino, o regime de sesmarias passou a operar, na prática, segundo critérios redefinidos pelas

¹⁶ Alencastro, *op.cit.*, p. 33.

¹⁷ Silva, *op.cit.*, p.30.

¹⁸ *Ibidem*, p.28-29.

¹⁹ *Ibidem*, p.40-43.

condições concretas de ocupação do território, em um contexto de expansão territorial, escassez populacional e limitações no controle estatal. Nessas circunstâncias, o instituto sesmarial foi progressivamente adaptado, flexibilizando os parâmetros de concessão, uso e legitimação da terra e abrindo espaço para práticas acumulativas e para a ampliação dos domínios territoriais além dos limites originalmente previstos.²⁰

Nesse sentido, a concessão de múltiplas sesmarias a um mesmo indivíduo, frequentemente em proporções muito superiores à sua capacidade de aproveitamento, bem como requerimentos feitos em nome de familiares, foi facilitada pelo fato de a legislação não impedir a acumulação de várias concessões por uma única pessoa.²¹ Tal prática resultou na formação de extensos domínios territoriais que, nas palavras de Cirne Lima, equivaliam a verdadeiras capitanias em termos de dimensão e poder.²²

Ausente de limites precisos quanto à extensão das doações, somada à recorrente imprecisão das demarcações, o controle efetivo sobre as áreas concedidas era fragilizado. No contexto dessa adaptação prática do regime de sesmarias, tal fragilidade possibilitou que os próprios concessionários ampliassem, no cotidiano da ocupação, os limites de suas concessões e se apropriassem de extensões adicionais, muitas vezes sem novo requerimento formal e sem o correspondente cultivo, em desacordo com o princípio constitutivo da sesmaria.²³

Essa ampliação era possível a partir da própria concentração de terras já existentes, que ao abrigar vários dependentes no interior dos latifúndios, conferia ao grande proprietário recursos econômicos, técnicos e políticos que permitiam uma ampla liberdade de ação para impor seus interesses privados sobre as instâncias locais de poder.²⁴ Um desses interesses era expansão da posse, que ao mesmo tempo que ampliava a extensão do domínio desses grandes proprietários, reafirmavam também as hierarquias sociais no interior desses

²⁰ MOTTA, Márcia Menendes. *Direito à terra no Brasil: A gestação do conflito (17950182)*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2012, p.131-134.

²¹ Silva, *op.cit.*, p. 45.

²² LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. 4ªed. São Paulo: Secretaria do Estado de Cultura, 1990, p. 40.

²³ Silva, *op.cit.*, p. 59-61

²⁴ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira (da Colônia à Primeira República)* São Paulo: Publicação do instituto de estudos brasileiros, 1969, p.10

latifúndios. Assim, a figura do sesmeiro confundiu-se com a do posseiro durante a duração do sistema.²⁵

Dinâmica recorrente, essas usurpações apresentaram-se como prática constitutiva da expansão colonial e foram progressivamente reconhecidas como legítimas segundo os critérios funcionais do sistema de sesmarias. A coroa, por exemplo, reconheceu-a juridicamente como costume pela Lei da Boa Razão em 1769, utilizando desse reconhecimento para limitar o poder dos sesmeiros, combater terras incultas e refirmar sua autoridade ao privilegiar o cultivo efetivo.²⁶ Nesse processo, passaram a operar como etapa inicial da legalização, convertendo a invasão de terras públicas em um meio eficaz e duradouro de acesso à terra no Brasil.²⁷

Essa apropriação, além de consolidar direitos sobre o território, tinha também uma função produtiva, pois favorecia a mobilidade da produção dentro do padrão colonial. Baseado em técnicas rudimentares e no uso extensivo do solo, este padrão era acompanhado pelo rápido desgaste do solo, tornando necessária a incorporação contínua de novas áreas férteis. Nessa lógica, a apropriação de extensões superiores às aquelas efetivamente cultivadas permitia a constituição de uma reserva para expansão futura.²⁸

Essa lógica de apropriação, englobando tanto a expansão das áreas concedidas quanto a ocupação de terras sem título formal, não se limitou aos momentos iniciais da colonização, mantendo-se de forma arraigada ao longo de todo o período colonial.²⁹ A partir do século XVIII, entretanto, a recorrência dessas práticas passou a tensionar o sistema de sesmarias, em razão do aumento das apropriações de terras associado ao crescimento demográfico, territorial e econômico da colônia, contribuindo para o enfraquecimento progressivo de sua eficácia normativa.

Esse crescimento esteve diretamente articulado à mineração aurífera, que promoveu o deslocamento do eixo da ocupação, antes concentrado no litoral, para o interior do continente. Esse processo de interiorização, desencadeado

²⁵ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo público do Rio de Janeiro, 1998, p. 71-74.

²⁶ *Ibidem*, p. 123-126

²⁷ HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 8, n. 21, 1993, p. 83.

²⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 64.

²⁹ *Ibidem*, p. 62-63.

pela dinâmica mineradora, ampliou os fluxos de pessoas, mercadorias e capitais e abriu novas frentes de apropriação e ocupação da terra em áreas até então pouco integradas à dinâmica colonial.³⁰

Nesse cenário, a intensificação das apropriações de terras no interior da colônia evidenciou as indefinições estruturais já presentes no regime sesmarial. Tais indefinições, característica da própria expansão colonial, tornaram-se mais visíveis à medida que se ampliava a ocupação do território, não somente pela apropriação dos grandes proprietários, mas também pelos indivíduos modestos, como pequenos lavradores, que não possuíam condição para os investimentos iniciais de explorações agrícolas necessários para se tornar detentor de sesmarias. Como resultado, a multiplicação das posses levou à sobreposição de domínio, com casos de sucessivas doações de glebas recebendo múltiplas concessões em nome de diferentes indivíduos.³¹

Dando origem a frequentes conflitos pela posse da terra no país, este quadro se agravou no final do século XVIII e no início do século XIX, com o esgotamento progressivo das jazidas auríferas e a retomada da posição privilegiada da agricultura na economia colonial. Nesse processo, até então em recrudescimento em razão do deslocamento do eixo econômico para a mineração, a atividade agrícola teve sua dinâmica revigorada pelo crescimento demográfico europeu, pela ampliação do comércio internacional e pelo avanço da Revolução Industrial, que intensificou a demanda por produtos tropicais, como o açúcar e o café, que enquadrado nessa tendência passou a ser cultivado no final do século XVIII. Como consequência, esse conjunto de fatores favoreceu a mobilidade dos agentes coloniais e a abertura de novas frentes de apropriação, reforçando a apropriação, sobretudo, em áreas até então pouco integradas à dinâmica colonial.³²

³⁰ Silva, *Op.cit.*, p.57. Durante seu apogeu, a mineração aurífera organizou a economia colonial em seu conjunto, orientando a produção de diferentes regiões para o abastecimento das áreas mineradoras. Tal orientação se expressou tanto no fornecimento de gêneros alimentícios, como farinha, milho, feijão e toucinho, quanto no comércio de animais de carga e na mobilização da força de trabalho, sobretudo escravizada, negra e indígena. Sobre a ocupação do centro-sul e o seu abastecimento, ver PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976, especialmente o capítulo "A mineração e a ocupação do Centro-sul"; ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1990.

³¹ *Ibidem*, p. 61.

³² Prado Júnior, *op.cit.*, p. 59-61

Com a suspensão de novas doações de sesmarias em 1822 como resultado da ruptura dos vínculos coloniais, a prática do cultivo se consagrou como principal fundamento da legitimação da ocupação, e assim formalizou a extinção do sistema que, diante da prática de usurpações já se encontrava amplamente subvertido. Com o fim das concessões, a prática de invasão das terras públicas se tornou o principal meio de acesso à terra, e com isso, continuou de maneira arraigada, seguindo a dinâmica histórica da ocupação territorial. Consequentemente, a concentração de terras, agora não mais como concessão, mas entendido como propriedade privada alienada do domínio público, também prevaleceu, ainda marcado por sobreposições.³³

No ano de 1850, a lei de terras, inserida dentro da dinâmica de consolidação do Estado Nacional buscou resolver esta confusa situação jurídica ao reconfigurar a obtenção exclusivamente por transação monetária e regularizar as terras, mas sem sucesso. Concebida para viabilizar a imigração europeia como alternativa ao trabalho escravo diante do fim do tráfico e da iminente abolição, a lei pretendia ordenar a estrutura fundiária, evitar invasões de terras públicas, garantir segurança jurídica e fomentar a pequena propriedade, e para isso, instituiu mecanismos como o registro paroquial, a separação e medição das terras públicas, a revalidação de sesmarias, a legitimação de posses e a demarcação obrigatória. No entanto, tais dispositivos foram amplamente ineficazes em virtude da soma da resistência dos grandes proprietários, insegurança dos posseiros, ineficiência fiscalizatória, fracasso da colonização e desorganização administrativa, tornando a letra morta, segundo José Murilo de Carvalho.³⁴

No exercício efetivo, no entanto, a articulação da lei longe de ser “letra morta”, participou, segundo James Holston, ativamente na produção das desigualdades e na reprodução das relações de poder que já se verificavam na dinâmica da ocupação territorial, ao não estabelecer um parâmetro geral para o acesso à terra, mantendo-os condicionados à posse. Não exigindo registro, provas documentais ou testemunhais do cultivo, e possibilitando declarações imprecisas quanto à extensão e aos limites, a lei de terras preservou o domínio

³³ Hoston, *op.cit.*, p. 81-82.

³⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008, p. 342-345.

sem definições territoriais claras. Neste sentido, a ocupação irregular subsistiu, e nas grandes extensões de terras apropriadas se perpetuou a autonomia territorial, social e política inerente a condição de senhor das terras ao longo do século XIX.

Uma das regiões onde, a partir de meados do século XIX, se intensificou a prática de apropriação de terras foi o Sertão do Paranapanema. Sua ocupação deu-se como desdobramento do reavivamento agrícola. Esse processo foi conduzido, em grande medida, por mineiros que, com a desagregação da exploração aurífera, passaram a buscar novas terras onde se estabelecer desde o final do século XVIII. Em meados do século XIX, esses grupos se fixaram na região do Sertão do Paranapanema.

1.2. Os mineiros, plantadores de cidades³⁵

Com o esgotamento progressivo das jazidas auríferas e a retomada da posição privilegiada da agricultura na economia colonial, novas frentes de apropriação e ocupação de terras em áreas até então pouco integradas a dinâmica colonial começaram a surgir.³⁶ Entre esses agentes que se mobilizaram, o contingente populacional da província de Minas Gerais no contexto final do século XVIII e início do XX teve grande destaque na abertura de novos caminhos, ainda que não fossem os únicos.

Submetidos a condições agrícolas estruturalmente desfavoráveis em amplas áreas da província, sobretudo no Sul, marcado por topografia acidentada e solos de menor qualidade, esses grupos dispunham de margens limitadas de reprodução material. Tal condição estimulou deslocamentos para além dos limites provinciais, frequentemente acompanhados de posses diretas que viabilizava a produção de gêneros alimentícios, tanto para o consumo próprio quanto para o abastecimento de propriedades maiores e de mercados locais e

³⁵ O título deste tópico faz referência à obra de Mário Leite, *Paulistas e mineiros, plantadores de cidades*. São Paulo: Edart, 1961. Nessa obra, o autor interpreta a atuação de paulistas e mineiros como central no processo de ocupação do interior, atribuindo-lhes protagonismo na formação de núcleos urbanos e na estruturação das dinâmicas sociais e espaciais de diferentes regiões do interior paulista.

³⁶ Prado Júnior, *op.cit.*, p. 59-61.

regionais, criando condições de reprodução material relativamente autônomas frente às grandes propriedades.³⁷

Inseridas nessa lógica de reprodução material e de busca por maior autonomia, as apropriações realizadas pelos mineiros intensificaram-se a partir do final do século XVIII. Esses deslocamentos dirigiram-se a diversas localidades, englobando tanto regiões já integradas a circuitos produtivos em expansão, como aquelas vinculadas à economia cafeeira, então em fortalecimento, quanto áreas em que essa integração se fazia de modo mais incipiente, nas quais a migração resultava na abertura de novas frentes de ocupação e apropriação da terra. Nessa última situação, os migrantes podiam conservar uma margem de autonomia em seu modo de vida, que se manifestava nas formas com que praticava a criação e a produção de subsistência.³⁸

O território da província paulista emergiu nesse contexto como destino central desse fluxo migratório. Tal direcionamento se explicava, em primeiro lugar, pela proximidade geográfica entre as duas províncias e pelas conexões previamente estabelecidas entre Minas Gerais e São Paulo, sobretudo por meio da compra de muares em Sorocaba, fundamentais para o transporte de produtos agrícolas e para a circulação no território colonial.³⁹ Essas articulações anteriores contribuíram para que São Paulo não se apresentasse como um espaço inteiramente desconhecido, mas como uma região já integrada aos circuitos de circulação e abastecimento frequentados pelos mineiros, o que conferia à província um caráter preferencial em relação a outras localidades.

Além disso, a escolha dessas primeiras localidades relacionava-se à própria formação histórica desses migrantes. Conforme observa Antonio Candido, muitos desses contingentes identificados como mineiros eram, em

³⁷ MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1984, p.133. A prática da posse direta, longe de ser novidade, constituiu desde os primórdios da colonização uma via de acesso à condição de colono livre para grupos excluídos da economia comercial, voltada à subsistência e ao fornecimento de gêneros alimentícios. Ela atuou também como recurso de resistência de imigrantes pobres, moradores de fronteira, meeiros e pequenos lavradores frente à dominação, embora tenha sido utilizada também pelos senhores para a apropriação de extensas áreas. Em ambos os contextos, os limites da posse tendiam a permanecer indefinidos, e as mesmas condições que dificultavam o controle do tamanho das sesmarias repercutiam igualmente sobre a prática do apossamento. Sobre isso, ver: Motta, *Op.cit.*, p.121-122; Silva, *op.cit.*, p. 59-61.

³⁸ *Ibidem*, p. 133.

³⁹ PENÇO, Célia de Carvalho Ferreira. *A evaporação das terras devolutas no Vale do Paranapanema*. 1980. Tese (doutorado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980, p. 28.

realidade, descendentes de paulistas radicados em Minas Gerais desde o período das descobertas auríferas, cuja experiência anterior havia produzido conhecimento dos caminhos, das rotas e das possibilidades de ocupação do território.⁴⁰ Em razão dessa continuidade histórica, as regiões inicialmente privilegiadas situavam-se, em grande medida, ao longo de antigas rotas de circulação bandeirante, como as do baixo Mogi-Guaçu, do rio Pardo e do Sapucaí-Mirim, onde já haviam pequenos núcleos populacionais estabelecidos. A partir desses núcleos, os deslocamentos avançaram progressivamente em direção ao interior da província, impulsionando a abertura de novas frentes de apropriação e ocupação da terra.⁴¹

Nesse avanço mineiro, as redes de parentesco e amizade desempenharam papel decisivo, reforçando os vínculos herdados da formação histórica desses migrantes. Funcionando como mecanismo essencial para orientar novos deslocamentos, essas redes circulavam informações sobre a qualidade das terras e as possibilidades agrícolas por meio de cartas e recomendações dirigidas a familiares e conhecidos em Minas, oferecendo um panorama prévio das áreas consideradas promissoras. Com base nessas informações, os homens partiam primeiro, sem a família, estabelecendo-se provisoriamente até consolidar a posse e a ocupação das glebas, e, somente então a família se deslocava para integrar o núcleo já estabelecido.⁴²

Essa dinâmica, que orientava os deslocamentos e a ocupação de novas glebas, repercutiu também na organização social desses migrantes ao chegarem às localidades de destino. A estrutura de relações sociais que se estabelecia nesses espaços reforçava vínculos de confiança e cooperação entre os coprovincianos, favorecendo uma integração cultural duradoura, que se manifestava concretamente por meio de casamentos e alianças familiares.⁴³

Por meio dessa teia social, os mineiros conseguiram preservar aspectos centrais de seu modo de vida, organizado em torno da reprodução material e social. A manutenção desse padrão, sustentado por uma sociabilidade

⁴⁰ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1971, p. 18; 44.

⁴¹ LEITE, Mario. *Paulistas e mineiros: plantadores de cidades*. São Paulo: Edart, 1961, p. 170-173.

⁴² *Ibidem*, p. 210.

⁴³ *Ibidem*, p. 210.

assentada em estreitos laços locais, garantiu tanto a manutenção de sua autonomia quanto a persistência das estratégias de ocupação.⁴⁴

Desse modo, o padrão de organização social desses mineiros apresentava notável convergência com o modelo caipira formulado por Antônio Candido, definido por uma economia voltada à subsistência, por formas dispersas de povoamento e por uma sociabilidade baseada em redes vicinais de cooperação, fundamentais para a reprodução material e social do grupo.⁴⁵ À luz dessa lógica, a dinâmica da migração descrita operava como um mecanismo de continuidade do modo de vida desses mineiros.

Foi justamente essa dinâmica que se mostrou fundamental em conjunturas políticas e militares específicas, nas quais os fluxos migratórios se intensificaram. As redes de parentesco e amizade desempenharam papel decisivo, funcionando como mecanismos essenciais para orientar esses deslocamentos e possibilitar a manutenção dos modos de vida nas regiões de destino. Foi o que ocorreu durante a Revolução Liberal de 1842, quando a repressão às forças derrotadas pelas tropas imperiais levou muitos envolvidos a se deslocarem para regiões menos afetadas pelo conflito.⁴⁶ De forma semelhante, no contexto da Guerra do Paraguai, o recrutamento militar compulsório, sobretudo no Sul de Minas, próximo à capital, estimulou a migração de mineiros que buscavam se evadir da mobilização forçada.⁴⁷

Esses fluxos migratórios de mineiros, que se intensificaram a partir do final do século XVIII, prolongaram-se até o início do século XX, contribuindo decisivamente para a ocupação do interior paulista com a abertura de novas frentes de ocupação. Ao se estabelecerem nessas regiões, os mineiros, juntamente com outros contingentes migratórios como os imigrantes e migrantes de outras regiões do Brasil, contribuíram para a construção de infraestruturas locais que possibilitaram o surgimento e o florescimento de cidades, bem como posteriormente a cultura do café.⁴⁸

⁴⁴ *Ibidem*, p. 206.

⁴⁵ CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987, p. 35-90.

⁴⁶ DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *Terras e índios: a propriedade da terra no Vale do Paranapanema*. São Paulo: editora Arte & Ciência, 2003, p.58-59.

⁴⁷ COBRA, Amador Nogueira. *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo: typ Hennies Irmãos, 1923, p. 44.

⁴⁸ Leite, *op.cit.*, p. 210.

A ocupação da região do sertão do Paranapanema, insere-se dentro desse quadro mais amplo de ocupação e apropriação da terra pelos mineiros. Essa ocupação ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, precedendo a integração da região à linha férrea e à economia cafeeira, elementos que desempenharam papel decisivo na articulação do território paulista ao longo do século XIX e XX. Na região, esses grupos conseguiram manter seu modo de vida, favorecido sobretudo pelo compartilhamento de vínculos prévios, referências comuns e trajetórias sociais semelhantes que possuíam.

1.3. A ocupação do Sertão do Paranapanema

Localizado no sudoeste paulista, o sertão do Paranapanema situava-se em uma porção do vale do rio Paranapanema, curso d'água que empresta seu nome à região. Sua ocupação inicial teve início a partir da década de 1850 e se estendeu ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX, inserida em um quadro de consolidação do Estado Nacional, marcado por medidas regulatórias sobre a terra e por transformações nas relações laborais, sobretudo a desagregação do sistema escravista.

Dentro desse quadro mais amplo, o processo de ocupação deu continuidade ao movimento migratório mineiro e ao avanço progressivo da fronteira agrícola aberto com a expansão do mercado internacional. Refletindo tanto as pressões econômicas globais quanto as condições políticas e sociais nacionais, a vertente pioneira desse deslocamento já havia alcançado as terras do centro-oeste paulista dando origem a pontos de articulação entre áreas já integradas e novas frentes de expansão.⁴⁹

Entre esses núcleos, Botucatu, ocupada desde o final do século XVIII, destacou-se como um dos principais pontos de articulação do centro-sudoeste paulista. Isso se devia à sua inserção no circuito econômico regional, centrado na feira de muares de Sorocaba, no qual atuava como polo de comércio de animais e de circulação de gêneros diversos.⁵⁰

⁴⁹ Monbeig, *op.cit.*, p. 27.

⁵⁰ DONATO, Hernani. *Achegas para a história de Botucatu*. 3ª ed. Botucatu, SP: Prefeitura Municipal de Botucatu, 1985, p. 37.

Esse protagonismo regional foi reforçado na década de 1840. Nesse período, a repressão às forças derrotadas na Revolução Liberal de 1842 pelas tropas imperiais levou muitos de seus participantes a se deslocarem para a região de Botucatu, menos afetada pelo conflito, contribuindo para a ampliação do povoamento local.⁵¹

Esses migrantes, em sua maioria mineiros, ao se integrarem ao núcleo local, desempenharam papel decisivo na orientação do deslocamento e no assentamento de outros conterrâneos. Tal processo ocorria sobretudo por meio do fornecimento de moradias e da abertura de vias de comunicação, possibilitando a reprodução material e social desses grupos e contribuindo, conseqüentemente, para o adensamento do povoamento da região.⁵²

O mesmo mecanismo contribuiu para a colonização do Sertão do Paranapanema por meio da atuação de Tito Correia de Melo. Mineiro estabelecido em Botucatu e integrante do núcleo político local, ele teria fornecido a José Theodoro de Souza, comerciante de muares e de gêneros diversos provenientes do sul de Minas, um panorama prévio do Sertão do Paranapanema, indicando a existência de extensas terras devolutas, consideradas propícias à agricultura e à criação, orientando-o em sua empreitada que deu início ao processo de ocupação e apossamento sistemático do espaço analisado.⁵³

Esse primeiro empreendimento teve início na década de 1850, após a promulgação da Lei de Terras. A partir de Botucatu, o deslocamento avançou por áreas de ocupação progressivamente mais rarefeita, passando por Lençóis Paulista e São Domingos, que constituíam os últimos pontos de referência dentro dos circuitos regionais, ainda relativamente conhecidos e habitados, antes de adentrar áreas praticamente despovoadas. Após transpor o rio Turvo, o pioneiro seguiu até alcançar os pequenos afluentes do rio Paranapanema, o Ribeirão do Veado e o Taquaral, onde se esgotaram as posses previamente tomadas por outros ocupantes.⁵⁴

A partir desse ponto, José Theodoro de Souza iniciou a apropriação de uma extensa gleba, estimada em cerca de 60 quilômetros de frente por 150 de

⁵¹ Di Creddo, *op.cit.*, p. 58-59.

⁵² *Ibidem*, p. 60-61.

⁵³ Leite, *op.cit.*, p. 250.

⁵⁴ Cobra, *op.cit.*, p. 17-18.

fundo. Esse processo inicial de ocupação foi posteriormente relatado por um dos participantes dessa expedição, já em idade avançada, a Edmundo Krug, engenheiro que percorreu a região em 1905 no âmbito de uma viagem de caráter científico, registrando em seu relatório o seguinte:

[...] Vie ainda um velhinho, Joaquim Pinto, cuja idade eu calculo em 108 anos que vindo juntamente com José Theodoro, conta com toda a minuciosidade o rumo que tomaram para chegarem até cá. Disse-me ele que vieram das bandas de Botucatu com muitos escravos, que deviam abrir picadas na extensa mata, e como não podiam vir com animais, por não existirem campos de pastagem, cada qual trazia o seu piquá cheio de alimento e suficiente para a viagem. [...] ⁵⁵

Concluída essa primeira incursão, José Theodoro de Souza retornou a Botucatu e, em 1856, se aproveitou dos prazos escalonados então vigentes para o registro paroquial, previstos no regulamento da Lei de Terras, que permitiam apresentar posses recentes como anteriores à promulgação da lei.⁵⁶ Com isso, declarou ao vigário ser proprietário das terras desde 1847, descrevendo os limites e as divisas de sua gleba e adquiriu uma garantia formal da sua grilagem:

Sou senhor de umas terras de cultura no lugar denominado rio Turvo, distrito desta vila de Botucatu e suas divisas são as seguintes: Principiando esta divisa no barranco do rio Turvo, barra do Correguinho da Porteira, divisando com os herdeiros e meeira de José Alves de Lima e cercando as vertentes de quem de direito foi até encontrar terras de José da Cunha de tal até atravessar o rio Pardo, por outro lado até o espigão que divide as vertentes do Paranapanema pelo espigão fora, com quem de direito for, até cair no mesmo barranco do Paranapanema, por este abaixo até frontear a barra do rio Tibagi e daqui cercando as vertentes desta água que se acha dentro deste círculos, até encontrar-se com as terras de Francisco de Souza Ramos, daqui descendendo até o barranco de São João, por este abaixo até a sua barra no Turvo, por este acima até encontrar com a barra do Correguinho da Porteira, donde foi princípio e findo esta divisa. Cujas

⁵⁵ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema: excursão realizada no anno de 1905. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 23, p. 367-461, 1925, p. 410.

⁵⁶ ABREU, Dióres Santos. Os Medeiros: uma família pioneira na ocupação do sertão do Paranapanema *in* *Ciência e Cultura* v.31, n.8, 1979. Disponível em: < <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003069&pagfis=27637>>, p. 861. Segundo Abreu, o regulamento da Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), aprovado pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, estabelecia, em seus artigos 91 e 92, prazos escalonados para o registro obrigatório das posses e propriedades, contados a partir da data fixada pelo presidente de cada província. Em São Paulo, essa data foi estabelecida em 1854, o que manteve em aberto, ainda na segunda metade da década de 1850, a possibilidade de registro paroquial de posses já ocupadas. Essa disposição permitiu que ocupações recentes, como a de José Theodoro de Souza no Sertão do Paranapanema, fossem formalmente apresentadas como anteriores à Lei de Terras, funcionando como um dos principais mecanismos de legitimação fundiária no período.

terras assim, divisadas e confrontadas assim as possuo por posses mansas e pacíficas que fiz no ano de 1847 e nelas tenha morado habitual até o presente. Por José Theodoro de Souza, Francisco de Chagas Mota. Apresentada aos 31 de maio de 1856. Vigário Modesto Marques Teixeira.⁵⁷

Após este procedimento, José Theodoro passou a circular entre a região recém-ocupada e sua província natal. Na região do Sertão, continuou a empreender apropriações para aumentar suas posses, encontrando, muitas vezes, resistência das populações indígenas que habitavam essas terras. Com essas áreas sob seu domínio, retornava à província natal para aliená-las, promovendo a ocupação dos seus domínios, que se espalhavam pelo sertão.

Dentro desse contexto de circulação constante do pioneiro entre o sertão e o sul de Minas, passaram a circular informações sobre a possibilidade de reprodução material do território recém-ocupado. Essas notícias ecoaram por diversos municípios, especialmente nos arredores de Pouso Alegre, cidade natal do pioneiro.⁵⁸

Essa difusão, contudo, não se limitou ao sul mineiro, tendo alcançado também as instâncias superiores da administração provincial. Nesses níveis, O movimento empreendido por José Theodoro foi, em certa medida, valorizado, sendo percebido como instrumento eficaz de reconhecimento, valorização e consolidação da fronteira nacional, ainda que em desacordo com a Lei de Terras, conforme se registrava nos debates do Passo da Assembleia:

Um homem muito prático daqueles lugares, por nome de José Theodoro de Souza, cognominado – O Bugreiro – porque sempre está com os bugres, anda por si só descobrindo campos, fazendo posses e vendendo-as. Procede, é verdade, contra o que dispõe a Lei de Terras, mas, no entretanto este seu procedimento traz grandes benefícios, pois ele, com seus recursos próprios, sem pedir auxílio a ninguém, vai descobrindo os campos, e assim, nos ministra dados que mais nos fortalecem neste projeto. Eu não quero que se faça reconhecimento em regra, com todo aparato da ciência, pois lá mesmo há homens práticos que se podem prestar a esse trabalho [...]⁵⁹

Apesar do reconhecimento das qualidades produtivas da região, a predominância de um julgamento depreciativo sobre a localidade fez com que,

⁵⁷ Leite, *op.cit.*, p. 251.

⁵⁸ Cobra, *op. cit.*, p. 32.

⁵⁹ Paço da Assembleia, 21 de março de 1868. Abertura de estradas entre a Vila de Botucatu e o Mato Grosso (1871). R/ALP, 1871, p. 110. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), apud Di Credito, *op.cit.*, p. 143

neste primeiro momento, muitos potenciais adquirentes não chegassem a formalizar a compra das terras ou, mesmo após adquiri-las, postergassem a ocupação efetiva, receosos dos riscos e das dificuldades de manutenção do modo de vida. Em virtude disso, o contingente inicial que efetivamente se estabeleceu limitou-se aos participantes da primeira expedição de José Theodoro e aos parentes próximos por ele deslocados de sua província natal.⁶⁰

Essa baixa adesão à ocupação das terras impôs ao pioneiro a necessidade de atuar de maneira mais ativa, mobilizando esforços e diferentes expedientes para estimular a fixação de novos ocupantes. Entre essas iniciativas, destacava-se de forma particularmente visível a doação de terras para a formação de povoados, implementada de maneira gradual ao longo do tempo. Nesse processo foram constituídos São José dos Campos Novos (atual Campos Novos Paulista), São Pedro dos Campos Novos do Turvo (atual São Pedro do Turvo) e Nossa Senhora da Conceição (atual Conceição de Monte Alegre), cuja função central era criar pontos de congregação capazes de atrair migrantes e favorecer sua permanência.⁶¹

Diante das dificuldades persistentes em atrair novos moradores, o pioneiro recorria também à concessão e à alienação de parcelas de suas terras em termos amplamente facilitados, como forma de tornar a permanência mais viável e atrativa. Longe de constituírem exceções fortuitas, essas concessões parecem ter integrado um padrão de atuação recorrente do pioneiro, que pode ser apreendido por meio de dois episódios particularmente ilustrativo dessa prática.

O primeiro teria ocorrido durante uma de suas viagens a Minas Gerais, quando José Theodoro, satisfeito com os serviços prestados por um cozinheiro, cedeu-lhe uma aguada como demonstração de apreço pessoal.⁶² Em um segundo episódio, preservado na memória local, o pioneiro teria trocado uma extensa área, estimada em cerca de 3.500 alqueires, pela aquisição de um escravizado conhecido como Carioca, cuja habilidade em tocar viola para o cateretê, teria despertado o interesse de José Theodoro, apreciador dessa dança. Esse episódio foi posteriormente registrado pelo memorialista da região,

⁶⁰ Cobra, *op.cit.*, p. 25-26.

⁶¹ Cobra, *op.cit.*, p. 27-28.

⁶² Monbeig, *op.cit.*, p. 135.

Amador Nogueira Cobra, a partir de relatos orais preservados na memória local, que assim o descreveu:

Estando ele em Minas assistiu, certa vez, a cateretê em que um preto, apelidado de “Carioca”, escravo do dono da casa onde se dançou, tocou viola admiravelmente, durante toda a noite, sem se fatigar, imprimindo vida e animação ao divertimento. José Theodoro, entusiasmou-se com a habilidade do violeiro, e deliberou comprá-lo. Como não possuía dinheiro na ocasião, propôs dar o ribeirão da “Borda do Campo” em troca do escravo com o instrumento, o que foi aceito. Na escritura não declarou que dava terra a troco de gente: vendedor e comprador ajustaram o preço de cada um dos objetos, figurando o escravo com o dinheiro recebido. E o “Carioca” jamais desmentiu a fama que conquistara.⁶³

Mais do que respostas pontuais às dificuldades de ocupação, essas iniciativas parecem ter se articulado como uma lógica de ação do pioneiro voltada à produção de legitimidade social e territorial para a apropriação da área. Somadas à antiguidade da posse anteriormente construída, elas contribuíam para a formação de um lastro jurídico e social, ao multiplicar registros, testemunhos e vínculos sociais associados à ocupação efetiva da terra, o que as fazia operar como um critério central de legitimação da posse.

Apesar dos esforços do pioneiro em mobilizar diferentes expedientes para estimular a fixação de novos ocupantes, a ocupação da região, no entanto, permaneceu reduzida. Restrita a poucos núcleos e a um número limitado de famílias, essa dinâmica começou a se alterar com o desenrolar da Guerra do Paraguai (1864-1870), quando a intensificação do recrutamento militar compulsório, particularmente no sul de Minas, região mais próxima da capital imperial e, por isso, mais diretamente atingida pela mobilização, passou a estimular a migração de indivíduos e famílias que buscavam se evadir da mobilização forçada.⁶⁴

Tal dinâmica pode ser apreendida a partir de um relato colhido por um engenheiro que percorreu a região em 1905. Nesse relato se evidencia esse caráter de fuga. O morador dizia que “na nossa terra há muita gente e o chão é pouco para grandes famílias e como o caboclo ama a sua família, mais do que a sua pátria, resolvemos emigrar e aqui estamos bem”⁶⁵.

⁶³ Cobra, *op.cit.*, p. 33-34.

⁶⁴ Cobra, *op.cit.*, p. 42-45.

⁶⁵ Krug, p. 42.

Nessa conjuntura político-militar específica, as redes de parentesco e amizade parecem ter desempenhado papel decisivo na orientação desses deslocamentos, canalizando os evasores para o Sertão do Paranapanema, uma vez que a maior parte desses indivíduos era oriunda de localidades como Pouso Alegre, Caldas, Alfenas, Machado, Campestre, entre outros núcleos do sul de Minas, de onde provinham tanto o pioneiro quanto os contingentes que haviam inaugurado a ocupação da região. Essa origem comum favoreceu a rápida integração desses novos ocupantes na região, na medida em que compartilhavam vínculos prévios, referências comuns e trajetórias sociais semelhantes.⁶⁶

Ancorados nesses vínculos de origem comum, os mineiros que se estabeleceram na região puderam não apenas se integrar com rapidez, mas também preservar aspectos centrais de sua organização social. Orientados por esse modo de vida, organizaram a existência cotidiana em unidades domésticas relativamente autônomas. Viviam em moradias simples, geralmente cobertas de sapé e com paredes de pau a pique, tendo a subsistência assegurada sobretudo pelo cultivo de gêneros básicos, como feijão, milho e arroz, realizado com baixos níveis técnicos, mas viabilizado por uma expressiva cooperação entre vizinhos, especialmente nos momentos de preparo da terra, plantio e colheita.

Essa produção doméstica se estendia ainda à confecção de roupas e de outros artefatos de uso cotidiano, atividade desempenhada majoritariamente pelas mulheres. Esse conjunto de práticas configurava uma economia predominantemente voltada ao autoconsumo, suficiente para a reprodução material e social do grupo.

A autonomia proporcionada por essa organização doméstica, entretanto, era relativa e coexistia com formas seletivas de inserção nas trocas externas. Em razão da tradição criadora que orientava o grupo, a criação extensiva de animais, especialmente suínos, exigia contatos regulares com outros centros da província, conectando o Sertão do Paranapanema a localidades como Lençóis, Botucatu e Sorocaba, por meio dos quais eram obtidos gêneros indispensáveis à reprodução de seu modo de vida, como sal, pólvora e outros bens cuja circulação era limitada devido à precariedade das estradas e às dificuldades de

⁶⁶ *Ibidem*, p. 44.

transporte na região. Essa dificuldade pode ser vislumbrado a partir dos relatos produzidos já no século XIX pelo engenheiro Edmundo Krug que esteve na região com a finalidade de averiguar suas condições de ocupação:

[...] Que horror era esta estrada pela qual passamos! A areia era tão alta, era tão densa a camada, que o animal atolava até o tornozelo: os raios do nosso sol tropical, refletiam na areia e caíam quase perpendicularmente sobre as partes descobertas do corpo: em poucas horas os olhos estavam injetados de tal forma, que quase não se podia conservá-los abertos. A direita e a esquerda nenhum mato, nenhuma árvore que pudesse dar a sua benévola sombra aos membros cansados e por cima de tudo isso nada de água!⁶⁷

Esse padrão de organização se manifesta claramente no cotidiano da família Medeiros, estudada por Dióres Santos Abreu, que residia à margem esquerda do rio Anhumas.⁶⁸ A família se organizava como uma unidade doméstica relativamente autônoma, suprimindo a maior parte de suas necessidades cotidianas por meio da produção própria. As roupas de trabalho, bem como cobertores e colchas, eram confeccionadas em teares com tecido produzido na própria roça; os colchões eram preenchidos com palha de milho; e a iluminação do sítio era provida de maneira caseira, utilizando azeite de mamona ou gordura animal. Além disso, a família produzia açúcar mascavo e empregava o pilão para obtenção de farinhas e beneficiamento do café, consolidando uma economia predominantemente voltada ao autoconsumo.

Essa família, como se verifica, se organizava de maneira relativamente autônoma, mesmo distante dos povoados, com sua produção doméstica permitindo suprir a maior parte de suas necessidades cotidianas. Entretanto, essa independência doméstica não impedia a ocorrência pontual de intercâmbio fora da unidade doméstica. Um exemplo claro é o cuidado com doenças e ferimentos, que na maior parte das situações, utilizavam remédios caseiros com o apoio do *Chernovix*, dicionário de medicina popular, recorrendo a medicamentos adquiridos nas povoações apenas em casos específicos.

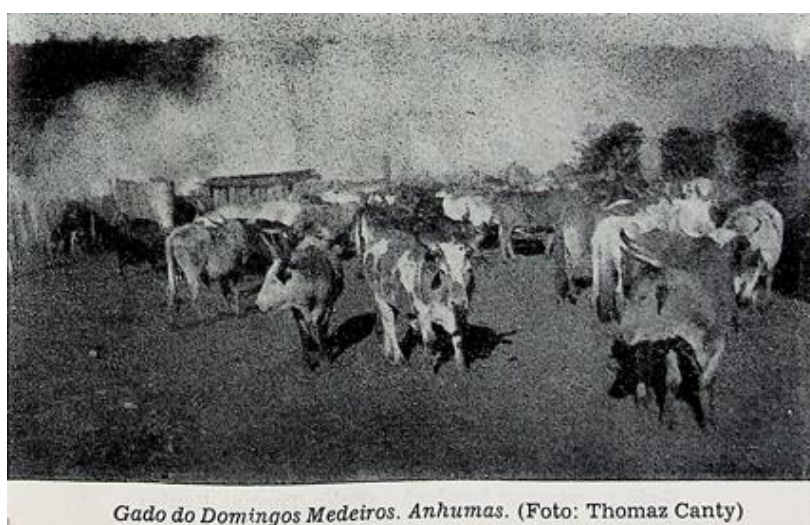
Nesse mesmo sentido, as idas às povoações eram limitadas ao cumprimento de obrigações cívicas ou religiosas, como participar das eleições,

⁶⁷ Krug, *op.cit.*, p. 403-404.

⁶⁸ Abreu, *op.cit.*, p. 863-864.

devido à distância de cerca de 180 km até a comarca de Campos Novos do Paranapanema e aos riscos impostos pela presença indígena na região. A única outra forma de intercâmbio externo ocorria durante a comercialização anual dos animais, sobretudo do gado, oportunidade em que a família também adquiria gêneros que não podiam ser produzidos localmente, como pólvora, querosene, tecidos finos, farinha de trigo, bacalhau, medicamentos e, sobretudo, sal, indispensável tanto para o consumo doméstico quanto para a manutenção da criação.⁶⁹

Figura 2. Foto dos gados de Domingos Medeiros



Fonte: SCHMIDT, Cornélio. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904: notas etnográficas do Prof. Herbet Baldus e apontamentos históricos do Dr. Edgard Lacerda de Andrade. Prefácio de Carlos Borges Schmidt. Anais do Museu Paulista, Tomo XV. São Paulo: Museu Paulista, 1961, p. 438.

A autonomia, contudo, convivia com limites e um conjunto de tensões derivadas do próprio processo de ocupação. O cotidiano dessas unidades familiares era continuamente atravessado pela presença da população indígena, que, ao tentar conter o avanço colonizador, impactava diretamente o modo de vida dos recém-chegados, comprometendo a regularidade dos deslocamentos, as atividades produtivas e a própria estabilidade de sua permanência na região.

O impacto dessa presença pode ser observado concretamente na trajetória da família Medeiros, cuja experiência ilustra como tais tensões se

⁶⁹*Ibidem*, p. 863-864

refletiam na ocupação do Sertão. Instalados na região desde 1877, os Medeiros se viram obrigados, em determinado momento, a se retirar diante da presença indígena, que comprometia a continuidade de sua produção doméstica, a manutenção de suas criações e a organização da vida cotidiana. Refugiando-se na fazenda de José Antônio de Paiva, no vale do rio São Mateus, a família suspendeu temporariamente parte de suas atividades produtivas e adaptou seus modos de vida à nova realidade, aguardando condições mais favoráveis para o retorno seguro. Somente em 1900, quando o contexto regional se tornou relativamente mais seguro, os Medeiros retornaram ao Sertão do Paranapanema, retomando a gestão de sua unidade doméstica e produtiva, conforme registrado por Cornélio Schmidt em sua viagem ao sertão, realizada em 1904, ainda que a estabilidade continuasse frágil, como indica o próprio relato:

Ele mora aqui há 4 anos e já morou antes, tendo saído porque os índios não o deixavam sossegado, matando todos os anos 2 ou mais pessoas. Agora mesmo, para estar mais sossegado, não faz nem uma plantação; assim é que até milho vem de S. Mateus, distante 14 léguas! Tem algum gado e assim vive, pode-se dizer, no meio dos índios e sempre sobressaltado!⁷⁰

O retorno da família Medeiros refletia as mudanças graduais que, a partir do final do século XIX e início do século XX, tornaram a região progressivamente mais favorável à ocupação. Em decorrência dessas transformações, que incluíam a melhoria das comunicações, a aproximação da linha férrea e a expansão da produção comercial, a região passou a ser concebida pelos agentes externos como um “Novo Eldorado”, substituindo gradualmente a percepção tradicional que a via apenas como sertão marginal e inóspito.

1.4. Entre a fronteira e a promessa: um Novo Eldorado

A partir da década de 1880, a região do Sertão do Paranapanema começou a ser progressivamente retirada da condição periférica, passando a

⁷⁰ SCHMIDT, Cornélio. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904: notas etnográficas do Prof. Herbet Baldus e apontamentos históricos do Dr. Edgard Lacerda de Andrade. Prefácio de Carlos Borges Schmidt. Anais do Museu Paulista, Tomo XV. São Paulo: Museu Paulista, 1961, p. 438

integrar, ainda que de forma incipiente, os circuitos econômicos em expansão como área de interesse crescente. Esse afastamento da condição anterior decorreu da instalação da malha férrea nas áreas próximas ao sertão, iniciada na década de 1870, que possibilitou o florescimento da produção cafeeira nestas regiões, e tornou viável a expansão da ocupação e das atividades econômicas para outras localidades no interior da província.⁷¹

Assim, ao final do século XIX, a região de Botucatu, por exemplo, de onde partiu José Theodoro de Souza, já havia sido alcançada pela malha ferroviária e iniciava um processo acelerado de inserção nos circuitos econômicos da cafeicultura, acompanhando o avanço da fronteira cafeeira. A reorganização da produção agrícola nessas áreas, marcada pela implantação de lavouras jovens e por elevados níveis de rendimento, então entre os mais altos da província, em virtude de sua recente incorporação, contribuiu para evidenciar a viabilidade da ocupação de terras situadas além dessas zonas já integradas. Desse modo, abriram-se novas perspectivas de exploração territorial e produtiva para regiões até então pouco incorporadas aos circuitos econômicos, entre elas o Sertão do Paranapanema.⁷²

Na esteira desse avanço, a partir da década de 1880, foram adotadas medidas ainda tímidas e descontínuas, voltadas a preparar as condições para a inserção do Sertão do Paranapanema na expansão econômica então em curso, sobretudo no que se refere à cafeicultura. Nesse contexto, a região passou a contar com a atuação de comissões científicas encarregadas de avaliar o potencial econômico do interior da província, aferindo sua aptidão produtiva segundo critérios definidos prioritariamente pelas exigências da economia cafeeira, em consonância com os interesses da elite cafeeira.⁷³ De forma complementar, atuaram comissões de medição, responsáveis por verificar a situação fundiária e demarcar terras públicas e particulares, ordenando a

⁷¹ SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo 1870-1940*. São Paulo: editora Hucitec, 1981, p. 40-41.

⁷² Monbeig, p. 171. Segundo Pierre Monbeig, em Botucatu por exemplo, o rendimento do café era de 72 arrobas por 1000 pés, em lençóis 95, São Manuel 85 e Piraju 99.

⁷³ GIAVARA, Eduardo. *Viagem ao desconhecido: o olhar científico nas fronteiras do oeste paulista (1886-1905)*. 2007. 178 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2007, p. 21

disponibilidade da terra de modo a viabilizar a expansão cafeeira sobre a região, ainda que não restrita a ela.⁷⁴

A atuação dos comissários de medição na região do Paranapanema foi relativamente breve. Chefiada por José Ribeiro da Silva, estendeu-se entre 1887 e 1889. Ainda assim, resultou na legitimação de algumas propriedades, entre as quais se destacam oito imóveis na posse de José Theodoro de Souza, cinco pertencentes a João da Silva Oliveira e um na de Francisco Paula Moraes, posse dos três principais posseiros responsáveis pela formação da estrutura fundiária da região.⁷⁵

Por sua vez, em 1886 foi realizada a única expedição científica do século XIX voltada ao reconhecimento das características físicas, econômicas e sociais da região, liderada pelo engenheiro Theodoro Sampaio e conduzida no âmbito da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Criada com o objetivo de explorar e produzir um conhecimento sistemático do território paulista, como subsídio à racionalização da ocupação e às políticas de modernização da província, a atuação da Comissão na região somente voltaria a se manifestar no século XX, no ano de 1906, no Vale do rio do Peixe, então acompanhada por outras expedições de caráter científico organizadas por diferentes agentes e instituições.⁷⁶

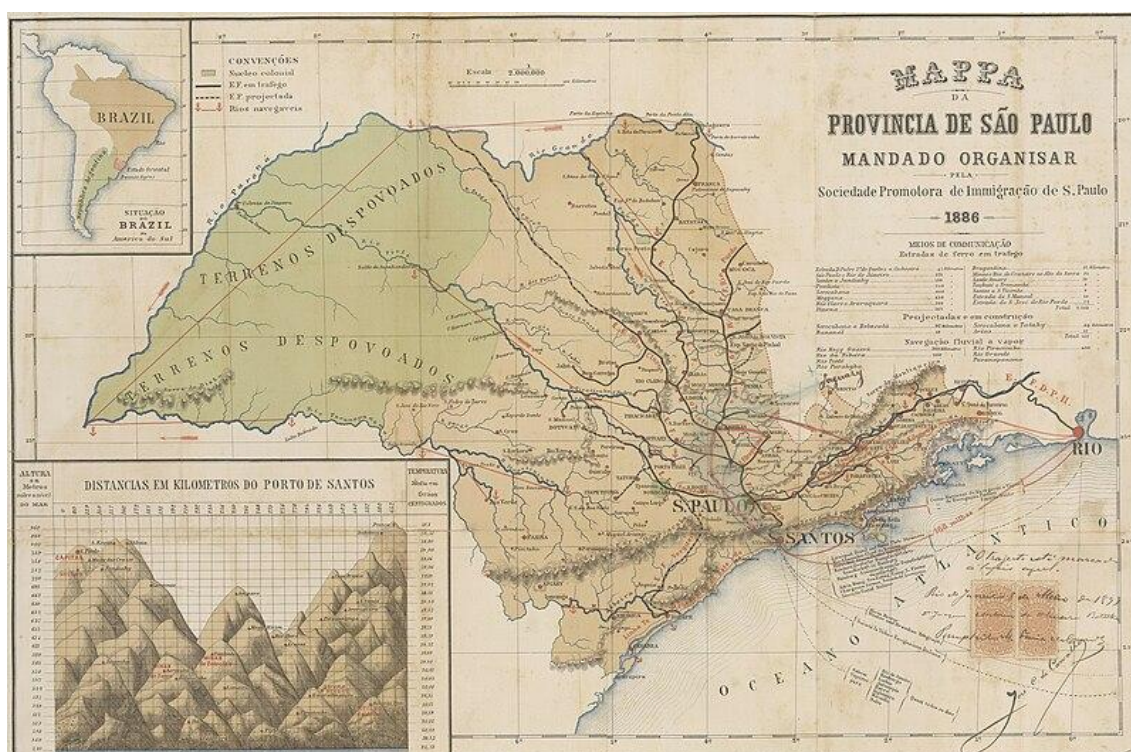
Embora ainda pontuais e descontínuas, essas primeiras iniciativas refletiam, na década de 1880, a emergência de um processo incipiente de valorização de uma área que, até então, permanecera por décadas à margem dos espaços considerados produtivos. Tal movimento, contudo, estava longe de se encontrar consolidado, como evidencia a persistência da classificação da região e suas adjacências como “terrenos despovoados”, mesmo diante da presença efetiva de moradores, conforme registrado no mapa da Província de São Paulo elaborado pela Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, instituição que atuou de forma decisiva na reorganização do trabalho e na expansão da fronteira agrícola paulista.

⁷⁴ Silva, *op.cit.*, p. 192-194

⁷⁵ Cobra, *op.cit.*, p. 127.

⁷⁶ Giavara, *op.cit.*, p. 157-164.

Figura 3. Mapa da Província de São Paulo, de 1886



Fonte: Arquivos do Museu Ferroviário de Araçatuba-SP

Como parte do aumento progressivo do interesse pelo potencial econômico da região, outros conjuntos de iniciativas destinados a preparar o terreno para sua ocupação efetiva passaram a ser desenvolvidos, de maneira cada vez mais contínua, sobretudo na passagem para o século XX. Diante da insuficiência das vias de comunicação existentes, o governo buscou planejar e abrir estradas de rodagem com o objetivo de viabilizar a circulação de pessoas e o escoamento da produção, antecipando a articulação econômica de um território ainda pouco integrado. Assim, diante dessa situação, em 1892, por exemplo, procedeu-se à abertura da estrada até o Rio Paraná e, a partir de 1906, aproveitando-se o traçado dessa via preexistente, iniciou-se a abertura da Estrada Boiadeira.⁷⁷

Outra medida foi o reforço da atuação de políticas voltadas ao controle das populações indígenas, que, ao funcionarem como instrumentos de

⁷⁷ GIOVANETTI, Bruno. *Esboço histórico da Alta Sorocabana*. São Paulo: Imprensa gráfica da Revista dos Tribunais, 1943, p. 26-31. A estrada criada em 1892, contudo, não foi utilizada devido à população ainda reduzida do sertão. A estrada boiadeira, em contrapartida, foi intensamente utilizada como escoadouro do rebanho mato-grossense até a sua substituição pela Estrada de ferro em 1921.

reorganização do espaço, buscavam viabilizar a incorporação de novas áreas à dinâmica colonizadora. Ao promoverem a concentração dos grupos indígenas nos aldeamentos, sob maior controle direto, essas ações contribuíram para desobstruir áreas consideradas estratégicas, ao mesmo tempo em que buscavam produzir condições de maior segurança para a fixação das fronteiras agrícolas e para a ocupação estável do território.⁷⁸

Foi nesse contexto que o cultivo do café, principal produto econômico do país no período, passou a se expandir na região, ainda que de maneira incipiente.⁷⁹ Em 1904, por exemplo, registrava-se em uma fazenda local, a Fazenda Taquaral, a presença de 80.000 pés de café, e, em 1906, constatava-se a existência de uma máquina de beneficiar café, indício de que a cultura já adquiria certa relevância, embora permanecesse em posição secundária na economia local.⁸⁰ Nesse momento, no entanto, outras atividades continuavam a exercer papel mais significativo do que a produção cafeeira, como o cultivo do arroz, do milho e do fumo, e a criação de gado.

O conjunto dessas transformações acompanhou e gradualmente intensificou a valorização da região, abrindo espaço para práticas de especulação fundiária que se estenderiam até, aproximadamente, a década de 1920.⁸¹ Nessa especulação atuaram tanto os fazendeiros locais, que compravam terras na região ou, em alguns casos, se apropriavam ilegalmente de propriedades para revender ou fracionar, quanto especuladores provenientes de outras regiões, em especial, segundo Célia Penço, cafeicultores vindos das antigas zonas cafeeiras, cuja decadência nas áreas de origem os levava a buscar novas oportunidades. Esses agentes, assim como os fazendeiros locais, adquiriram pequenas glebas, manipularam escrituras e consolidaram propriedades, visando vender posteriormente os lotes em parcelas, sobretudo a colonos das antigas zonas cafeeiras que já haviam conseguido acumular algum capital.⁸²

⁷⁸ Di Credo, *op.cit.*, p. 98-99.

⁷⁹ Monbeig, *op.cit.*, p. 137.

⁸⁰ Schmidt, *op.cit.* p. 446; Krug, *op.cit.*, p. 408.

⁸¹ Monbeig, *Op.cit.*, p.114 Segundo Monbeig, na década de 1920, as atenções do capital passaram a se voltar de forma mais decisiva para as terras do Oeste paulista, em um contexto de prosperidade da economia global pós-Primeira Guerra Mundial. Esse movimento imprimiu novo impulso a uma marcha de expansão já em curso desde a década de 1880, contribuindo para estabilizar a produção e regularizar as fronteiras.

⁸² Penço, *op.cit.*, p. 43.

Atraídos pelas perspectivas de novas oportunidades econômicas e sociais que se criavam a partir nesse cenário, gradualmente mais indivíduos se dispuseram a antecipar a expansão da lógica produtiva nessas regiões. Passava a se consolidar assim a ideia de um Novo Eldorado sob a região, em contraste com representações anteriores que retratavam a região como um ambiente hostil.

Esse era o caso de Manoel Dias. Simples padeiro, ao tomar conhecimento das oportunidades anunciadas pelo prolongamento dos trilhos nas proximidades, decidiu vender seus bens e se estabelecer na vila de Conceição de Monte Alegre, acompanhado da esposa e da sogra. Movido pela perspectiva de melhores condições de vida e pela possibilidade de participação na nova dinâmica econômica, este caso, embora retirado de um conto cuja historicidade não pode ser verificada, ilustra bem como as expectativas geradas pelas iniciativas do Estado e por agentes privados transformaram a percepção sobre o interior da província, particularmente sobre o Sertão do Paranapanema, onde se estabeleceu.⁸³

Impulsionado por essas novas expectativas que se gerava sobre a região, novos “Manueis” passaram a fixar-se na região, e a população total do Vale do rio Paranapanema, que em 1872 correspondia a 57.406 habitantes, passou a registrar 89.840 habitantes em 1886, com aproximadamente um terço desse contingente constituído por imigrantes recém-chegados. sendo aproximadamente um terço dessa população composta por imigrantes dos últimos anos. Ainda assim, a densidade populacional do Sertão do Paranapanema permanecia reduzida, rondando apenas três habitantes por quilômetro quadrado, evidenciando o caráter ainda incipiente da ocupação e a disparidade entre áreas já integradas e aquelas ainda periféricas.⁸⁴

Apesar do caráter ainda incipiente da ocupação, o influxo desses novos habitantes relevou-se suficiente para propiciar o surgimento e o florescimento inicial de núcleos urbanos e a consequente, formação de municípios na região. Esse era o caso da Vila de São José dos Campos Novos do Paranapanema, o

⁸³ GIANNASI, João Chrysostomo. *Histórias que vivi...e outras que me contaram*. Maringá, 2003, p. 181-182.

⁸⁴ SAMPAIO, Theodoro. Boletim da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo – Considerações geográficas e econômicas sobre o Vale do Rio Paranapanema. São Paulo: Leroy King Bookwalter, Typ. King, 1890, p. 105.

primeiro povoado constituído por José Theodoro de Souza, ainda no início da ocupação, que no ano de 1885 evoluiu para município, e posteriormente, no ano de 1892, tornou-se comarca da região em virtude do aumento crescente da região. Ademais, muitos desses municípios foram, ao longo desta fase, sucessivamente se desmembrando à medida que o fluxo de novos habitantes aumentava, dando origem a novas unidades administrativas.⁸⁵

Essas transformações, que se sucediam desde a década de 1880, atingiram um ponto de consolidação significativa entre a década de 1920 e 1930. Neste momento a ferrovia já havia estendido seus trilhos por toda a região, alcançando as margens do Rio Paraná com a abertura do último trecho, entre Presidente Venceslau e Presidente Epitácio, inaugurado em 1922.⁸⁶

A ferrovia passou assim a imprimir seu próprio ritmo sobre a região, funcionando como um verdadeiro agente organizador do tempo. A passagem do trem noturno, anunciava o fim do dia, sinalizando, de forma simbólica, a profunda transformação na vida cotidiana e na organização espacial da região.⁸⁷

Com essa consolidação também, a região deixou de constituir uma espécie de reserva para futuras explorações e firmou-se, de fato, como parte integrante da exploração econômica capitalista, deixando de ser percebida apenas como “sertão” e passando a ser identificada como a sub-região da Alta Sorocabana, inserida no oeste do estado de São Paulo e marcada por fronteiras mais precisas dentro das divisões territoriais consolidadas da província.⁸⁸

A região, neste momento, dispunha de uma infraestrutura relativamente consolidada, composta por povoados e municípios que funcionavam como pontos de apoio às plantações em expansão. Além disso, contava com as próprias ferrovias, e portos, serviços públicos, linhas telegráficas, bancos e companhias de hipotecas e comércio, fruto direto das transformações e esforços empreendidos desde o período inicial de valorização territorial.⁸⁹

Essas transformações, no entanto, reestruturaram profundamente o território, impactando não apenas as relações econômicas e sociais, mas

⁸⁵ Penço, *op.cit.*, p. 49.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 40.

⁸⁷ CORRÊA, Anna Maria Martinez. *Poder local e representatividade político-partidária no Vale do Paranapanema*. Tese (Livre-docência – História da América) – Instituto de Letras, História e Psicologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 1988, p. 65-66

⁸⁸ *Ibidem*, p. 3-4.

⁸⁹ Penço, *op.cit.*, p. 18.

também os modos de vida e as práticas das populações que o ocupavam. Passaram, assim, a suprimir antigas formas de produção e organização, dizimando comunidades indígenas e alterando de maneira irreversível a própria natureza da região.

A cobertura vegetal, anteriormente densa e contínua, passou a ser sistematicamente desmatada ao longo do processo de integração regional. À medida que a ocupação se aprofundava, esse processo se intensificava, destinando-se, em grande parte, à abertura de áreas para a agricultura, sobretudo para suprir a crescente demanda da produção cafeeira e de outras atividades emergentes. Paralelamente, a madeira e outros recursos extraídos da vegetação tornaram-se insumos essenciais para a construção de obras de infraestrutura, em especial das ferrovias, fornecendo o suporte material necessário à expansão econômica do interior.⁹⁰

De forma concomitante, a presença indígena foi progressivamente fragilizada pelo avanço da fronteira agrícola. O contato crescente com os colonizadores provocou mortes em larga escala, sobretudo em razão de epidemias, e levou muitas populações a se deslocarem ou fugirem da região.⁹¹ Além disso, por meio de políticas de aldeamento e catequese, muitos indígenas foram integrados de maneira compulsória às novas estruturas sociais, sofrendo um processo de assimilação que apagou gradualmente suas identidades e modos de vida tradicionais.

Por fim, A expansão da economia capitalista e a integração da região à lógica mercantil tiveram efeitos profundos sobre os ocupantes anteriores, segundo Eduardo Giavara.⁹² Assim, a antiga coexistência entre agricultura de subsistência e produção comercial gradualmente se dissolveu, à medida que o dinheiro passou a ocupar posição central nas relações sociais, assim como pontuado por Antonio Candido.⁹³

O ritmo tradicional do trabalho, ajustado ao ciclo agrícola e à vida comunitária, a indústria doméstica, bem como nas crenças e práticas cotidianas,

⁹⁰ Sobre isso, ver: ANDRADE, Pedro Paulo de. *A devastação da floresta no Vale do Paranapanema: uma leitura dos autos do arquivo do Fórum da Comarca de Assis (1890-1944)*. Tese (Dissertação de Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, 2005, p. 86.

⁹¹ Monbeig, *op.cit.*, p. 132.

⁹² Giavara, *op.cit.*, p. 142-143.

⁹³ Candido, *op.cit.*, p. 166-168

como na terapêutica, onde avanços racionais coexistiam com persistências mágico-religiosas, foi abandonado em detrimento da incorporação às novas formas de trabalho, baseadas no assalariamento e em vínculos contratuais rígidos, restringindo assim a autonomia dos antigos ocupantes. O que se verificou, portanto, foi a crescente subordinação do mundo caipira às estruturas mais amplas da sociedade manifestado redes urbanas e mercantis que se constituiu na região ao longo do final do século XIX e XX, dissolveu o modo de organização anterior, reorganizando de maneira profunda a vida social, econômica e simbólica da população rural.⁹⁴

Esse longo processo de ocupação, iniciado na década de 1880, no entanto, foi marcado por intensas disputas, especialmente em torno da especulação fundiária. Essas dinâmicas articularam-se de maneira profunda com a organização social e política local, constituindo um elemento particularmente sensível na história local.

⁹⁴ Sobre isso, ver: CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CAPÍTULO 2

Os meandros do poder local: o mandonismo e a mobilização dos dependentes no Sertão do Paranapanema

As terras da região do Sertão do Paranapanema, desde o início de sua ocupação, foram marcadas por intensas disputas fundiárias. Inicialmente, esses conflitos envolveram a população indígena; posteriormente, com a valorização crescente da região, somaram-se a eles grileiros e especuladores.

Essas disputas, contudo, não se davam em condições de igualdade. Estruturadas à semelhança da formação agrária brasileira, as relações fundiárias locais eram profundamente desiguais, favorecendo sistematicamente os grupos mais poderosos. Marcadas pela concentração da terra e pela subordinação política ao mando local, tais disputas reproduziam e reforçavam as hierarquias já existentes.

Nesse contexto, os chefes locais, valendo-se da mobilização de seus dependentes e do controle de recursos econômicos, técnicos e políticos, exerciam influência decisiva sobre a apropriação das terras, direcionando-a em benefício próprio e de suas redes de clientela, sobretudo diante do crescente interesse econômico pela região.

2.1. Mandonismo e coronelismo: panorama histórico

Desde os primórdios da colonização, o acesso aos recursos estratégicos, em especial à terra, revelou-se profundamente desigual. O regime de concessão das sesmarias, ao delegar a particulares a incorporação do território, privilegiou sistematicamente agentes dotados de maior capacidade de mobilização de recursos indispensáveis à implantação de empreendimentos produtivos, como os engenhos. Dessa lógica emergiu uma estrutura fundiária marcada pela desigualdade, a partir da qual consolidou-se, ainda no Período Colonial, uma modalidade específica de exercício do poder local, assentada no controle privado da terra e historicamente conceituada como “mandonismo”.⁹⁵

Na constituição deste exercício de poder, a profunda assimetria na distribuição da terra operou como um mecanismo de constrangimento, compelindo os despossuídos a se vincularem aos grandes proprietários. Dessa vinculação resultou a constituição de uma estrutura de dominação fundada em um conjunto de expectativas mútuas e recíprocas entre o proprietário de terras

⁹⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira* (da Colônia à Primeira República) São Paulo: Publicação do instituto de estudos brasileiros, 1969, p. 10-15.

e os seus dependentes, que se exercia no plano do cotidiano. Por parte do proprietário, essa relação implicava a assistência material, sobretudo o acesso à terra; por parte dos dependentes, a demonstração reiterada de lealdade, sob a ameaça permanente de expulsão.⁹⁶

A relação entre senhores e dependentes estruturava-se a partir de vínculos personalizados, marcados pela proximidade e pela familiaridade, os quais conferiam à dominação assimétrica uma aparência de equivalência social, tornando-a socialmente funcional. Essa relação proporcionou aos dependentes uma capacidade de agência, que, ainda que limitada, abria margens de negociação no cotidiano da dominação.⁹⁷ Concomitantemente, tal lógica relacional também operava como um eficaz mecanismo de conservação da ordem social, ao escamotear as hierarquias existentes no interior das grandes propriedades.⁹⁸

A partir dessa relação de poder forjada no interior das grandes propriedades coloniais, as funções e instâncias da administração pública, exercidas de forma limitada e irregular pelo Estado português, em virtude da própria lógica de dominação colonial, foram, quase naturalmente, apropriadas por agentes privados. Investidos de prestígio econômico e autoridade social, construído dentro da estrutura fundiária desigual, os grandes proprietários passaram a assumir, no âmbito local, atribuições de natureza judicial, administrativa e militar, promovendo a dissolução prática das fronteiras entre as esferas pública e privada.⁹⁹

Essa forma de organização do poder local reconfigurou-se ao longo de distintas fases históricas, assumindo feições diversas conforme os contextos regionais e as transformações políticas e econômicas em curso. Ao longo do século XIX, o progressivo fortalecimento e a centralização do aparato estatal contribuíram para limitar a autonomia dos proprietários rurais na apropriação direta das funções públicas, conduzindo à remodelação as formas de exercício do poder local. Nesse novo contexto, especialmente no final do século XIX, já na

⁹⁶ PRADO JÚNIOR., Caio. *A questão agrária no Brasil*. 2a ed. São Paulo: editora brasiliense, 1979, p. 18-19.

⁹⁷ MOURA, Denise A. Soares de. *Saindo das Sombras: Homens Livres no Declínio do Escravismo*. Campinas: CMU Publicações, 1998, p.118-119; 130-131

⁹⁸ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ªed. São Paulo, editora Unesp, 1997, p. 87-92.

⁹⁹ Queiroz, *op.cit.*, p. 88

República, o mandonismo, herdado da formação da estrutura agrária brasileira, passou a operar por meio da mediação com o Estado, assumindo uma feição histórica específica, convencionalmente designada como coronelismo.¹⁰⁰

No coronelismo, o exercício do poder local estruturou-se como um arranjo político baseado em um compromisso recíproco entre as lideranças locais e as instâncias superiores do Estado. Nesse pacto, o voto constituiu elemento central, uma vez que a ampliação do sufrágio na República, fez da mobilização eleitoral a base da reprodução do poder político. Assim, apoiados em uma posição de poder privilegiado social e economicamente, os chefes locais asseguravam a estabilidade eleitoral e a fidelidade política indispensáveis à reprodução da ordem republicana. Em contrapartida, o Estado retroalimentava esse poder privado, conferindo proteção política, e principalmente o controle privilegiado dos recursos públicos locais, como a justiça e a polícia, mecanismo fundamental para a manutenção da organização do poder herdada do período colonial.¹⁰¹

Essa mediação entre a população local e as instâncias superiores do Estado estruturava-se, sobretudo, por meio de uma complexa teia relacional assentada em vínculos profundamente personalizados. Inseridos, na maioria dos casos, em condições de pauperismo, caracterizadas pelo isolamento e pela ausência de infraestrutura básica, os eleitores dependiam de formas de assistência que o Estado era incapaz de prover de maneira regular e sistemática.¹⁰²

Essa deficiência estatal criava o terreno propício para que os chefes locais, identificados como “coronéis” se apresentassem como mediadores imprescindíveis, convertendo a provisão pontual de bens, serviços, favores e auxílios em capital político, instrumento de consolidação de sua autoridade. Assim, teciam uma densa e duradoura rede de compromissos que lhes permitiu intermediar de forma personalizada a vida social local, sobretudo no período eleitoral, quando tais vínculos adquiriram centralidade para a manutenção do poder.¹⁰³

¹⁰⁰ LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1975, p. 251-252.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 57.

¹⁰² *Ibidem*, p. 53-56.

¹⁰³ JANOTTI, Maria de Lourdes M., *O coronelismo: uma política de compromissos*. 6ª ed. São Paulo: editora brasiliense, 1987, p. 55-57.

No sertão do Paranapanema, as relações de dependência herdadas das grandes propriedades coloniais, marcadas por vínculos personalizados, expectativas recíprocas e clientelismo, permaneciam presentes e estruturavam as práticas sociais e políticas locais. Ao mesmo tempo, à medida que a região passava por transformações econômicas e políticas e adquiria maior valorização entre o final do século XIX e início do XX, essas dinâmicas de poder se manifestavam de forma particularmente perceptível, evidenciando a continuidade histórica das práticas de mediação, autoridade local e dominação que caracterizavam o mandonismo e o coronelismo.

2.2. Sob o julgo da dependência: o mandonismo no Sertão do Paranapanema

No Sertão do Paranapanema, a organização política local esteve fundamentalmente ligada à forma como se deu a ocupação da região a partir de meados do século XIX. A apropriação inicial das terras, realizada por José Theodoro de Souza e por outros que o acompanharam, e sua posterior venda, favoreceram indivíduos e famílias que já detinham recursos econômicos e influência política em outras regiões, sobretudo de origem mineira. Essa dinâmica espelhou a desigualdade fundiária historicamente presente no meio rural brasileiro, consolidando relações de dependência social e política derivadas dessa concentração.

Esse era o caso, por exemplo, de Amador Brandão Nogueira Cobra, advogado, fazendeiro e político paulista, autor da obra memorialística *Em um recanto do sertão paulista*, a partir da qual dispomos de importantes informações sobre a organização política e as relações de poder na região no final do século XIX e início do século XX. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, já era fazendeiro em Mococa e havia exercido o cargo de deputado estadual antes de sua presença na região.¹⁰⁴

¹⁰⁴ Sobre a trajetória e a vida familiar de Amador Nogueira Cobra, ver: LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Genealogia paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1903-1905. v. 6, p. 383-425; MOTT, Maria Lúcia de Barros. Biografia de uma revoltada: Ercília Nogueira Cobra. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 58, p. 89-104, ago. 1986. Outro exemplo de indivíduo que já dispunha de recursos econômicos e influência política era o capitão Francisco de Assis Nogueira Filho, responsável pela doação do patrimônio que futuramente daria origem à cidade de Assis. Antes mesmo de se estabelecer na região, onde adquiriu terras com recursos provenientes da herança

Em consequência, a dinâmica de ocupação na região fortaleceu as redes de poder local em torno de elites provenientes de outras regiões, que já concentravam a propriedade da terra e dispunham de influência política em seus locais de origem. No âmbito da estrutura formada, as relações ali estabelecidas se refletiam diretamente na política, permitindo ao grande proprietário assegurar acesso à máquina pública. A importância desse arranjo aumentou com a República, à medida que o sufrágio passou a ocupar posição central na consolidação do poder local.

Na instauração da República, os dois partidos da região, liberal e conservador, representados, respectivamente, por Nicolau de Mayo e João Vicente Figueiredo e suas famílias, se dissolveram, abrindo espaço para uma nova liderança regional. Em consequência, a condução da política local passou para João Fernandes de Araújo Leite, o João Gordo, o único indivíduo no município identificado com o ideário republicano, segundo Amador Cobra.¹⁰⁵

Em 1893, quando Campos Novos do Paranapanema foi elevada à condição de comarca, João Gordo foi afastado do cargo devido a desentendimentos com seus antigos aliados, Francisco Sanches de Figueiredo e Marciano Ferreira, chegando a ser ameaçado de morte. A partir desse momento, o poder passou a se concentrar na figura do coronel Francisco Sanches de Figueiredo, imigrante do sul de Minas, estabelecido desde 1876 com sua família na grande propriedade conhecida como “Terra dos Figueiredos”.¹⁰⁶

A ascensão de Francisco Sanches de Figueiredo na política local se deveu à sua condição de proprietário fundiário que lhe proporcionava os recursos necessários para estruturar um núcleo de dependência e convertê-lo em capital político. Dentre suas ações, destacava-se seu enfrentamento da população indígena local, vista pelos moradores como obstáculo à fixação e à segurança na região. Essa atuação consolidou seu prestígio como garantidor da ordem e agente da expansão territorial, congregando em torno de si, conforme Cobra, três quartos da população dos municípios, o que garantia ampla fidelidade

paterna, já era fazendeiro e possuía influência política em Caconde, onde exerceu as funções de subdelegado, escrivão e juiz de paz. Sobre isso, ver: DI CREDO, Maria do Carmo Sampaio. *Terras e índios: a propriedade da terra no Vale do Paranapanema*. São Paulo: Arte & Ciência, 2003, cap. Caminhos e exploradores: Botucatu e a família Assis Nogueira.

¹⁰⁵ Cobra, *op.cit.*, p. 114

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 115.

política e controle sobre os resultados eleitorais, fortalecendo seus compromissos com as instâncias superiores do Estado.¹⁰⁷

Figura 4. Foto de Francisco Sanches de Figueiredo, coronel da região no período



Fonte: GIOVANETTI, Bruno. Esboço histórico da Alta Sorocabana. São Paulo: Imprensa gráfica da Revista dos Tribunais, 1943, p. 64.

Graças ao acesso privilegiado aos recursos públicos e às instituições, resultante dessa atuação, Francisco Sanches de Figueiredo e seus aliados consolidaram o controle sobre os aparatos administrativos locais. Ao ocupar cargos estratégicos e articular funções sob sua influência, ele transformou a máquina pública em extensão de sua liderança política, ampliando seu prestígio como garantidor da ordem local.

Concomitantemente, a mobilização dos aparatos institucionais, somada à rede de clientela, mostrava-se fundamental no combate a adversários e desafetos locais. A partir do poder de que dispunha, o núcleo político assegurava

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 147

o controle do município, reduzindo ao silêncio eventuais contestadores. A dinâmica por meio da qual esses conflitos se realizavam pode ser observada no relato de Amador Nogueira Cobra, que assim descrevia:

Mantem em torno de si turma de capangas decididos, aos quais denomina “camaradas”, expressão com que disfarça a verdadeira ocupação dos mesmos, cujas atitudes, gestos, vestes e armamento portátil, desfazem qualquer dúvida sobre o fim a que os mesmos se destinam.

E quando algum temerário quer levantar a cabeça e sacudir o jugo, que não mais suporta, o capanga recebe ordem de preparar-se para começar o trabalho. Antes deste, porém, o chefe destaca, uma ou mais pessoas, de certa gravidade no aspecto, afim de irem aconselhar ao revoltado a mudar de rumo, mostrando-lhe os perigos que o rodeiam. Se os emissários nada conseguem, entra em outra fase a tentativa destinada a quebrantar o ânimo do atrevido. Começam a rondar-lhe a casa à noite, pigarreando, tossindo, assobiando, de modo a atrair a atenção do morador que, chegando à janela, vê, de relance, um vulto que foge. No dia seguinte não falta quem segrede o nome de quem esteve no quintal e a intenção.¹⁰⁸

Essa intimidação, no entanto, operava como um primeiro ato de coerção. Caso o indivíduo persistisse no enfrentamento ao poder local, passava a ser progressivamente submetido a ações cada vez mais violentas:

Se o revoltado, destemido, mantém sua altitude, o capanga dá, bem próximo dele, à noite, descarga de arma de fogo, sem atingir, o alvo, entretanto. Se ainda persiste, de duas uma: ou é expulso, montado em égua magra, fingindo para isso levante popular, (caso não seja capaz de resistir, a bala) ou prepara-se a tocaia, com ensaio: dá-se, como doutra vez, tiro para o ar; passado tempo, vem segunda, quando a anterior não abateu a coragem do temerário.

A repressão tendia a se intensificar progressivamente, podendo alcançar o recurso ao assassinato por parte do chefe local, quando as demais formas de pressão se mostravam insuficientes. Tal desfecho, no entanto, não se apresentava abertamente, sendo frequentemente dissimulado por meio da encenação de conflitos pessoais. Desse modo, os chefes locais faziam com que o ato parecesse resultado de desavenças entre indivíduos, como observa Amador Nogueira Cobra:

Antes, porém, de lançar mão desse recurso extremo – o assassinato – costuma o chefe, conforme o caso, usar de artifícios que desviem a atenção de pessoas de fora, e dos parentes da vítima, para que não

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 150

lhe atribuem o crime de emboscada. Tendo, pois, a perseguição chegado a fase da égua magra, ou dos disparos inofensivos, detém-se ele, finge, publicamente, que fez pazes com o adversário, com intenção de alcançar o mesmo fim por outros meios.

A nova tática é a seguinte.

Neste mundo não há quem não tenha desafetos. Por mais que queiramos evitá-los, não o conseguiremos: ha os gratuitos, adquiridos na luta pela vida, no choque de interesses, ainda que lícitamente defendidos, e outros que fazemos porque nos têm inveja.

O chefe, pois, dá começo a uma serie de enredos entre a futura vítima e alguém que com esta não se dê e o faz com muita habilidade, por intermédio de terceiros, simulando tomar o partido daquela contra o deste. Em matéria fingimento ninguém lhe leva vantagem; sabe-se tão bem que os enredados não percebem cousa alguma e até ficam lisonjeados e gratos ao intrigante.

Se o adversário, em vez de ser morto, mata, pagará na cadeia o atrevimento de levantar a cabeça contra “o poder constituído”, reconhecido e acatado. A medida que o tecido se complica, vae trabalhando com afinco, com mais ardor, ao ponto em que os dois troquem injurias ou cheguem a vias de facto. Se do encontro resulta a morte do adversário, tudo está acabado: conseguiu ficar livre deste sem se comprometer. Se a intriga, porém, não surte efeito, manda fazer a tocaia, procurando antes saber ao certo os dias em que aquele costuma viajar e por que estrada.¹⁰⁹

Frequentemente, essa violência direta articulava-se à mobilização dos aparatos institucionais. Estes, funcionando muitas vezes como mecanismo de encobrimento dessas ações e articulados ao controle dos dependentes, criavam condições para garantir a impunidade dos responsáveis. A dinâmica por meio da qual esse mecanismo operava pode ser observada em outro trecho do relato de Cobra, que assim complementava a descrição da violência anteriormente citada:

Dá-se o assassinato. No inquérito, as testemunhas arroladas ‘de nada sabem, nada viram’ de positivo, senão que “o falecido” tivera, dias antes, briga com fulano por questão de terras, de tirada d’água, de porcos estragando roças ou questão pra mór de” mulheres. O cadáver vae para o cemitério; o chefe acompanha o enterro; pega na alça do caixão; dos pêsames à viúva; acaricia os órfãos, censura o assassinato e assiste à missa do sétimo dia. Processado é o que discutiu publicamente com a vítima, dias antes, autor provável do crime. Vae a júri; empenha-se com os jurados; gasta dinheiros; sai livre e vai agradecer a liberdade ao que foi causador de tudo aquilo. Sendo francamente partidárias, como eram, anos passados, as autoridades policiais, desde o inspetor de quartelão, até o delegado, nada mais fácil que arquitetar tais inquéritos, desviando-os da orientação verdadeira. Intimidavam testemunhas com ameaçadas de pancada e até de processo por calúnia. Alteravam a natureza dos ferimentos no autor de corpo de delito, feito por peitos tirados da grei, e usavam de outros meios ao seu alcance.¹¹⁰

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 150-152.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 152-153.

Dentro dessa dinâmica de violência, perseguição a adversários e inimizades locais, destacavam-se sobretudo os conflitos ligados à questão da terra. Inserida em um contexto de valorização crescente da região, a terra tornava-se cada vez mais alvo de disputas e de especulação fundiária, e a proteção da posse, no contexto regional, era indissociável da dinâmica do poder local. Tal articulação fortalecia as redes de dependência em torno da liderança do coronel, reforçando, nas palavras de Amador Nogueira Cobra, a capacidade de controle político do coronel e de seus aliados:

A coesão e resistência admiráveis da agremiação que se criou com esses elementos, vinham principalmente de entrelaçar-se a questão da terra, falsamente adquirida, com a do prestígio político do chefe e seus adeptos faziam depender aquela deste inculcando na mente dos eleitores que estariam tranquilos em suas casas, enquanto seu protetor dominasse na política; caído que fosse, outro que o substituísse, defenderia interesses de legítimos proprietários e os intrusos seriam enxotados; não se consumaria a prescrição aquisitiva, começada em seu favor, a completar-se depois de dez, vinte ou trinta anos, porque, fatalmente, se daria interrupção por meios.¹¹¹

O uso dos aparatos institucionais articulado ao controle exercido sobre a população, neste sentido, possibilitou a continuidade dessa estrutura de organização local. No entanto, essa mesma estrutura também contribuiu para o isolamento e a estagnação da região, na medida em que a condução da vida pública se subordinava aos interesses do coronel, em detrimento da autonomia municipal. Essa condição pode ser apreendida em um trecho do jornal *A Voz do Povo*, de 10 de abril de 1910, no qual o isolamento e o abandono material da região aparecem associados à utilização da população local como massa eleitoral:

[...] Afigura-se-nos que constituímos um povo a parte segregado, isolado do convívio da civilização, eternamente extasiados antes a grandeza destas matas virgens, indiferente a todos pelo cancro do ceticismo manchado pelo estigma do analfabetismo constituímos uma aglomeração passiva, brinquedo eterno de politicagem, massa eleitoral que os detentores das posições da alta política do Estado periodicamente manjema sem ao menos recompensarem tamanha dedicação com o favor de uma escola, um grupo escolar, uma estrada, uma ponte, um edifício para a cadeia. [...] ¹¹²

¹¹¹ *Ibidem*, p. 159.

¹¹² *A voz do povo*, São Paulo 10 abr. 1910.

A restrita autonomia municipal não significava, contudo, a inexistência de melhoramentos materiais na região. Essas iniciativas, entretanto, parecem ter apresentado caráter pontual e estavam, em grande medida, subordinadas aos interesses do coronel e de sua rede de aliados, de modo que os benefícios por elas produzidos atendiam a esses interesses e, ao mesmo tempo, contribuíam para reforçar seu prestígio. A abertura da estrada do Alto Paraná, também conhecida como estrada boiadeira, à luz da dinâmica descrita, parece ilustrar bem esse processo.

A abertura dessa estrada, promovida pelo governo, começou no ano de 1906. Esse empreendimento visava estabelecer uma via de ligação da região com o estado de Mato Grosso, ampliando as possibilidades de circulação e de escoamento da produção. Sua realização, por sua vez, contou decisivamente com a atuação do coronel Francisco Sanches de Figueiredo, que, ao mobilizar em Platina o engenheiro Otto Meusser e noventa e nove homens para dar início aos trabalhos, contribuiu para a superação das dificuldades na construção impostas pelo isolamento da região.¹¹³

Considerando o contexto anteriormente apresentado, no entanto, esse auxílio parece explicar-se sobretudo pelo atendimento aos interesses do próprio coronel e de sua rede de aliados, em sua maioria grandes proprietários de terras interessados na valorização regional. Ao mesmo tempo, produzia também certos melhoramentos locais, reforçando seu prestígio pessoal como garantidor da ordem local.

Essa dinâmica não se desfez nem com o assassinato do coronel Francisco Sanches, em 1912, nem com o início das reformas que, na Primeira República, buscaram reorganizar o Judiciário paulista e instituir uma polícia de carreira. Embora tais medidas pretendessem conferir maior autonomia e impessoalidade às instituições, na prática, estas continuaram a funcionar em estreita interação com as lideranças locais. O controle exercido sobre a população, especialmente os inspetores de quarteirão, subdelegados, jurados e testemunhas, permitiu a persistência da estrutura de mando local baseada na dependência pessoal. O modo como esse controle se exercia na prática é descrito por Amador Nogueira Cobra nos seguintes termos:

¹¹³ GIOVANETTI, Bruno. *Esboço histórico da Alta Sorocabana*. São Paulo: Imprensa gráfica da Revista dos Tribunais, 1943, p. 28.

Nos tempos rubros da política, antes que se renovasse o corpo de juízes de facto, as cousas se passavam deste modo: formado o conselho, o chefe aproximava-se da grade que o separava do recinto, cruzava os braços, olhando para os jurados e os jurados para ele; se passados alguns segundos, os desprendia, isto significava que o acusado devia ser absolvido e condenado, caso contrário. Outras vezes levavam já ordem de julgar culpado ou inocente o réu, antes de formar-se conselho.¹¹⁴

Em razão desse quadro, os juízes de direito raramente se fixavam na região neste período, temendo a intermediação do coronel. Por consequência, a vara permanecia quase sempre sob a responsabilidade do primeiro juiz de paz da comarca. Esse juiz, leigo e eleito pelo partido dominante, atuava quase sempre em benefício dos aliados locais, seguindo constantemente as orientações do advogado que, ao mesmo tempo, presidia o diretório partidário, comprometendo a autonomia do Judiciário.¹¹⁵

Ainda assim, o início dessas reformas institucionais não foi irrelevante, pois indicava o desencadeamento de um processo de mudança na região que se consolidaria posteriormente. Advogados que, anteriormente, dificilmente conseguiam a absolvição de um acusado quando este desafiavam o chefe político passaram, ainda que de forma tímida, a conquistar maiores margens de atuação. Começavam, assim, a surgir fissuras em um sistema que, embora resiliente, deixava de ser absolutamente impermeável.¹¹⁶

Apesar do início de transformações nessa forma de organização, a estrutura coronelista ainda se apresentava de maneira perceptível na região durante a década de 1920. Nesse período, o território já se encontrava economicamente integrada, com um sistema ferroviário complementado por ligações rodoviárias, e caminhava para uma urbanização efetiva, com as cidades assumindo papel cada vez mais central, sobretudo pela função de comercialização dos produtos agrícolas. No entanto, a estrutura de mando local não se dissolveu, pois, a população permanecia majoritariamente concentrada

¹¹⁴ Cobra, *op.cit.*, p. 203

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 167.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 204

na zona rural, e as relações de dependência pessoal continuavam a organizar grande parte da vida social e política.¹¹⁷

Essa organização, no entanto, apresentava mudanças significativas na mesma década, em decorrência das transformações econômicas e sociais. A expansão ferroviária e o surgimento de novos núcleos urbanos alteraram o eixo de dinamismo regional, reduzindo a centralidade do antigo núcleo de Campos Novos, que perdeu a condição de sede de comarca em 1918, quando o posto foi transferido para Assis. Com isso, passaram a se afirmar com maior vigor grupos dirigentes já estabelecidos em outros municípios da região, cuja importância cresceu diante dessas mudanças.¹¹⁸

Essas alterações no sistema tornaram-se mais evidentes ao longo da década de 1920 e se acentuaram na década de 1930. Nesse período, ainda que de forma incipiente, emergiram contestações e denúncias de arbitrariedades associadas às lideranças políticas regionais. A política de Washington Luís, ao enfatizar o fortalecimento institucional do Estado, a ampliação de sua presença administrativa e a valorização da justiça como instrumento de ordem pública, anunciava, segundo Anna Maria Martinez Corrêa, a chegada de novos tempos, marcados pela promessa de superação dos abusos vinculados ao poder local.¹¹⁹

Essa organização política e estrutura de poder regional estiveram profundamente articuladas à terra, base material a partir da qual se organizavam as relações de dominação. Por essa razão, as questões relativas à posse e ao controle das terras mobilizaram constantemente os grandes proprietários locais, que recorreram à própria estrutura do poder municipal para lidar com esses conflitos, manifestados sobretudo em dois âmbitos principais.

O primeiro dizia respeito aos conflitos com as populações indígenas, já existentes na região de Botucatu no início da expansão, e que se estenderam à medida que o avanço pioneiro incorporava novos territórios, entre eles o Sertão do Paranapanema. O segundo, por sua vez, relacionava-se à crescente valorização das terras, sobretudo a partir do final do século XIX, quando a

¹¹⁷ CORRÊA, Anna Maria Martinez. *Poder local e representatividade político-partidária no Vale do Paranapanema*. Tese (Livre-docência – História da América) – Instituto de Letras, História e Psicologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 1988, p. 72

¹¹⁸ *Ibidem*, p.102; 134-135.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 131-132.

expansão da fronteira agrícola direcionou os interesses de diversos agentes para a região, intensificando o processo de especulação fundiária.

2.3. Sob o julgo da expansão: expropriação e confronto sobre as terras do Sertão indígena

O avanço sobre o interior paulista, assumindo formas diversas ao longo do tempo, esteve desde cedo marcado por confrontos. No contexto do reavivamento agrícola do século XIX, quando a marcha de interiorização se estruturava a partir do Sertão de Botucatu e se projetava para seus arredores, entre eles o Sertão do Paranapanema, essa dinâmica encontrou na presença indígena o principal foco de oposição às ações de colonização.¹²⁰ Tal oposição manifestava-se sobretudo por meio de práticas de resistência ao avanço colonizador, expressas na destruição de plantações, no furto de gado, em incêndios e em emboscadas.

Dentro desse contexto, diversos mecanismos e estratégias foram acionados, em grande medida, pelos grandes proprietários locais para consolidar suas apropriações. A partir de sua posição social e econômica, esses proprietários mobilizaram seus dependentes e articularam a atuação do Estado a seu favor pela mobilização das instâncias locais de poder.¹²¹

Essas atuações do Estado, dentro do contexto do reavivamento agrícola, eram no sentido de garantir e consolidar a ocupação do território apresentado como espaço “assombrado por uma casta de terrores fantásticos e imaginários perigosos”, criando condições para a integração dessa região de terras roxas e férteis, à economia agroexportadora.¹²² Neste processo, as intervenções do Estado incidiram também sobre as populações indígenas, percebidas como o principal obstáculo a ocupação, sobretudo das áreas visadas à expansão, sob

¹²⁰ DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. Terras e índios: a propriedade da terra no Vale do Paranapanema. São Paulo: editora Arte & Ciência, 2003, p. 107-111.

¹²¹ *Ibidem*, p. 86-87

¹²² SAMPAIO, Theodoro. Boletim da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo – Considerações geográficas e econômicas sobre o Vale do Rio Paranapanema. São Paulo: Leroy King Bookwalter, Typ. King, 1889, p. 7

justificativa de integração dessa população, tanto dos “selvagens” quanto dos “aldeados”, aos referenciais de civilidade então vigentes.¹²³

Assim, os primeiros momentos dos colonizadores na região do Sertão do Paranapanema foram marcados por diversas ações no sentido de consolidação do avanço. Entre elas se destacavam especialmente aquelas contra os indígenas que constituíam o principal obstáculo ao avanço colonizador.

Por parte dos particulares as estratégias para lidar com a população indígena se traduziam na realização de batidas nas matas, financiadas e coordenadas, ao que parece, usualmente pelos grandes proprietários já estabelecidos na região, com a mobilização de suas redes de dependentes. Essas batidas, funcionavam como instrumento de espoliação do território indígena e resposta às práticas de contestação dos nativos, embora tenha frequentemente se mostrado insuficientes diante do profundo conhecimento que os nativos possuíam sobre a região, como mostra um caso relatado ao engenheiro Theodoro Sampaio que se encontrava na região para avaliar seu potencial econômico, no contexto de sua crescente valorização:

O Sr. Joaquim Pedro de Figueiredo, nos fez a narração do triste caso da morte dos seus filhos, dos dois escravos e da batida que organizou para castigar o bugre. Eram trinta e dois homens da expedição, subiram a serra dos agudos e depois de dois dias de marcha, já com a noite, deram com uma grande aldeia de bugres. Estes, tendo pressentido o ataque, tomaram precauções, retiraram as famílias, deixando apenas os velhos e reuniram todos os guerreiros validos em números de dois mil, que acho exagerado, e dividiram-se em partidas emboscadas nos arredores da aldeia. Quando a gente da batida investiu contra esta, tendo deixado atrás alguns homens para cobrir a retirada, uma nuvem de flechas acorrelheu-a de todos os lados, travando-se porfiado combate desde o nascer do sol até cerca de 9 horas. Do lado dos Figueiredos saíram flechados 6 homens e do lado dos bugres não sabem dizer quantos pereceram ou ficaram fora de combate, porque o índio tem por hábito arrastar os seus mortos e carregar os feridos para longe das vistas dos seus inimigos. Em todo o caso, há grande exageração em dizer-se que morreram 120 índios nesta refrega. A lição, todavia, não foi bastante severa, porquanto em menos de um ano, os bugres voltaram a campo, e ainda agora trazem em continuo sobressalto os fazendeiros vizinhos dos Agudos.¹²⁴

¹²³ CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Legislação Indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889*. Colaboração de Mara Manzoni Luz, Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992, p. 12-13.

¹²⁴ Sampaio, *op. cit.*, p. 108.

Para além da espoliação e retaliação aos indígenas, essas batidas também foram mobilizadas para constituírem mão de obra na localidade.¹²⁵ Neste sentido, essas expedições foram acompanhadas do apresamento de alguns indivíduos, especialmente de mulheres indígenas.

Integrando um padrão recorrente nos processos de apresamento, a incorporação de mulheres indígenas não se constituía como prática ocasional. Segundo Soraia Dornelles, mulheres e crianças eram deliberadamente preservadas nos conflitos e, sob o discurso de civilização, distribuídas nos momentos posteriores ao combate durante o Império. Esse processo conduzia, de forma recorrente, ao estabelecimento de vínculos, pela via materna, com os colonizadores, em relações marcadas por diversas dimensões de violência, exercidas sobre essas mulheres, inclusive de caráter sexual.¹²⁶

Ao que tudo indica, no Sertão do Paranapanema, o destino desses apresados era sobretudo o de servir aos grandes proprietários, que financiavam e mobilizavam suas redes de dependentes nessas incursões. Este era o caso, por exemplo, do coronel da região de Campos Novos, Francisco Sanches de Figueiredo, que durante vários anos manteve indígenas em cativeiro em sua propriedade, de nome Taquaral.

Nessa fazenda, esses prisioneiros viviam em condição de semiescravidão, sendo obrigados sobretudo ao trabalho na lavoura. Ao que tudo indica, tratava-se de uma presença constante, pois, em 1906, quando a Comissão Geográfica e Geológica retornou à região, ainda se registrava na propriedade a presença de três indígenas, um homem e duas mulheres.¹²⁷

Esses apresados, no entanto, não aceitavam passivamente essa condição, procurando resistir ao cativeiro. Em 1898, por exemplo, cerca de dez famílias indígenas teriam se evadido justamente da fazenda do coronel, nas proximidades da atual cidade de Palmital, em busca de refúgio em outra propriedade, a fazenda São Matheus, que mais tarde passou a ser conhecida como Aldeia. Esses evasores, contudo, acabaram sendo posteriormente

¹²⁵ DORNELLES, Soraia Sales. Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial: reflexões a partir da província paulista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 79, 2018, p. 91-92

¹²⁶ Dornelles, *op.cit.*, p. 95-97.

¹²⁷ Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo. Relatório da exploração do rio do Peixe. 2ª edição. São Paulo: typologia Brasil de Rothschild & Cia, 1913.

exterminados por grupos indígenas considerados “bravios”, que incendiaram os ranchos e destruíram as plantações.¹²⁸

A atuação do Estado, por sua vez, que se verificava na implantação de aldeamentos, complementava essas iniciativas que, isoladamente tinham alcance limitado na consolidação da ocupação na região.¹²⁹ Essas implantações se deslocaram juntamente com o avanço da fronteira rumo ao oeste, abrindo espaço para a incorporação de novas áreas à dinâmica colonizadora.¹³⁰

O sistema de aldeamento operava inicialmente pelo deslocamento forçado dos nativos das áreas visadas pela expansão fundiária, e seguido da sua concentração nas regiões destinados aos aldeamentos. Ao atuar como instrumento de reorganização do espaço, desobstruiu zonas para o avanço da colonização, e ao concentrá-los nos aldeamentos, com maior controle direto, produziram maior segurança para a fixação das fronteiras agrícolas.¹³¹

Concomitantemente, ao concentrar essas populações nos aldeamentos, geralmente localizados próximos às grandes propriedades e deliberadamente mantidos em condições precárias, o sistema tornou a população aldeada dependente do mercado de trabalho circunvizinho. Dessa forma, criou uma força de trabalho disponível para as grandes propriedades, contribuindo para a expansão da economia agrícola.¹³²

Essa contribuição se verificava, por exemplo, em uma fazenda em São Pedro do Turvo. Nela cerca de trinta trabalhadores Cayuás provenientes da colônia do Jatahy, no Paraná, residiam na propriedade em pequenas casas de estrutura simples, feitas com esteios de madeira e cobertura de folhas de palmeira, e atuavam no serviço agrícola.¹³³

Para além dessas ações diretamente relacionadas, outras ações do Estado contribuíram de maneira indireta nas questões indígenas. Essas ações, assim como o sistema de aldeamento, orientavam-se fundamentalmente para

¹²⁸ Cobra, *Op.cit.*, p.142-143; Giovanetti, *op.cit.*, p. 52.

¹²⁹ Di Creddo, *Op.cit.*, p. 112.

¹³⁰ DORNELLES, Soraia Sales. *A questão indígena e o Império: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017, p. 119-120.

¹³¹ Di Creddo, *op.cit.*, p. 111-118

¹³² Dornelles, *op.cit.*, p. 165-166.

¹³³ KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema: excursão realizada no ano de 1905. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 23, p. 367-461, 1925, p.448-450

consolidar a ocupação na região. Um exemplo emblemático foram aberturas de estradas na região que ao atravessar regiões ocupadas pelas populações indígenas, desarticularam sua presença territorial. Neste sentido, ao mesmo tempo que favoreciam diretamente para a ocupação da região, ao facilitar o escoamento da produção, essas vias contribuíram indiretamente para a gestão das populações indígenas.¹³⁴

A concentração nos aldeamentos e as práticas de consolidação da ocupação contribuíram para a integração da população indígena à lógica de consumo.¹³⁵ Essa dinâmica, contudo, também se expressava nos contatos cotidianos, por meio dos quais os indígenas eram gradualmente inseridos no universo social dos colonizadores, como se verifica em um relato de um morador da região acerca da morte acidental de um indígena:

Falando-me em índios, o Sr. Bonini contou-nos que há dias houve aqui um circo de cavalinhos, em que deram entrada grátis a uma turma de índios mansos que moravam aqui perto. Estes índios assistiram e gostaram muito do espetáculo, e como têm o espírito de imitação, no dia seguinte quiseram imitar o acrobata (Voliantin como chamam) que fazia sortes seguro pela argola de uma corda, em que punha a cabeça Julgando fácil o trabalho, e bonito, um deles amarrou um cipó em uma árvore alta. Deram uma laçada e este mais engraçado enfiou a cabeça na laçada e deixou-se cair do alto da árvore. Foi feliz, pois antes de morrer enforcado o cipó arrebentou e salvou-se, tomando a lição com proveito.¹³⁶

Esse processo passou a produzir vínculos de dependência antes inexistentes, aprofundando a inserção dessas populações no mercado regional. Ao mesmo tempo, tal integração constituiu um dos vetores centrais da desestruturação dos costumes e das práticas tradicionais indígenas na região.

Esse processo se manifestou de forma particularmente expressiva no consumo de cachaça pela população indígena da região, em detrimento da “Goija”, bebida proveniente da fermentação do milho, em razão da facilidade de aquisição e do melhor gosto.¹³⁷ Além disso, na fazenda de São Pedro do Turvo

¹³⁴ Dornelles, *op.cit.*, p. 99-101

¹³⁵ Cunha, *op.cit.*, p.26-27

¹³⁶ SCHMIDT, Cornélio. *Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904: notas etnográficas do Prof. Herbert Baldus e apontamentos históricos do Dr. Edgard Lacerda de Andrade*. Prefácio de Carlos Borges Schmidt. Anais do Museu Paulista, Tomo XV. São Paulo: Museu Paulista, 1961, p. 432-433.

¹³⁷ KRUG, Edmundo. Os índios das margens do Paranapanema. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 21, p. 317-347, 1924., p. 323.

explicitada anteriormente, por exemplo, os mesmos 30 trabalhadores indígenas, utilizavam “vestuário moderno”, e eram remunerados parte em dinheiro e parte em artigos domésticos, como panelas, pentes e anzóis, mostrando como o avanço da colonização impactou profundamente a organização da população indígena.¹³⁸

Nesse quadro, a população indígena da região integrou de forma decisiva a base social e material que possibilitou a ocupação do sertão do Paranapanema e seus arredores em meados do século XIX. Contudo, isso implicou também a diluição progressiva desse contingente, que atuou em diferentes atividades, como no cultivo de gêneros alimentícios, na extração de recursos naturais como madeira, na circulação de produtos como mel, caça e pesca, e em funções que exigiam conhecimento do território, como as de guia e canoeiro na via fluvial que conectava a região ao Mato Grosso, contribuindo assim para o processo de colonização.¹³⁹

Paralelamente, os conflitos pelas terras atuaram como catalisadores da constituição das identidades étnicas desses grupos indígenas, na medida em que, no contexto do século XIX, a permanência no território exigia a afirmação de pertencimentos coletivos mais definidos. Assim, a afirmação da identidade que emergiu como uma forma de defesa dos interesses coletivos, e usadas de maneira estratégica pela população indígena no império, também emergiu na região.¹⁴⁰

Seguindo essa lógica, em 1862, por exemplo, um grupo da região deslocou-se à capital paulista para apresentar, na condição de indígenas, suas demandas às autoridades provinciais. Acompanhados por José Theodoro de Souza, solicitaram provisões e instrumentos de trabalho, cujas concessões foram aceitas pelo governo, ainda que com reduções em relação ao pedido inicial. Diante dessas limitações, no entanto, o grupo indígena regressou, alegando não aceitar esmolas.¹⁴¹

¹³⁸ Krug, *op.cit.* p. 448-450.

¹³⁹ Dornelles, 2017, p. 92-95.

¹⁴⁰ BOCCARA, Guillaume. “Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial”. *Revista Tempo*, v. 12, n. 23, p. 56-72, 2007, p.70-71 A interpretação aqui proposta dialoga com a abordagem de Guilherme Boccara, para quem a identidade étnica deve ser compreendida como produto de processos de confrontação e negociação política no interior das disputas territoriais.

¹⁴¹ Dornelles, *op.cit.*, p. 215-217.

Toda essa dinâmica manteve-se persistente ao longo do século XIX; contudo, no início do século XX, passou a se alterar de maneira mais profunda. Parte da presença indígena já se encontrava então diluída no conjunto da população regional, enquanto a atuação do Serviço de Proteção aos Índios promoveu o reassentamento de grupos indígenas em pequenas reservas. Esse processo contribuiu para que amplas áreas fossem progressivamente liberadas, de forma definitiva, para a ocupação não indígena.¹⁴²

A chegada da Estrada de Ferro Sorocabana, por sua vez, intensificou esse movimento ao facilitar o ingresso de novos contingentes de pequenos sitiantes e fazendeiros, aprofundando a assimetria de forças nessas disputas territoriais. Nesse novo contexto, muitos indígenas sucumbiram, sobretudo em razão das epidemias decorrentes do contato ampliado com a população colonizadora, consolidando de maneira cada vez mais irreversível as ocupações na região.¹⁴³

Paralelamente a essa disputa inicial, também emergiram novas formas de conflito, sobretudo no final do século XIX e início do XX. A valorização da terra na região não apenas aprofundou as disputas contra as populações indígenas, como também fez emergir outras disputas fundiárias, vinculadas à grilagem e à reorganização fundiária, que marcaram profundamente a região.

2.4. Sob o jugo da ilegalidade: grilagem e controle fundiário no Novo Eldorado

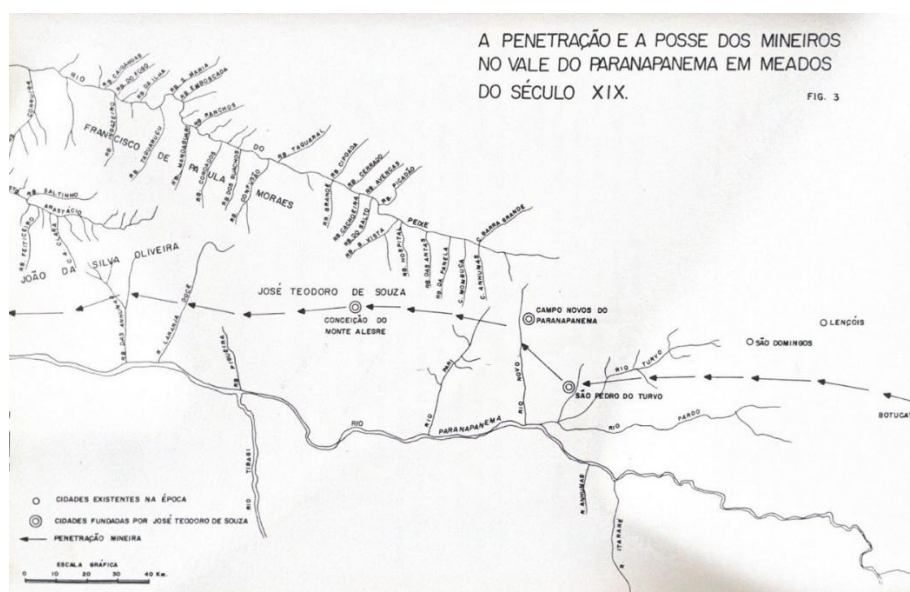
Desde os primeiros momentos da penetração na região, a ocupação, conduzida por José Theodoro, seu primeiro ocupante, se deu por meio da grilagem de terras. Essa prática marcou a consolidação fundiária subsequente, e a vasta área inicialmente apropriada foi, posteriormente, objeto de novos apossamentos por outros indivíduos, como João da Silva, seu cunhado, entre outros que reproduziram as formas de apropriação inauguradas pelo primeiro ocupante.

¹⁴² GAGLIARDI, José Mauro. O indígena e a República. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1989, p. 269)

¹⁴³ MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1984, p.132. Segundo Gagliardi, a redução da população indígena na região foi de aproximadamente 700 indivíduos, em 1912, para cerca de 200, em 1916 em virtude dessas epidemias. Gagliardi, *op.cit.*, p. 269.

A prática da grilagem, no entanto, longe de se restringir a uma operação isolada, dependeu desde cedo da articulação com os aparatos locais. Como observa Lígia Osório Silva, a falsificação de títulos exigia a conivência de proprietários ou funcionários de cartórios, revelando a interdependência entre a posse irregular de terras e o controle político-administrativo local.¹⁴⁴ Nesse sentido, na região analisada, esses aparatos teriam sido certamente instrumentalizados por conterrâneos que exerciam influência sobre a política em Botucatu. Um exemplo disso é o caso de José Theodoro de Souza, cuja penetração na região, juntamente com a de outros mineiros, teria contado com o apoio de Tito Correia de Melo, chefe político de Botucatu, permitindo-lhe registrar formalmente sua posse de terras.

Figura 5. A penetração e posse dos mineiros no Vale do Paranapanema (séc. XIX)



Fonte: PENÇO, Célia de Carvalho Ferreira. A evaporação das terras devolutas no Vale do Paranapanema. 1980. Tese (doutorado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980, p. 17.

A maior parte dessas apropriações parece ter assumido um caráter comercial, voltado à venda. Isso se verifica, por exemplo, nas terras iniciadas por José Theodoro, que, até o ano de seu falecimento, em abril de 1875, já haviam sido quase todas vendidas. O mesmo ocorreu com João da Silva, cunhado de

¹⁴⁴ Silva, *op.cit.*, p. 282-283.

José Theodoro. Apesar disso, os valores das terras na região continuavam baixos, em função da ausência de infraestrutura e de valorização econômica local.¹⁴⁵

Já no final do século XIX, quando a região passou gradualmente por uma valorização, e as terras do Sertão ganhou novos significados econômicos. Tornando-se objeto de interesse crescente, a região e suas adjacências tornaram-se alvo de iniciativas de ordenamento territorial que visavam integrá-las de modo mais sistemático a expansão capitalista. Essas iniciativas se traduziram na chegada à região de comissões de medição com a função de verificar a situação fundiária e a discriminar terras públicas e particulares; comissões científicas, destinadas a aferir a qualidade, a produtividade e a utilidade das terras, bem como na intensificação das ações estatais sobre as populações indígenas que já vinham sendo alvo de políticas de controle.

Essa valorização da região também implicou a chegada de uma segunda leva de especuladores interessados na apropriação das terras, e com ela a eclosão de disputas pelas terras da região. Esses especuladores constituídos em grande parte por cafeicultores das antigas zonas cafeicultoras, alienaram parte de suas terras na antiga região e passaram a se estabelecer no sertão operando sobretudo por meio da manipulação de escrituras para adquirir novas glebas.¹⁴⁶ Essa chegada dos especuladores, com vistas à posterior revenda das terras, ocorria da seguinte maneira, conforme registrado pelo engenheiro Edmundo Krug, que esteve na região no ano de 1906 para avaliar o potencial econômico das terras:

Ocorre-me nesta ocasião com que facilidade verdadeiros ladrões de terras tornam-se possuidores de vastas extensões de chão sem possuir sequer um real de fortuna. Chamam-se grileiros tais indivíduos, que comprando insignificante parte de terreno de um dos coproprietários, gastando para isso somente uns 10\$000 emprestados, constituem-se agregados do sitio. São geralmente velhacos, desembaraçados no modo de falar, não sendo conhecido no lugar e ameaçando os coproprietários com divisão judicial, munindo-se para esse fim de uma procuração passada em cartório, ou mesmo falsa, de um dos maiores coproprietários. Vão de casa em casa, de porta em porta dos outros agregados comunicando-lhes a intenção e pedindo a sua coadjuvação. O pobre proprietário, alias pouco pratico em

¹⁴⁵ Cobra, *op.cit.*, p. 58.

¹⁴⁶ PENÇO, Célia de Carvalho Ferreira. A evaporação das terras devolutas no Vale do Paranapanema. 1980. Tese (doutorado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980, p. 44.

questões judiciais, não querendo perder terreno e não tendo dinheiro para pagar o agrimensor, vai a cartório junto com o grileiro e transfere-lhe, a título de pagamento antecipado para tratar dos seus interesses na divisão judicial, uns tantos alqueires de sua propriedade; assim prosseguindo o velhaco no seu caminho até ter falado com todos os coproprietários é feito no cartório a mesma manobra. Num certo e determinado momento o grileiro declara que não pretende mais fazer a divisão judicial; os pobres e ignorantes agregados não tendo dinheiro para processá-lo, aceitam o conto do vigário. Muitas vezes os proprietários tabeliães estão filiados ao grileiro, e quanto a divisão judicial é feita o agrimensor também tem o seu bom pedaço de terreno na transação. Conheço plantas de vastas extensões de terras da zona do Paranapanema feitas por engenheiros de nomeada, que estão completamente erradas; conheço também cartórios na zona sulina cujas escrituras não estão seladas, não tendo elas portanto valor judicial. E' uma vergonha o que sucede aí! Desta forma muita gente da Capital torna-se riquíssima, e proprietária de zonas fertilíssimas sem tê-las visto ou sem ter tido um vintém para comprá-las! Triste facto, porem completamente verdadeiro.¹⁴⁷

Em virtude da chegada desses novos agentes, que trouxe consigo conflitos em torno das terras da região, tanto os especuladores quanto as comissões de medição encarregadas de verificar e discriminar as terras foram recebidos com grande hostilidade pelos sertanejos. A presença desses agentes, no entanto, para além da disputa pela posse da terra, foi percebida como uma ameaça à manutenção da situação fundiária irregular e desigual que constituía um dos pilares da organização do poder local e das relações de dependência que o sustentavam, como registrou Amador Nogueira Cobra:

Os políticos mostravam-se, sobre maneira, hostis a esses processos que iriam agitar a questão da terra indevidamente ocupada; não só eles, mas os próprios legítimos donos, eram igualmente infensos: davam-se bem com o estado de indivisão, num como que *modus vivendi*, estabelecido entre si.¹⁴⁸

Dentro desse quadro de indefinição e sobreposição de domínios fundiários, a construção de diferentes formas de respaldo tornou-se fundamental. Na prática, tais mecanismos foram mobilizados tanto pelos novos agentes quanto pelos antigos ocupantes, para a manutenção e a ampliação do domínio.

Diante desse contexto, a mobilização de estratégias voltadas à produção de suportes de legitimação das apropriações, especialmente de documentos, foi

¹⁴⁷ Krug, *op. cit.*, p. 446-447.

¹⁴⁸ Cobra, *op. cit.*, p. 196

impulsionada. Para isso, buscava-se frequentemente atribuir as posses aos anos iniciais da ocupação da região e evocar a figura do pioneiro, a fim de conferir aparência de antiguidade e legitimidade às alegações de direito sobre a terra. Esses mecanismos podem ser verificados em um processo de medição e exame de cultura, requerido no ano de 1889, em que tais estratégias foram mobilizadas de maneira bastante clara, a fim de que o requerente alegasse direito sobre a terra.

Nesse processo, percebe-se a alegação de um requerente do direito sobre uma posse antiga em um lugar denominado Aguapeí, as margens do rio do Peixe, com morada, benfeitorias e lavouras, adquirida pelo pai do requerente há mais de 40 anos, em companhia de José Theodoro de Souza. O processo, neste sentido, foi organizado para buscar conferir respaldo formal a essa posse que, na prática, no entanto, se revelou inexistente, pois o exame realizado no local constatou a ausência de qualquer ocupação efetiva, verificando-se, ao contrário, a presença de populações indígenas que inviabilizava a alegação de posse.¹⁴⁹

Esses documentos serviram como o pontapé inicial para conferir algum grau de legitimidade e, geralmente, seguiam um modelo que, segundo Amador Nogueira Cobra, advogado na região, apresentava apenas pequenas variações e era estruturado da seguinte maneira:

Dizemos nós abaixo assignados, eu José Theodoro de Souza e minha mulher Francisca Leite da Silva que entre os mais bens que somos senhores e possuidores livres e desembaraçados de qualquer ônus e bem assim uma sorte de terras nas paragens do Paranapanema divisada pela maneira seguinte: principiando na barranca do rio Paranapanema abaixo divisando com Francisco Antonio de Figueiredo, subindo pelo espigão mestre e aguas vertentes do rio Pary até divisar com terras de Antonio Perera Alvim e de Joaquim José Raposo ou terras denominadas barreiro a divisar com Apolinario da Costa Fragoso, a procura do espigão que divide as duas aguas denominadas de P. de A. e P. e por seguimento a linha divisória que var á barranca do rio Paranapanema e descendo por este até onde teve princípio esta demarcação. As quais terras assim divisadas e demarcadas possuímos por ocupação primaria e vendemos de nossa livre vontade ao senhor P.A.C pelo preço e quantia de 190\$000 que recebemos e damos quitação. Pedimos a justiça do Império dar a esta escritura particular força de escritura publica. O comprador fica obrigado a pagar “os direitos nacional. Por não sabermos escrever assigna a nosso rogo L.J.T.”¹⁵⁰

¹⁴⁹ BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 02/1889.

¹⁵⁰ Cobra, *op. cit.*, p. 101-104.

Esse modelo, no entanto, além de conferir algum grau de respaldo legal aos requerentes na disputa, estabelecia limites propositalmente muito imprecisos. Como essas delimitações frequentemente sobrepunham domínios, elas permitiam aos requerentes apropriar-se e ampliar a posse sobre terras devolutas ou alheias, o que, por sua vez, gerou novas disputas na região e agravou um quadro de indefinição fundiária deliberadamente construído.

Um conflito documentado no ano de 1896 permite exemplificar a dinâmica de sobreposição de domínios e a ocorrência de conflitos pela posse, envolvendo uma disputa de terras entre vizinhos. Nesse caso, uma cerca foi projetada por João Baptista Dias de Moraes sobre a área que Maria Gertrudes julgava ser sua, culminando em uma briga que resultou em um ferimento na cabeça de Maria, causado por uma pazada desferida por João.¹⁵¹

O processo revela que o conflito teve origem na delimitação de uma cerca que servia de divisa entre as propriedades de João Baptista Dias de Moraes e Maria Gertrudes. Enquanto esta se encontrava nos fundos de sua casa, retirando varões de uma cerca que considerava indevidamente projetada sobre sua área, foi interpelada por João Baptista, que passou a dirigir-lhe insultos. A discussão rapidamente se intensificou, evoluindo para agressão física, na qual Maria foi atingida na cabeça com uma cavadeira, golpe que a fez cair ao chão. O episódio, no entanto, não se restringia a um desentendimento momentâneo, inserindo-se em um contexto mais amplo de desavenças entre as partes, relacionadas à definição dos limites da propriedade e ao uso da terra.

À medida que a região se valorizava, essas disputas passaram a se repetir com certa constância. Segundo Maria do Carmo Sampaio Di Creddo, tais conflitos eram frequentemente travados entre grandes proprietários que buscavam apropriar-se de terras alheias, especialmente de posseiros e pequenos proprietários. Na maior parte das vezes, beneficiados por sua posição econômica e política, esses grandes proprietários acabavam obtendo decisões favoráveis nessas disputas.¹⁵²

No entanto, nas disputas que foram surgindo na região, parece ter sido importante também o vínculo aos chefes locais. Dispondo de recursos

¹⁵¹ BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 02/1896.

¹⁵² Di Creddo, *op.cit.*, p. 193-194.

econômicos, técnicos e políticos esses chefes conseguiram manejar os complexos jogos de interesse para alcançar os resultados almejados por ele e seus aliados. Assim, nas disputas que se seguiam, estar à sombra de uma autoridade local foi fundamental.

Manipulações do jogo de interesses que ficam evidentes nos conflitos envolvendo a transmissão das terras de José Theodoro de Souza que contou justamente com a participação do coronel Francisco Sanches de Figueiredo. A disputa contou justamente com a mobilização do seu prestígio para atingir os objetivos almejados de consolidar as terras em sua posse. Uma dessas mobilizações que temos conhecimento a partir do desenrolar de uma venda realizada em 1897 que resultou na instauração de um processo criminal.

O desenrolar dessa disputa começou com a venda efetuada por José Luiz de Souza, herdeiro de José Theodoro, que, ao atingir a maioridade, não formalizou o inventário dos bens e alienou parte das áreas herdadas a um agricultor. As propriedades vendidas, entretanto, já estavam ocupadas por posseiros, o que gerou conflito pelo domínio desses espaços. Entre os envolvidos na disputa estava também o coronel da região, que atuou na reivindicação do controle.

Em um dos episódios dessa disputa, no ano de 1900, da qual temos informações a partir dos autos de um processo criminal instaurado, ao retornar de um enterro acompanhado de José Pedro Amilcar e Joaquim Couto Vieira, o coronel foi surpreendido por disparos provenientes da mata lateral de sua propriedade, que atingiram seu braço. A emboscada teria sido supostamente realizada por João Baptista de Oliveira Aranha, João Chrispim de Oliveira Aranha e Antonio Alves de Moraes. Segundo depoimentos de familiares dos réus registrados no processo, José Alves e Eleodora Maria de Jesus, filho e esposa, respectivamente, de Antonio Alves de Moraes, o ataque estaria relacionado a conflitos anteriores envolvendo a posse da terra entre os réus e Francisco Sanches de Figueiredo. Antonio Alves, inclusive, teria afirmado ao filho e a esposa que Sanches queria tomar-lhes as terras, mas que só as largaria quando morto, acrescentando que, caso viessem a matá-lo, deveriam se certificar de deixá-lo bem morto.

Em resposta, o chefe local passou a mobilizar seu prestígio contra os três homens acusados do atentado. Eles foram presos, durante a madrugada, por

uma parcela da população acompanhada do subdelegado, de maneira agressiva e sem aviso prévio. Nessa situação, tiveram seus bens pessoais e agrícolas, como animais de sela, cabeças de gado, milho e café, roubados e distribuídos entre os expedicionários. Durante o trajeto para a cadeia, sofreram graves maus-tratos, sendo submetidos a humilhações e espancamentos, chegando um deles quase morto à vila. Ao chegarem à prisão, ainda, conforme a apelação, esses réus e a família deles, continuaram sendo torturados física e moralmente, não recebendo atendimento médico adequado, cama, água e qualquer outra assistência:

E é que na noite de 13 para 14 de agosto o apelante, que ignorava o que se dera poucas horas dormia na sua cozinholá, quando foi acordado por disparos de armas de fogo, recebendo por entre os voraes desconjuntados do corpo descargas que feriram a parte do seu corpo expondo aos tiros. Falando de como recebeu nova descarga, caindo sobre uma mola e perdendo, segundos após, os [ilegível]. Quando readquiriu estava na platina. Foi lhe negado uma cama, foi lhe negado agua, tudo foi lhe negado menos sevicias. Ao mesmo tempo eram presos todos os parentes do apelante encarcerados, ameaçados de continuo, torturados pela fome e pele sede, seviciados também para deles arrancar depoimentos que comprometessem o apelante.¹⁵³

Um dos réus, inclusive, permaneceu detido ilegalmente por 22 dias, sem denúncia formal e sem que o promotor solicitasse sua liberdade, em afronta à lei. Além disso, foi mantido à mercê da expedição de um novo mandado de prisão preventiva, ainda que sem base legal.¹⁵⁴

Manipulado seus dependentes, tanto como testemunhas como as autoridades policiais, como o subdelegado, a liderança local instaurou um ambiente de pressão sob a terra de José Theodoro de Souza. Diante desse ambiente hostil e de insegurança que se apresentava para permanecer na terra, inclusive, o comprador optou por vender o seu imóvel para outro adquirente.¹⁵⁵

O novo proprietário, no entanto, enfrentaria novos conflitos sobre a propriedade, de forma semelhante ao ocorrido com o anterior, incluindo a participação do coronel nesse embate. A controvérsia em torno da mesma faixa de terra ressurgiu em 1906, quando apareceu na região o procurador do segundo

¹⁵³ BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 05/1900

¹⁵⁴ BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 05/1900

¹⁵⁵ Cobra, *op.cit.*, p. 165

adquirente, Dr. Eugenio Lacerda Franco, que buscava avaliar os bens antes de requerer o inventário.¹⁵⁶

Disfarçado, percorreu o município de Campos Novos, apresentando-se como engenheiro do Estado, responsável pelo estudo do traçado da ferrovia Sorocabana, e com esse subterfúgio, convenceu os moradores de que suas terras poderiam ser desapropriadas para a instalação da ferrovia. Sob esse pretexto, obteve acesso às escrituras dos moradores, verificando quais documentos eram legítimos ou falsos, para, sobretudo, identificar o valor jurídico das propriedades em relação aos direitos herdados de José Theodoro. Após a verificação, o procurador retornou acompanhado do juiz de direito de Santa Cruz do Rio Pardo, do escrivão e dos avaliadores, com o objetivo de incluir as terras no inventário, transformando a investigação disfarçada em um ato jurídico formal.¹⁵⁷

Entretanto, durante a diligência, ele foi atingido por disparos realizados por Roque José da Silva, conhecido publicamente como capanga do Coronel Francisco Sanches. Segundo testemunhos registrados no processo, essa ação do capanga verificou-se em virtude do interesse do coronel nas mesmas terras incluídas pelo falso investigado, repetindo um padrão de intervenção parecida ao conflito de 1900.¹⁵⁸

Assim, essa estrutura de poder verificada na região possibilitou a continuidade das posses irregulares na região a partir de um sistema que fazia com que o coronel muitas vezes resolvesse na base do seu prestígio as situações dessas disputas na região.

Dentro desse contexto, muitas vezes a diligência funcionava como um ritual formal destinado a legitimar um resultado já previamente decidido. Em um ambiente propício a decisões previamente encaminhadas, o ato jurídico, segundo Lycurgo de Castro Santos Filho, sobrinho do primeiro juiz de Assis, Vasco Smith de Vasconcelos, transformava-se em uma confraternização entre pares, quase uma ocasião festiva. Assim, as diligências convertiam-se em eventos nos quais juiz, advogados, proprietários envolvidos e outras pessoas de

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 183

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 184

¹⁵⁸ BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 02/1906

prestígio local, trajados em ternos de brim cáqui, gravatas, botas e polainas, reuniam-se para consumir acepipes enlatados e vinho português.¹⁵⁹

A situação de dependência à qual grande parte da população local estava submetida, e que sustentava a organização social e política da região, não significou a ausência de conflitos e um quadro de completa estabilidade. Pelo contrário, essa situação deu origem a diferentes manifestações de resistência, algumas de maior amplitude e outras mais restritas, mas que expressavam, à sua maneira, as frustrações e insatisfações dos indivíduos diante da ordem vigente.

¹⁵⁹ SANTOS Fº, Lycurgo de Castro. Assis na Alta Sorocabana: um instantâneo de seus pioneiros. Campinas, 1994, p.22 apud ANDRADE, Pedro Paulo de. A devastação da floresta no Vale do Paranapanema: uma leitura dos autos do arquivo do Fórum da Comarca de Assis (1890-1944). Tese (Dissertação de Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, 2005, p. 100.

CAPÍTULO 3

Dimensões de uma resistência possível

Inserido em um contexto de desigualdade fundiária e de relações de dependência, o padrão de sociabilidade que se constituía na região fundava-se no reconhecimento do outro como semelhante. Em uma sociedade de fronteiras sociais imprecisas e relativamente aberta à mobilidade, os indivíduos eram considerados pertencentes à mesma ordem, e a dominação operava sob a forma de uma harmonia aparente, que naturalizava a submissão e reafirmava laços de lealdade pessoal, ocultando tensões e dificultando a emergência de uma consciência entre os dominados. Essa configuração, responsável por produzir a sujeição efetiva do homem pobre, expunha também a fragilidade desses vínculos, abrindo espaço para a tomada de consciência e para o surgimento de germes de contestação.

Essa abertura, contudo, raramente se convertia em um projeto coletivo duradouro ou em uma ruptura efetiva com a ordem estabelecida, manifestando-se, antes, de forma individualizada, episódica e fragmentada. Nesse contexto, uma das vias possíveis de expressão dessa insatisfação manifestou-se por meio do movimento messiânico. Tratava-se de uma forma específica de resistência, que canalizou as aspirações da população local para a busca de salvação em um plano que transcendia a ordem terrena.

3.1. Os trabalhadores nacionais: panorama histórico

A formação da economia colonial, estruturada em torno do sistema escravista, produziu um contingente crescente de homens livres privados dos meios de produção. Como destaca Lúcio Kowarick em *Trabalho e vadiagem*, o sistema escravista engendrou um “sistema duplamente excludente”, que, ao criar a senzala, simultaneamente ampliou o contingente de livres e libertos relegados a condições marginais. Excluídos do acesso à terra, esses indivíduos, assim como os escravizados, acabavam frequentemente submetidos à dependência dos grandes proprietários para assegurar sua reprodução material.¹⁶⁰

Esses sujeitos compunham um amplo universo frequentemente referido na literatura como trabalhador nacional. Tratava-se de uma camada social fluida

¹⁶⁰ KOWARICK, Lucio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: editora Brasiliense, 1987, p. 69.

e diversificada, formada por indivíduos que, embora livres, não ocupavam posições de prestígio político e viviam sob diferentes formas de escassez de recursos.¹⁶¹ Dessa camada social faziam parte escravos libertos, brancos pobres, indígenas e mestiços que se dedicavam a diferentes atividades no cotidiano da vida rural em distintos graus de autonomia econômica, como tropeiros, camaradas, vendeiros, pequenos sitiantes, entre outras ocupações.¹⁶²

Inseridos em uma trama de dependências cotidianas, cujo núcleo se organizava nas grandes propriedades, esses grupos estabeleceram diferentes formas de relação baseadas em vínculos pessoais. Tais relações fundavam-se na troca entre o acesso à terra, proteção e assistência econômica oferecidos pelos grandes proprietários, em contrapartida à submissão desses indivíduos a relações de dependência.

Essa relação era regida por um conjunto de normas informais e expectativas compartilhadas. Sustentada tanto por obrigações práticas quanto por compromissos morais e afetivos de ambos os lados, configurava, como pontua Maria Sylvia de Carvalho Franco, um “código do sertão” presente no ambiente rural. Esse código estabelecia referenciais para as condutas cotidianas dos trabalhadores nacionais, fortalecendo os afetos e os laços necessários à sua reprodução material.¹⁶³

Essa dependência, longe de constituir uma dominação abertamente visível, apresentava-se sob a forma de uma aparente equivalência social. Em uma sociedade de fronteiras sociais imprecisas e relativamente aberta à mobilidade, os indivíduos eram reconhecidos como pertencentes à mesma ordem. Desse modo, a dominação operava sob a forma de uma harmonia aparente, ocultando as tensões e dificultando a emergência de uma consciência entre os dominados.¹⁶⁴

A estrutura de dominação entre os homens livres, portanto, apresentava-se diferente da escravidão. Na relação escravista a violência explicitava a opressão e permitia ao menos o desejo de liberdade por parte dos escravizados.

¹⁶¹ MOURA, Denise A. Soares de. *Saindo das Sombras: Homens Livres no Declínio do Escravismo*. Campinas: CMU Publicações, 1998, p. 25-26

¹⁶² CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: editora FGV, Faperj, 2009, p. 79-81

¹⁶³ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ªed. São Paulo, editora Unesp, 1997, p. 22-24.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 87-92.

Já na relação entre livres a dominação pessoal suprimia as referências que poderiam favorecer essa autoconsciência, produzindo sujeitos formalmente livres, porém cativos a uma ordem social que naturalizava sua própria subordinação.¹⁶⁵

Nesse sentido, as práticas comunitárias como o mutirão expressavam relações de reciprocidade e obrigação moral. Carregado de significado simbólico, o trabalho apresentava-se, assim, muitas vezes, como um gesto de amizade e pertencimento.¹⁶⁶

Assim como, nesse convívio, o lazer também se apresentava como parte de estratégias mais amplas de sobrevivência e convivência. Segundo Denise Moura, jogos, danças, batuques, cateretês e conversas constituíam momentos privilegiados de socialização no meio rural. Nesses contextos, o lúdico articulava-se ao social, contribuindo para fortalecer e renovar vínculos de compadrio, amizade e vizinhança.¹⁶⁷

Essa estrutura de dependência só era possível porque os homens livres no âmbito rural possuíam uma base cultural comum, e a diferenciação social, em virtude disso, era pouco visível nos hábitos cotidianos. Na alimentação, por exemplo, predominavam costumes amplamente compartilhados. As distinções manifestavam-se sobretudo em formas mais imediatas de ostentação e deferência, como no vestuário, que funcionava mais como afirmação direta do poder econômico do que como uma distinção cultural duradoura.¹⁶⁸

Especialmente entre os lavradores regionais de menor envergadura, essa proximidade tornava-se ainda mais evidente. Como denota Hebe Mattos, embora ocupassem posições de destaque no plano político e econômico local, esses proprietários regionais distinguiram-se dos grandes fazendeiros ligados à produção exportadora, por seus padrões materiais mais modestos. Assim, apesar de exercerem posições de destaque na vida local, seu padrão de conforto e consumo os afastava da alta elite rural, configurando um estrato intermediário com comportamentos e práticas próprias no interior da ordem escravista.¹⁶⁹

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 92-95.

¹⁶⁶ Moura, *op.cit.*, p.131.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 59.

¹⁶⁸ Franco, *op.cit.*, p. 219-226.

¹⁶⁹ Castro, *op.cit.*, p. 31-33.

Essa equivalência aparente nas relações sociais possibilitava ajustes contínuos e negociações entre grandes proprietários e trabalhadores nacionais. Segundo Denise Moura, a dependência dos proprietários em relação à mão de obra livre, necessária para atender às demandas variáveis da produção, gerava espaço para flexibilizações dessa relação. Assim, os dependentes, em certas circunstâncias, conseguiam ampliar sua autonomia, obtendo melhores condições de trabalho, permissão para cultivar roças de subsistência ou prestar serviços a terceiros.¹⁷⁰

Essa forma de sociabilidade persistiu ao longo de todo o período colonial e continuou durante o século XIX, mesmo diante das transformações nas relações de trabalho no campo. Como observa José de Souza Martins, a expansão do capitalismo não apenas redefiniu essas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também gerou vínculos não capitalistas, igualmente necessários e, em certa medida, contraditórios, para sustentar essa reprodução. Nesse contexto, os laços carregados de significados simbólicos e valor moral continuaram a operar como garantia de compromisso, muitas vezes substituindo contratos formais.¹⁷¹

Os mesmos compromissos pessoais que orientaram a sujeição do trabalhador nacional, no entanto, continham também os elementos de sua própria instabilidade. A ruptura desses compromissos expunha ao dependente a fragilidade dos vínculos de dependência, e, essa percepção, por sua vez, abria espaço para notar a transgressão dos costumes por parte do superior. Assim, emergia a afirmação da sua própria condição, evidenciando a contradição estrutural dessa forma de dominação.¹⁷²

Essa consciência, contudo, raramente se traduzia em um projeto coletivo duradouro, pois a própria inexistência social do homem pobre lhe negava referências estáveis capazes de sustentar uma ruptura consistente com a ordem vigente. Desse modo, as resistências a essa estrutura de dominação manifestavam-se, em grande parte, de forma individualizada e episódica.¹⁷³

¹⁷⁰ Moura, *op.cit.*, p. 31-32; 118-119; 130-131.

¹⁷¹ MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. 9ª ed. São Paulo: editora contexto, 2010, p.35-36

¹⁷² Franco, *op.cit.*, p. 104-107; Moura, *op.cit.*, p. 66-67.

¹⁷³ Franco, *op.cit.*, p. 108.

Na ausência de condições sociais capazes de sustentar um projeto coletivo duradouro, essa percepção tendia a se canalizar para outras formas de elaboração da experiência social. Assim, segundo Maria Sylvia Carvalho Franco, ela podia se manifestar por meio do messianismo, da nostalgia do passado ou da reafirmação da submissão.¹⁷⁴

3.2. Entre dependência e equidade: práticas de resistência e negociação social

No sertão do Paranapanema, a dinâmica de ocupação acabou por reproduzir, em escala regional, a desigualdade fundiária historicamente característica do meio rural brasileiro. A alienação das terras conduzidas pelos pioneiros favoreceu, sobretudo, a aquisição de propriedades por indivíduos e famílias que já dispunham de recursos econômicos e influência política em outras regiões. Assim, o núcleo regional se organizava em torno das grandes propriedades, reproduzindo relações de dependência social, política e econômica típicas dessa estrutura desigual de acesso à terra.

Nessas grandes propriedades locais praticavam-se produções marcadas por técnicas simples e pelo predomínio do trabalho familiar. Cultivavam a partir dessa organização feijão, milho, arroz e mandioca, além de pequenas lavouras de café e cana-de-açúcar destinadas à produção de aguardente. Ademais, produziram também algodão e lã para a confecção de roupas e dedicavam-se à criação de gado vacum, sobretudo das raças Franqueiro e Caracu, e de suínos, aproveitando os pastos naturais.¹⁷⁵

Essas produções estruturavam em termos próximos uma economia de excedente. Como caracteriza José de Souza Martins, nesse tipo de economia a produção orientava-se primeiramente para garantir a subsistência do produtor, sem se orientar por uma lógica de mercado típica da produção capitalista. Ao mesmo tempo, gerava um excedente destinado à venda ou troca, ainda que de

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 113.

¹⁷⁵ SAMPAIO, Theodoro. Boletim da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo – Considerações geográficas e econômicas sobre o Vale do Rio Paranapanema. São Paulo: Leroy King Bookwalter, Typ. King, 1890.

forma complementar à subsistência.¹⁷⁶ No caso do Sertão do Paranapanema, a produção excedente foi escoada para os mercados regionais, como os de Lençóis Paulista e Botucatu, onde se adquiriam bens essenciais à manutenção da vida cotidiana, sobretudo o sal.¹⁷⁷

Essas atividades, no entanto, não se desenvolviam de forma contínua ao longo do ano, mas sim de acordo com os ciclos naturais da roça. Nos períodos de maior demanda de trabalho agrícola, o mutirão constituía um elemento fundamental, viabilizando a execução de tarefas como derrubada, plantio, colheita e construção. Nesse contexto, as redes de dependência e as relações pessoais assumiam papel central na organização da produção local.

Organizada segundo os ciclos do calendário agrícola, essa forma de trabalho contribuía para que os habitantes da região fossem frequentemente percebidos, sob uma perspectiva cosmopolita, como pouco afeitos ao trabalho regular. Como pontua Eduardo Giavara, as práticas que estruturavam o cotidiano da população escapavam aos parâmetros de produção rigidamente disciplinados valorizados por esses observadores, baseados na regularidade do tempo, na produtividade e na subordinação às exigências do mercado.¹⁷⁸

Nesse contexto, os engenheiros que percorreram a região entre o final do século XIX e o início do XX, registrando em relatórios, mapas e diários diversos aspectos da realidade local, frequentemente transmitiam a impressão de que os habitantes locais serem caipiras ignorantes ou indolentes, vadios e preguiçosos. Os enfoques adotados nesses relatórios variavam: alguns privilegiavam o âmbito econômico, enquanto outros destacavam aspectos idílicos ou pejorativos do lugar e de seus habitantes. Apesar dessas diferenças de enfoque, todos compartilhavam uma perspectiva cosmopolita que carregava um juízo implícito sobre a região.

Entre os relatos dos engenheiros que percorreram a região entre o final do século XIX e o início do XX, o produzido por Cornélio Schmidt se destaca neste sentido. Durante sua viagem à região em 1904, ele deixa explícito seu

¹⁷⁶ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. Editora Contexto, São Paulo, 2009, p. 156-158.

¹⁷⁷ MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1984, p. 135-136.

¹⁷⁸ GIAVARA, Eduardo. *Viagem ao desconhecido: o olhar científico nas fronteiras do oeste paulista (1886–1905)*. 2007. 178 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2007, p. 447.

julgamento sobre os moradores, criticando aqueles que não se enquadravam nos rígidos parâmetros de produção valorizados pelo observador, baseados na regularidade do tempo, na produtividade e na subordinação às exigências do mercado. Schmidt evidencia assim de forma direta a frustração com o que considerava um desvio das normas produtivas, refletindo uma perspectiva cosmopolita que carregava um juízo implícito sobre o Sertão e seus habitantes dizendo: “[...] tenho notado que êstes moradores daqui são todos vadios, mas as casas não são ruínas. Também não vivem na abundância.”¹⁷⁹

Embora ocupassem posições de destaque no plano político e econômico local, os grandes proprietários, não se distinguiram de maneira culturalmente evidente de seus dependentes. Ainda que houvesse sinais pontuais de distinção, como o uso de títulos honoríficos, como Capitão, Major ou Coronel, ou a posse de determinados bens de prestígio, como louças e objetos refinados, essa diferenciação não resultava em uma separação cultural claramente demarcada no cotidiano rural. Dessa forma, os habitantes da região integravam um mesmo universo produtivo e uma identidade rural comum, marcada pela economia de subsistência e pelo predomínio do trabalho familiar.

A relativa proximidade nos costumes e nas formas de vida tornava, inclusive, frequentemente difícil distinguir, à primeira vista, as posições hierárquicas na região. Nos processos criminais, por exemplo, os indivíduos eram muitas vezes registrados de forma uniforme, identificados simplesmente como lavradores, abrangendo desde simples dependentes até grandes proprietários, como o coronel Francisco Sanches de Figueiredo.

Como observa Hebe Mattos, no século XIX, o termo ‘lavrador’ indicava sobretudo uma ligação com a terra, o controle do próprio trabalho e, em alguns casos, a posse de um pequeno lote. Essa designação refletia uma posição relativamente estável e autônoma na sociedade rural, ainda que o indivíduo, ocasionalmente, atuasse como jornaleiro ou camarada.¹⁸⁰

Assim, as relações de dependência estabelecidas na região parecem não se apresentar de forma imediatamente visível no cotidiano. Entre os homens livres, a recorrência de uma identidade rural compartilhada fazia com que as

¹⁷⁹ Schmidt, *op.cit.*, p. 424.

¹⁸⁰ MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3ªed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 55.

interações parecessem, à primeira vista, ocorrer entre indivíduos de status equivalente, obscurecendo a percepção das hierarquias e dependências sociais. Nesse contexto, a dominação parece ter se apresentado menos como opressão explícita e mais como uma forma de harmonia social aparente, sendo a dependência frequentemente interpretada como expressão de gratidão, condicionada por vínculos sociais percebidos como naturais.

Essa ordem social aparentemente harmoniosa contribuí, inclusive, para conferir certa elasticidade às regras que estruturavam essas relações. Inseridas em um universo social marcado pela proximidade entre proprietários e dependentes, tais relações abriam espaço para acomodações e renegociações conforme as circunstâncias e os interesses das partes envolvidas.

Essa flexibilidade das normas que organizavam as relações de trabalho pode ser observada em um processo criminal registrado em 1896, relativo a um furto. O episódio ilustra como, nessa dinâmica de dominação velada, as relações sociais apresentavam certa elasticidade, abrindo espaço para acomodações e negociações entre as partes.

Contratado por Veríssimo Antônio Pereira como empreiteiro de café, Graciano Bento de Jesus plantou, além de mudas de café acordadas, cana-de-açúcar e abacaxis na propriedade, com a permissão do proprietário. Ao término da empreitada, recebeu pagamento pelas plantações e demais benfeitorias realizadas, após negociação com Veríssimo mediada pelo coronel Francisco Sanches de Figueiredo.¹⁸¹

Conforme indicou em depoimento Antônio Gonçalves Dias, uma das testemunhas do processo, a regra corrente, no entanto, era que “tendo o acusado deixado o serviço do queixoso naturalmente não poderia conservar direito sobre a roceira de cana e nem sobre os abacaxis”. Ainda assim, no caso em questão, a situação foi resolvida por meio de negociação, que permitiu ao empreiteiro receber compensação pelas plantações realizadas.

A ruptura dessa ordem parece ter se configurado sobretudo em episódios de ameaça ou imposição violenta por parte dos grandes proprietários. Como pontua Maria Sylvia Carvalho Franco, a violação recorrente das obrigações que sustentavam essas relações tornava evidente sua instabilidade e permitia aos

¹⁸¹ BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 06/1896.

dependentes perceber a fragilidade de suas posições.¹⁸² Nesse sentido, os episódios de violência tornavam visível a dimensão hierárquica dessas relações, ao romper com os acordos implícitos que lhes conferiam certa estabilidade.

Tal dinâmica pode ser ilustrada por um episódio ocorrido na região em 1908, envolvendo o assassinato de um agregado ligado à propriedade de um influente proprietário local, o Major Galdino Antonio Figueiredo.¹⁸³ O episódio refere-se a um suposto assassinato encomendado pelo Major Galdino Antonio Figueiredo contra seu agregado, Chico Bodoró, após um desafio à sua autoridade. Segundo testemunhos presentes no processo, o crime teria sido motivado pelo suposto envolvimento amoroso de Chico com a amásia do Major ou por sua recusa em cumprir uma ordem para assassinar Joaquim José Carvalho.

Para consumir o homicídio, Major Galdino teria mobilizado seus agregados José e Benedito Padilha. Para isso oferecendo a eles a proteção e garantia de liberdade assegurada pelo Coronel Francisco Sanches de Figueiredo, chegou inclusive a dizer “você bem sabem quem são os Figueiredos” para assegurar a proteção. Ao mesmo tempo, no entanto, o Major ameaçou os irmãos alegando que caso não obedecesse mandaria José Mineiro “acabar com a gente que não podia contar”. Sob essa pressão, os irmãos acataram a ordem.

Cometido o assassinato, contudo, embora tivessem sido instruídos a fugir e a não relatar o ocorrido, José e Benedito apresentaram-se à justiça, contrariando as ordens do Major Galdino. Em seus depoimentos, afirmaram ter cometido o homicídio não apenas pelos motivos mencionados, mas sobretudo em razão da dependência em que se encontravam do favor do Major para permanecer nas terras onde viviam.

A resistência, contudo, na maioria dos casos, não se mostrava efetiva, em virtude da profunda desigualdade de forças. Isso se devia ao fato de que a própria inexistência social dos dependentes locais lhes negava referências estáveis capazes de sustentar uma ruptura consequente com a ordem estabelecida.

¹⁸² Franco, *op.cit.*, p. 108-113.

¹⁸³ BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 07/1908.

Essa dinâmica pode ser observada, por exemplo, no próprio desenrolar do processo movido pelos irmãos Padilha contra o Major. Nele, a maior parte das testemunhas era composta por agregados do próprio Major, uma vez que o crime ocorrera no isolamento de sua fazenda. Em consequência, os depoimentos tenderam a contradizer a versão apresentada pelos irmãos Padilha, corroborando a narrativa de inocência sustentada por Major Galdino, que buscava transferir a culpa da morte de Chico Bodoró a José e Benedito Padilha. Isso se verificava especialmente quanto à origem das carabinas utilizadas no assassinato, uma vez que os agregados do Major declaravam que os armamentos pertenciam aos irmãos Padilha, apesar das alegações contrárias destes últimos.

Esse caso, no entanto, não constitui um episódio isolado. Outras situações semelhantes ocorreram na região, revelando como as tentativas de resistência dos dependentes eram frequentemente limitadas pelas próprias relações de dominação que estruturavam a sociedade local. Manifestando-se sob pressão social e relação de dependência, ela desestimulava o confronto direto com o agressor. Um exemplo disso pode ser observado em um caso ocorrido em 1904 que, embora tenha se convertido em processo judicial, revela os mecanismos pelos quais conflitos desse tipo podiam ser resolvidos no interior das próprias redes de poder locais.

O episódio refere-se a uma lesão corporal infligida por Vicente Ferreira Botelho contra José Pereira Gomes. Segundo consta no processo, José Pereira Gomes, juntamente com João Ameliano de Moraes e José Cândido Pereira Filho, haviam sido contratados por Vicente Ferreira Botelho para edificar uma casa. As condições oferecidas pelo contratante, no entanto, não correspondiam ao que havia sido prometido, pois a madeira necessária à construção encontrava-se cerca de oitocentos braças do local da obra, e não no próprio terreno. Vicente buscou obrigar José e os demais trabalhadores a transportar a madeira até o local, ao que se recusaram, alegando que tal tarefa não fazia parte do acordo estabelecido.¹⁸⁴

Irritado com a recusa, Vicente acabou desferindo um golpe de faca no braço de José Pereira Gomes. Após essa agressão, conforme relatado por José

¹⁸⁴ BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 03/1904.

Antonio Ramos, uma das testemunhas do processo, Vicente procurou um indivíduo conhecido como Major Thomé, buscando sua intervenção para encontrar uma solução que impedisse o prosseguimento do caso:

Ontem ao anoitecer em casa de negócio de Francisco Nogueira dos Santos nesta vila, viu Vicente botelho falando ao Major Thome que José Gomes lhe deu uma facada e que ele Vicente rebateu e deu uma facada em José Gomes que lhe ofendeu o braço e pediu ao Major Thomé que arranjasse a fim de dar em nada.¹⁸⁵

Ademais, um aspecto significativo desse processo criminal é o fato de que José Gomes inicialmente afirmou a José Ananias Júnior, uma das testemunhas, que nada havia ocorrido, alegando tratar-se apenas de uma brincadeira com Vicente Botelho que teria resultado no ferimento em seu braço. José Gomes só decidiu denunciar a agressão após ser aconselhado por José Antonio Ramos, também testemunha do caso, a dirigir-se à autoridade vestindo as mesmas roupas que usava no momento da agressão para registrar a queixa.

Esse aspecto do episódio sugere as dificuldades enfrentadas pelos dependentes para denunciar abusos cometidos por indivíduos de posição social superior. A reação inicial de José Gomes, ao minimizar a agressão, pode ser interpretada como expressão das pressões sociais que atravessavam essas relações, revelando os limites impostos pela própria condição de dependência e pela inexistência social desses indivíduos. Isso explica por que as manifestações de resistência, das quais temos notícias a partir dos processos, se limitavam ao plano individual, episódico e imediato.

Essa configuração social, que também sustentava a política local, parece ter influenciado a presença da vadiagem nos registros criminais da região. No período, em muitas localidades, a vadiagem se apresentava como uma prática recorrente, utilizada para disciplinar a população frente à desagregação do sistema escravista e à formação de um mercado de trabalho assalariado, conforme padrões modernos, lineares e capitalistas. Na região em questão, entretanto, tal fenômeno se manifestou de maneira significativamente menos intensa.

¹⁸⁵ BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 03/1904.

3.3. Vadiagem e seu recuo: uma hipótese sobre a dinâmica regional

A associação estigmatizante de determinados segmentos sociais destituídos à categoria de “vadio” remonta ao período colonial. No interior da formação da economia colonial, estruturada em torno do trabalho escravista, constituiu-se um contingente significativo de homens livres cujas possibilidades de inserção em funções estáveis mostravam-se bastante limitadas. Parte desses indivíduos acabava por se integrar, ainda que de forma subordinada, às redes de dependência vinculadas aos grandes proprietários. Outros, contudo, desenvolviam formas de existência marcadas pela mobilidade e pela não inserção na rígida e excludente divisão social do trabalho então vigente.¹⁸⁶

Esses últimos eram frequentemente designados como vadios. Eles foram, enquanto perdurou a ordem escravista, associados à improdutividade e à incapacidade de adaptação ao trabalho regular e disciplinado, constituindo, assim, uma categoria moralmente desqualificada no interior da sociedade colonial.¹⁸⁷

Com a desagregação do sistema escravista, a associação estigmatizante de determinados segmentos sociais à condição de vadio não apenas persistiu, como adquiriu novos contornos. A formação de um mercado de trabalho livre assalariado, impulsionada pela entrada de imigrantes e pela disponibilidade de uma ampla massa de trabalhadores expropriados material e culturalmente, resultou na continuidade da exclusão de parcela da população do sistema produtivo.¹⁸⁸

Essa parcela da população, não absorvida pelo mercado de trabalho formal, foi levada a recorrer a múltiplos expedientes para sobreviver. Essa situação deu origem a um amplo mercado de trabalho informal, organizado segundo um tempo assistemático e formas próprias de trabalho dos segmentos populares. A visão desqualificadora das elites, reconfigurada sob um padrão moderno, linear e capitalista, passou, no entanto, a conceber esses

¹⁸⁶ Kowarick, *op.cit.*, p. 29-30.

¹⁸⁷ Sobre isso, ver: MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1982.

¹⁸⁸ Kowarick, *op.cit.*, p. 80-82.

trabalhadores nacionais sob o estigma de vadios, reforçando sua marginalização e contribuindo para a reprodução dessa identificação.¹⁸⁹

Em ambos os períodos, a vadiagem foi frequentemente convertida em justificativa para ações de controle e coerção social. Ela era mobilizada não apenas para enquadrar indivíduos tidos como desordeiros, mas também para punir ou afastar desafetos políticos ou pessoais das elites dominantes. Assim, serviu para legitimar a vigilância, a punição ou a retirada de circulação de indivíduos considerados inconvenientes pelas autoridades locais e grandes proprietários.¹⁹⁰

No Sertão do Paranapanema, entretanto, a mobilização da vadiagem ao longo do final do século XIX e início do século XX, não se verificou da mesma forma. Tal diferença pode ser relacionada ao próprio modo de organização social da região, marcado pela dependência, que, ao mesmo tempo em que sustentava a política local, tendia a obscurecer as tensões e desigualdades existentes. Inseridos nessas relações, os indivíduos dificilmente se constituíam como socialmente autônomos, o que contribuía para que comportamentos desviantes fossem interpretados como falhas individuais, e não como indícios de conflitos estruturais.

Esse cenário pode ainda ser parcialmente compreendido à luz do contexto mais amplo de São Paulo. Conforme sugere Boris Fausto, em *Crime e cotidiano*, as condições sociopolíticas do meio rural de São Paulo de fins do século XIX e das primeiras décadas do século XX, não eram propícias à formação de grandes contingentes de desocupados percebidos como socialmente perigosos, capazes de engrossar movimentos de rebeldia contra o poder constituído. Do mesmo modo, não se configurava uma pressão econômica sistemática voltada à regulação da oferta de mão de obra, dada a ausência de escassez significativa de trabalhadores. Nessas circunstâncias, os chamados vadios eram concebidos mais como um incômodo social do que como uma ameaça efetiva à ordem pública, sendo frequentemente confundidos com delinquentes. Tal enquadramento contribuía para que a vadiagem fosse interpretada como um

¹⁸⁹ Moura, *op.cit.*, p. 28-30.

¹⁹⁰ Moura, *op.cit.*, p. 184-185.

desvio de conduta individual, e não como expressão de condições sociais mais amplas.¹⁹¹

Em consonância com esse quadro, entre o primeiro processo criminal, em 1883, e a intensificação da influência da malha ferroviária a partir de 1909, registra-se na região apenas um caso envolvendo a vadiagem. Esse único processo criminal trata-se de um simples episódio de gatunagem cometido por Augusto José de Oliveira, embora enquadrado sob a rubrica de vadiagem.¹⁹²

Acusado de não exercer profissão, ofício ou qualquer atividade lícita que lhe garantisse meios de subsistência, além de não possuir domicílio fixo e não ser conhecido pelos moradores da localidade, Augusto, com cerca de 20 anos, natural de Espírito Santo do Pinhal, havia chegado recentemente à região, onde passou a furtar objetos em diferentes vilas, entre eles calça, camisa, paletó e ferramentas como cordas, lampião e argolas. Em seu depoimento, declarou estar residindo havia apenas dois meses em Salto Grande do Paranapanema, para onde viera por meio da estrada de ferro Noroeste.

Conforme sugere o processo, Augusto encontrava-se à margem das redes de dependência que estruturavam a sociabilidade local. Isso se verifica, por exemplo, no testemunho de Nicolau de Mayo Sobrinho, que afirmou o seguinte, sendo que outras testemunhas prestaram declarações semelhantes:

[...] que pelo que sabe o acusado presente não exerce profissão nenhuma nem tem meio de ganhar a sua vida, visto não procurar trabalho para si, que em dias desta semana estara em seu quintal e de lá retirará, isto é, de dentro de uma casinha construída no mesmo quintal, uma caixa de banana, um abacaxi, um facão velho, uma garrafa de vinho e uma garrafa de pimenta curtida, que ignora ter o acusado domicílio certo em que habite, e também segundo lhe parece o mesmo não tem profissão e não trabalha para pessoa alguma nesta cidade.

O enquadramento de um episódio de gatunagem como vadiagem evidência, nesse sentido, o descompasso entre a prática registrada e sua classificação jurídica. Nessa condição, situar-se fora dos vínculos que organizavam a vida social parece ter contribuído para sua percepção como um

¹⁹¹ FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 42-43.

¹⁹² BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 02/1909.

elemento estranho e potencialmente desestabilizador da ordem local, favorecendo seu enquadramento como vadio.

Nesse sentido, embora haja casos pontuais de indivíduos declarados nos processos criminais como não afeitos ao trabalho, seus comportamentos desviantes eram frequentemente interpretados como questões de ordem individual, e não como um problema social passível de enquadramento jurídico. A vadiagem, portanto, não se constituiu como categoria social reconhecida e problematizada coletivamente e nem assumiu na região a mesma preponderância observada em outras localidades do período, especialmente nas grandes cidades, onde se verificaram amplos processos sociais, com destaque para o deslocamento de ex-escravizados provenientes do campo e para a ocupação dos melhores postos de trabalho pela leva de imigrantes.¹⁹³

No plano mais amplo, contudo, a associação entre a população negra e comportamentos como o ócio, a violência e a permissividade sexual encontrava-se profundamente enraizada na consciência social, em grande medida como desdobramento das tensões geradas pela desagregação do sistema escravista.¹⁹⁴ Nesse sentido, embora na região não se identifique um uso recorrente da categoria de vadiagem articulado à população negra nos processos criminais, esse imaginário se fazia presente, como sugere, por exemplo, um caso envolvendo um ex-escravizado local.

3.4. Resistência negra no Sertão: Caso Manoel João

Desde o início da colonização, o caráter mercantil do empreendimento colonial, centrado na exportação, conferiu centralidade ao trabalho escravo na organização econômica. Voltada à produção de gêneros destinados ao mercado externo, a economia colonial estruturou-se em torno da exploração sistemática do trabalho escravizado. Nesse sentido, a reprodução do sistema escravista estruturou a sociedade colonial, condicionando as formas de produção e as hierarquias sociais.¹⁹⁵

¹⁹³ Fausto, *op.cit.*, p. 42.

¹⁹⁴ Fausto, *op.cit.*, p.55.

¹⁹⁵ FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado: Quatro ensaios sobre o "poder institucional"*. São Paulo, editora globo, 2010, p. 33.

Mesmo após a emancipação política do Brasil em relação a Portugal, o sistema escravista continuou a estruturar a sociedade. No entanto, ao longo do século XIX, transformações associadas à expansão do capitalismo, às pressões internacionais e à progressiva reconfiguração das relações de labor em torno do trabalho livre e assalariado passaram a tensionar suas bases. Articuladas às resistências protagonizadas pelos escravizados, essas mudanças contribuíram para a desagregação do sistema escravista.¹⁹⁶

A população negra, contudo, longe de se encontrar plenamente integrada à nova ordem social, acabou enfrentando fortes processos de exclusão dentro desse novo cenário. Como observa Clóvis Moura, embora tivesse constituído a base da força de trabalho nacional e desempenhado papel central no sistema escravista, os negros foram progressivamente relegados a uma franja marginal da sociedade, sendo frequentemente representados como incapazes de se ajustar às exigências do trabalho assalariado.¹⁹⁷

Tal exclusão esteve profundamente relacionada ao preconceito de cor, que, funcionando como marcador social, conferia aos negros uma posição subalterna. Esse preconceito articulava-se às novas concepções sociais em torno do trabalho e aos discursos científicos difundidos na virada do século, responsáveis por associar os negros a uma suposta inferioridade racial.¹⁹⁸

Nesse contexto, a construção de sentidos próprios para a liberdade pela população negra acabou contribuindo para aprofundar os processos de exclusão que recaíam sobre esse grupo. Marcados pelo estigma negativo associado ao trabalho durante a escravidão, muitos passaram a orientar suas vidas por práticas de subsistência e por formas de organização do trabalho distintas daquelas imaginadas e impostas pelas classes dominantes, baseadas em um modelo de trabalho rigidamente disciplinado.¹⁹⁹

À luz dessas novas expectativas em torno do trabalho disciplinado, tais práticas passaram a ser frequentemente interpretadas como sinais de

¹⁹⁶ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 5 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.359-360. Sobre a resistência negra, ver: Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: companhia das Letras, 1990, p. 359-360.

¹⁹⁷ MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora perspectiva, 1988, p. 125.

¹⁹⁸ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. 2ªed. São Paulo: Annablume, 2004, p. 52-53

¹⁹⁹ WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. *Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível*. In: Novais, Fernando A. *História da vida privada no Brasil 3: República - Da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 52-53.

indolência, desordem ou incapacidade de adaptação às exigências do trabalho livre.²⁰⁰ Essas representações contribuíram para a construção de novas formas de marginalização, agora jurídicas e morais, frequentemente associadas à noção de vadiagem.²⁰¹

Assim, a população negra foi estigmatizada e a desigualdade racial persistiu. Apesar da aparência de uma ordem social democrática, a sociedade de classes nascente preservou, em grande medida, a essência das hierarquias do antigo regime.²⁰² Como resultado, a população negra foi relegada a uma condição marcada pela precariedade e pela limitada disponibilidade de recursos para enfrentar essa situação.²⁰³

No sertão do Paranapanema, a estigmatização da população negra se manifestava de forma mais velada. Tal fenômeno, contudo, não se restringia ao contexto local. Como observa Hebe Mattos em *Das cores do silêncio*, após a abolição as referências à cor tornaram-se menos frequentes nos registros documentais, na medida em que o fim do estatuto jurídico da escravidão esvaziou a função dessas classificações, e o silêncio sobre a cor passou a se associar simbolicamente à própria condição de liberdade. Ainda assim, a menção à cor continuava a aparecer em situações específicas, geralmente associada a posições de subordinação social, revelando a persistência de classificações que remetiam ao antigo status de escravizado.²⁰⁴

Nesse sentido, na região do Sertão do Paranapanema, a menção à cor surgia sobretudo na linguagem e nos modos de tratar os indivíduos, funcionando como um marcador social no pós-abolição. Esses sinais sutis revelam a persistência de mentalidades herdadas do período escravista, que continuavam a reforçar desigualdades raciais e sociais na localidade. Tal dinâmica pode ser observada em um episódio ocorrido em outubro de 1888, envolvendo um ex-escravizado na região, ainda muito próximo à abolição, evidenciando, além

²⁰⁰ Kowarick, *Op.cit.*, p. 111-113.

²⁰¹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012, p. 16).

²⁰² FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ed. Globo, 2008, p. 305.

²⁰³ LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados de liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, v. 6, n. 11, jul.-dez. p. 289-326, 2005, p. 308.

²⁰⁴ Mattos, Hebe Maria, *op.cit.*, p. 104-105.

disso, como esses indivíduos atribuíram sentido à sua liberdade dentro das condições que lhes eram impostas.

Esse processo tratava de um caso de homicídio cometido por Manoel João, um ex-escravizado de aproximadamente oitenta anos, contra Valentim, em agosto de 1888.²⁰⁵ O episódio ocorreu na casa de Cândido Rodrigues Quebra, onde acontecia uma reunião festiva marcada por música, bebida e sociabilidade entre moradores locais. Entre os presentes estava Manoel João, filho do ex-escravizado João e ele próprio antigo cativo de Vicente Severino, um sertanejo local.

Em determinado momento da noite, Manoel João, embriagado, dormia no paiol quando foi despertado por Clementina, retratada superficialmente no processo apenas como uma crioula, que o chamava para ir embora. Recusando-se a sair, Manoel reagiu com insultos e ameaças, chamando Clementina de “negra da diaba” e avançando contra ela com uma faca. Os demais presentes na reunião, que jogavam no terreiro, tentaram intervir diante das provocações e ameaças, dizendo neste momento “Esse negro não atende a ninguém? Botem o cacete nele!”.

No meio da confusão, um dos presentes, Valentim, aproximou-se e, em meio ao tumulto, e teria dado tapas e empurrões em Manoel, exigindo que largasse a faca. Manoel, por sua vez, reagiu desferindo dois golpes fatais, um no peito e outro na testa, que acabaram matando Valentim. Cerca de um quarto de hora após o ocorrido, ao tomar conhecimento da morte, Manoel demonstrou satisfação e chegou a pedir para ver o cadáver, afirmando que queria sapatear sobre o corpo da vítima e dizendo que há muito tempo desejava matá-lo. Segundo a testemunha Luis Fernando de Abreu, essa reação estaria ligada a uma raiva nutrida por Manoel contra Valentim, pois, em um mutirão anterior ao evento, Valentim teria mandado que ele “carregasse um pote”, informação que o próprio Manoel declarou ao depoente no momento do ocorrido, afirmando que “matou porque tinha raiva de Valentim, pois ele havia mandado carregar um pote num mutirão de Antonio José, e pediu o cadáver para pisa-lo”

A reação de Manoel João, considerando sua condição de homem livre, pode ser interpretada como uma tentativa de afirmar a própria liberdade

²⁰⁵ BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 01/1888.

conquistada com o fim da escravidão. Em um contexto marcado pela desagregação do sistema escravista e pela redefinição das relações sociais no pós-abolição, a autonomia constituía um elemento central na experiência da liberdade para a população negra.²⁰⁶ Assim, a atitude de Manoel pode ser compreendida como uma reação à tentativa de submetê-lo a uma ordem que evocava práticas de mando associadas ao cativeiro.

Além disso, o processo permite observar, a partir das reações das pessoas presentes na confraternização, que muitos elementos da experiência do sistema escravista ainda persistiam no pós-abolição. Como pontua Florestan Fernandes, mesmo após o fim da escravidão, conservaram-se na sociedade brasileira estruturas herdadas do passado que, em diferentes níveis da convivência social, tendiam a reconstruir aspectos do antigo regime. Nesse contexto, o indivíduo negro continuava frequentemente associado a uma posição subalterna, distante da condição de cidadão pleno.²⁰⁷

Nesse sentido, o uso da designação “negro” na expressão “Esse negro não atende a ninguém? Botem o cacete nele!” manifesta a permanência de formas de tratamento racial que reproduziam representações de *status* e papéis sociais associados à identidade racial do indivíduo. A frase explicita, portanto, a expectativa de comportamento diante da insubordinação de Manoel João, que mesmo quando lhe ordenado para que parasse recusava a ordem. A evocação da violência corporal, dentro desse contexto, surge como instrumento de controle, retomando práticas características do contexto escravista.

Para além desse episódio, o uso da palavra “negro”, bem como “preto”, aparece em diversas outras ocasiões nos processos criminais, revelando um padrão recorrente de identificação dos indivíduos. Enquanto pessoas não negras eram mencionadas apenas pelo nome, sobrenome ou ocupação, os afrodescendentes surgiam frequentemente acompanhados de uma marcação racial ou, em alguns casos, de referências aos seus antigos proprietários. Assim, nos processos, eles eram identificados por termos que combinavam o nome ou outra referência com a indicação da cor, como, por exemplo: “Os ex-

²⁰⁶ Sobre a afirmação da liberdade e da autonomia pela população negra no contexto da desagregação do sistema escravista, ver: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ªed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, especialmente a quarta parte, “Nós tudo hoje é cidadão”.

²⁰⁷ Florestan, *op.cit.*, p. 269-270.

escravizados da de José Antonio Franco, Pedro Franco e Alexandre José Franco”, “Casal de pretos”, “Negro Pedro”, “Um preto de nome Pedro”, “Um crioulo, da qual ignora o nome”, “O preto João Baptista” e “O preto Miguel”.²⁰⁸

A branquitude, nesse sentido, surgia como um padrão implícito, enquanto a negritude precisava ser explicitamente nomeada. Como pontua Achille Mbembe, em *A crítica da razão negra* essa distinção é resultado de uma construção histórica produzida pelo pensamento europeu, que buscou naturalizar e universalizar a branquitude por meio da reprodução e disseminação de um conjunto de dispositivos teológicos, culturais, políticos, econômicos e institucionais. Assim, embora a cor branca aparecesse ocasionalmente nos registros, sobretudo em autos de lesões corporais, essa informação era registrada com maior frequência quando se tratava de pessoas negras ou mestiças, indicando que tais características fenotípicas eram consideradas socialmente relevantes²⁰⁹

A cor funcionava, portanto, como um qualificador do indivíduo, distinguindo-o do padrão implícito da comunidade. Desse modo, mesmo no contexto de uma ordem pós-abolição, isto é, entre pessoas juridicamente livres, a cor continuava a operar como um marcador social significativo reativando a hierarquia e lembrando simbolicamente qual o lugar social de determinado indivíduo, no maior dos casos como desqualificação. A linguagem constantemente reafirmava as fronteiras sociais.

O processo envolvendo Manoel João permite ainda perceber o temor de insurreições escravas que marcou os momentos finais da escravidão. Tal percepção torna-se ainda mais significativa pelo fato de o episódio ter ocorrido apenas cerca de três meses após a abolição, em agosto de 1888, em um contexto ainda bastante sensível às transformações trazidas pelo fim do regime escravista.

Como destaca Célia Maria Marinho de Azevedo, nas últimas décadas do regime escravista disseminou-se entre as elites brasileiras o receio de que o

²⁰⁸ Os termos citados foram extraídos dos seguintes processos criminais da Comarca de Campos Novos do Paranapanema: BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 04/1890; BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 06/1890; BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 07/1893; BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 04/1894; BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 05/1897.

²⁰⁹ MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014, p. 84-87

enfraquecimento da autoridade senhorial pudesse abrir espaço para levantes de cativos. Esse medo era alimentado tanto pela progressiva erosão dos mecanismos tradicionais de disciplina quanto pelas transformações provocadas pelo intenso tráfico interprovincial de escravizados após a proibição do tráfico atlântico, processo que alterou o equilíbrio das relações sociais nas regiões escravistas e manteve viva a lembrança de experiências como a Revolução Haitiana.²¹⁰

No processo envolvendo Manoel João, essa questão aparece também na apelação apresentada após o desenrolar da ação. O recurso foi interposto em razão de irregularidades identificadas na documentação do processo, que, segundo a defesa, teriam comprometido o julgamento. Contudo, para além da contestação dessas falhas formais, os advogados também mobilizaram um argumento de ordem moral, destacando que Manoel João, já no final da vida e após cinquenta e seis anos de escravidão, estaria sendo novamente submetido a uma forma de cativeiro.²¹¹

O tribunal, entretanto, rejeitou esses argumentos apresentados pela defesa. Conforme registrado no processo, o juiz responsável pelo caso advertiu que a aceitação desse tipo de justificativa poderia produzir efeitos sociais problemáticos:

[...] se pelo fato de ter sido escravo tem o direito de ser absolvido, mal da sociedade, porque seria abrir uma válvula ameaçadora por onde os 13 de maio saíram em magotes, para fazerem tropelias e praticarem bárbaros crimes.

Essa situação vivenciada pela população negra revela a reprodução de formas de discriminação que contribuíam para a manutenção da desigualdade racial na região. Para além dessas hierarquias raciais, contudo, inserir-se nas redes de hierarquias pessoais desempenharam papel fundamental na experiência dos homens e mulheres que se tornaram livres ao longo do século XIX. Como destaca Hebe Mattos, no pós-abolição as relações de trabalho dos libertos não eram mediadas apenas pelo mercado, mas também por laços pessoais e familiares.²¹² Nesse sentido, o acesso ao trabalho e à terra pela

²¹⁰ Azevedo, *op.cit.*, p. 60; 97.

²¹¹ BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 01/1888.

²¹² Mattos, *Op.cit.*, p. 326.

população negra da região, assim como pelo restante da população, encontrava-se igualmente condicionado às redes locais de sociabilidade.

Assim, na região do sertão do Paranapanema, inserir-se, ou mesmo reinserir-se, nas redes locais de dependência significava a possibilidade de permanência na região e de acesso a uma roça de subsistência, garantindo, em última instância, a própria sobrevivência. Isso implicava, muitas vezes, tornar-se dependente de um grande proprietário local e, por vezes, recorrer à violência como meio de vida.

Esse era, por exemplo, o caso de Roque José da Silva, capanga do coronel Francisco Sanches de Figueiredo. Amador Nogueira Cobra o descreve como “um preto, o mais dedicado e, por isso, o mais terrível capanga ao serviço da situação, temido de quantos caíam no desagrado desta”.²¹³ Tal caracterização é corroborada por testemunhos presentes no processo criminal de 1906, já mencionado no capítulo 2, em que foi réu, nas disputas envolvendo as heranças de José Theodoro de Souza, que o identificam como o capanga mais conhecido do coronel Francisco Sanches, e também o descreve como ex-escravizado de um proprietário local chamado Custódio Calixto.²¹⁴

Assim, no contexto do sertão do Paranapanema, marcado por disputas fundiárias e desavenças pessoais, as possibilidades abertas aos ex-escravizados não se restringiam apenas ao trabalho nas lavouras. Embora as fontes não permitam identificar com precisão os caminhos seguidos por essa população, é possível supor que as formas de viver a liberdade foram diversas, incluindo a inserção em atividades socialmente estigmatizadas, como a atuação como capanga. Nesses casos, a violência deixava de ser apenas um recurso ocasional e podia configurar-se também como um meio de vida. No caso de Roque, por exemplo, ela aparecia como parte de um ofício vinculado às hierarquias locais de poder, evidenciando a presença da população afrodescendente em diferentes esferas da vida social da região.

Nessa dependência que se constitui, as relações forjadas no interior da ordem escravista parecem ter continuado a marcar as formas de sociabilidade locais. No mesmo processo, Roque José da Silva declarou, em sua defesa, que

²¹³ COBRA, Amador Nogueira. Em um recanto do sertão paulista. São Paulo: typ Hennies Irmãos, 1923, p. 183-184.

²¹⁴ BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 02/1906.

não foi quem praticou o crime, pois sua educação se opõe a prática do crime, pois foi criado e educado em casa de Custódio Calixto, não como um escravo, e sim como filho, razão pela qual não seria capaz de praticar a violência de que era acusado. Ao recorrer a esse argumento, Roque José da Silva evidencia como elementos da ideologia escravista, sobretudo o paternalismo, permaneciam operando nas formas de relacionamento entre os indivíduos no contexto local pós-abolição.²¹⁵

Assim, as experiências vividas pela população negra na região no pós-abolição foram marcadas tanto por gestos de negação da antiga ordem escravista quanto pela mobilização de elementos dessa mesma ordem em benefício próprio. Enquanto, no caso de Manoel João, a recusa à submissão diante de uma ordem pode ser interpretada como uma afirmação de sua condição de homem livre, no caso de Roque José da Silva a evocação da educação recebida de seu antigo senhor revela o recurso à linguagem paternalista como estratégia de defesa.

Inseridos na rede de dependência, conforme anteriormente explicitado, essa população negra também dispunha de limitados meios sociais e políticos para articular uma transformação coletiva duradoura. Nesse cenário, em que a contestação da ordem se encontrava limitada, a canalização das tensões sociais da região e a busca por sentido encontraram vazão nos movimentos messiânicos.

3.5. Entre terra e o céu: a resistência messiânica

O messianismo manifestou-se em diferentes momentos históricos e em distintos contextos sociais, assumindo formas variadas conforme as condições específicas em que emergiram. Apesar dessa diversidade de contextos e expressões, tais movimentos tendem a compartilhar algumas características fundamentais, que permitem compreendê-los e agrupá-los como um fenômeno de natureza semelhante.²¹⁶

²¹⁵ BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 02/1906.

²¹⁶ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo: Dominus editora, 1965, p. 20.

Entre elas, destaca-se a presença de um líder extraordinário, de concepções místicas, frequentemente considerado portador de poderes sobrenaturais e dotado de forte carisma. Outra característica fundamental do movimento messiânico é o anúncio, por parte deste líder, de uma transformação radical da ordem existente. Percebida como imperfeita pelos próprios adeptos do movimento, tal ordem seria substituída, sob a liderança do messias e com a adesão de seus seguidores, por uma nova ordem marcada pela justiça e pela felicidade.²¹⁷

Nesse sentido, os movimentos messiânicos não se restringem a uma dimensão estritamente mística. Articulam, antes, as tensões sociopolíticas vividas por determinados grupos sociais com uma interpretação religiosa que lhes confere sentido e legitimidade. A partir dela, os adeptos buscam transformar experiências concretas de crise e desorganização social em expectativas coletivas de redenção e renovação da ordem social.²¹⁸

Esses movimentos, no entanto, não ocorrem em qualquer tipo de sociedade. Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, são característicos, em essência, de sociedades estruturadas sobretudo com base em relações de parentesco. Por essa razão, tendem a não se manifestar em sociedades organizadas prioritariamente por sistemas econômicos.²¹⁹

Os movimentos messiânicos, portanto, surgem em estruturas sociais organizadas sobretudo a partir de relações de parentesco e atravessadas por processos de desorganização ou crise da ordem tradicional. Nesse sentido, apresentam-se como reações voltadas à reforma ou transformação da vida social em sociedades estruturadas segundo laços de parentesco.²²⁰

No Brasil, ao longo da história, diversas foram as manifestações de movimentos messiânicos. Nesses casos, a própria formação da sociedade brasileira, marcada pela presença de diferentes grupos étnicos, implicou a influência de costumes variados. Assim, nos movimentos messiânicos brasileiros conservaram-se determinadas cerimônias e ritos, ou ainda se incorporaram

²¹⁷ *Ibidem*, p. 126-127.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 128.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 130.

²²⁰ *Ibidem*, p. 131-132.

práticas que lhes conferiram características particulares em seu desenvolvimento.²²¹

Essas manifestações no Brasil, ocorreram sobretudo entre populações indígenas e entre a população rústica do meio rural. Em virtude das condições sociais em que tais movimentos se verificaram, bem como das dificuldades de comunicação com as regiões em que geralmente surgiam, no entanto, muitos deles acabaram não sendo registrados ou permaneceram pouco documentados.²²² Ainda assim, alguns episódios se tornaram amplamente conhecidos, como a Guerra de Canudos, no interior da Bahia, o movimento no Juazeiro do Norte liderado por Padre Cícero e a Guerra do Contestado, no sul do país.²²³

O sertão do Paranapanema constitui um desses espaços em que, em razão do isolamento e da precariedade das comunicações, diversos acontecimentos não chegaram a ser amplamente registrados. Entre eles, apesar da escassez de informações disponíveis, identifica-se a ocorrência de um movimento messiânico, ainda que de existência breve.

O movimento messiânico que emergiu na região parece estar estreitamente ligado à estrutura coronelista e às relações de clientelismo que marcaram a organização social local, aspectos analisados ao longo desta dissertação. Como pontua José de Souza Martins em *Os camponeses e a política no Brasil*, o messianismo pode ser compreendido como um fenômeno mais amplo, constituindo uma forma de resistência política e social no interior da estrutura de poder que predominava em amplas regiões do Brasil rural.²²⁴ Nesse sentido, o movimento messiânico que surgiu na região pode ser interpretado como uma busca por justiça em um contexto marcado por opressões, desigualdades sociais e pela exploração exercida pelos grupos dominantes sobre a população local.

²²¹ *Ibidem*, p. 139.

²²² *Ibidem*, p. 194-195.

²²³ Sobre estes movimentos messiânicos brasileiros, ver: CUNHA, E. *Os sertões*. São Paulo: Ubu Editora, 2016; LIRA NETO, José Carlos. *Padre Cícero: poder, fé e guerra no Sertão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. *Belo Monte: uma história da Guerra de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular, 2004; MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

²²⁴ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Editora Vozes, Petrópolis, 1981, p. 53.

Essa dominação, contudo, como pontuado anteriormente no início deste capítulo, produzia uma condição de inexistência social do homem pobre. Tal circunstância lhe negava referências estáveis capazes de sustentar uma ruptura consequente com a ordem estabelecida. Assim, as formas de resistência a essa dominação se manifestavam, em grande medida, de maneira isolada e episódica, raramente se convertendo em ações coletivas duradouras.²²⁵

Autores como José Murilo de Carvalho, José de Souza Martins e Maria de Lourdes Janotti, ao analisarem as relações sociais no campo e o fenômeno do coronelismo, apontam que, diante dessa situação, movimentos de caráter místico ou violento, como o messianismo e o cangaço, surgiram como formas possíveis de protesto social coletivo.²²⁶ Nesse sentido, embora as contestações raramente se convertessem em projetos coletivos duradouros de transformação social na região, elas parecem ter encontrado vazão através do movimento messiânico.

Na região, no entanto, a contestação não se dirigia diretamente às figuras de poder da região. Antes de se configurar como uma forma explícita de resistência aos coronéis ou às redes de dominação pessoal que sustentavam a ordem local, a crítica parecia voltar-se contra uma instância mais ampla: a própria República.

Essa oposição, contudo, não indica uma dissociação entre a ordem republicana e as estruturas de poderes locais. A República emergiu como uma expressão mais ampla da ordem social responsável pelas injustiças e desigualdades vivenciadas por esses grupos no cotidiano.

Como observa José de Souza Martins, diversos movimentos messiânicos no Brasil manifestaram uma oposição objetiva à ordem republicana e ao domínio dos coronéis, estruturando visões de mundo e formas de organização que colocavam em questão as bases sociais e políticas do coronelismo. Em muitos casos, esses movimentos recorreram, segundo o autor, simbolicamente à ideia de monarquia como contraponto ao sistema republicano, não como uma defesa

²²⁵ FRANCO, *op.cit.*, p.108-113.

²²⁶ CARVALHO, J. M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, v.40, n.2, 1997, s/n; JANOTTI, Maria de Lourdes M., *O coronelismo: uma política de compromissos*. 6ª ed. São Paulo: editora brasiliense, 1987, p.60-61; Martins, *op.cit.*, p. 53-62.

da monarquia da Casa de Bragança, mas como a expressão de um ideal religioso e igualitário de justiça social.²²⁷

Nesse sentido, a oposição à República parece ter funcionado, em grande medida, como um deslocamento da crítica às condições concretas que estruturavam a ordem local, dirigindo-se antes às instâncias governamentais mais amplas. Essas manifestações surgiam tanto nas relações cotidianas quanto em veículos jornalísticos da região, que frequentemente apontavam o atraso sob o qual a região se encontrava, sem, contudo, identificar explicitamente o sistema coronelista que o produzia.

Essas críticas se verificam, por exemplo, em uma seção do jornal local, *Campos Novos*, de 20 de junho de 1909. Nela, o atraso e o isolamento da região são atribuídos, em um primeiro momento, à ausência de instrução pública, entendida como elemento central do progresso material e moral, mas também à falta de investimentos e melhoramentos por parte do poder público:

É por demais doloroso o que se passa atualmente em Campos Novos. A única escola que funcionava aqui se fechou, dispersando as crianças que ali receberiam as primeiras luzes do saber! As vezes nos inclinamos a crer que esta terra está fatalmente relegada ao olvido que ainda não está definitivamente riscadas dos mapas do Estado aquelas feias palavras com que até há pouco se assinalava esta zona "terrenos desconhecidos" E temos motivos justos para assim pensar. Todas as cidades do Estado, num afã de progredir, têm sido favorecidos pelo governo. Ora é uma ponte que se estende por sobre um rio, ora é uma rama férreo que se prolonga: dali a pouco é um edifício público que se levanta, escolas que se criam, águas e esgotos, melhoramentos de todo o gênero, indispensáveis ao homem civilizado. De tudo isso nada sobra para Campos Novos, que podemos comparar a uma criança enjeitada, que morre à mingua de calor materno. Dentre todas as necessidades mais urgentes desta zona necessidades de ordem moral, a difusão de escolas na sede da comarca pelas diversas povoações espalhadas por todo o Município, cuja população já é considerável e o número de escola insignificante, agravada essa situação com a retirada do distinto professor João Cunha, que tantos serviços prestavam a Campos Novos. Abandonar um povo aos azares da ignorância é um crime! Já vão longe, felizmente, os tempos em que os governantes-reis mantinham seus súditos na santa ignorância para melhor dominá-los, para mais facilmente tê-los curvados ao jugo de um poderoso despótico. Não! A orientação moderna é outra, bem outra. Instruir para progredir.

A notícia prossegue em tom crítico, tensionando o próprio ideal republicano ao sugerir que um regime que se pretende democrático não poderia

²²⁷ Martins, *op.cit.*, p. 57.

se sustentar sobre uma população majoritariamente ignorante. Nesse sentido, a República é apresentada não como um ideal rejeitado, mas como um projeto cuja realização dependeria necessariamente da difusão da instrução pública:

Uma nação composta de cidadãos atrasados nunca conseguirá galgar uma posição condigna a par das outras nações. Se esta afirmação é verdadeira para todas as nacionalidades, o é sobre maneira para aquelas que querem viver sob o regime democrático. República é o governo do povo pelo povo: mas se esse mesmo povo é ignorante poderão dar o nome que quiserem a esse governo menos a alevantada denominação República. Como pode um cidadão gozar da liberdade que a lei lhe garante. Desconhecendo crassamente, muçulmanamente os mais mezinhos direitos e deveres que lhe competem? e como conhecer esses direitos e deveres se não por meio do livro, por meio da palavra falada e escrita? Ai viajante que percorre os Estados unidos da América do Norte, surpreende o progresso espantoso que aquela nação realizou em qualquer aspecto que a consideremos. Foi nas escolas que se lançou a semente que produziu essa grandeza que já tocou às raias do assombro. Ali o maior consolo que pode experimentar um norte-americano, quando a morte se aproxima, é legar uma porção de dólares para o fim de criar e manter institutos de ensino primário e secundário, casas de caridade por todo o País. Os brasileiros não só não praticamos esses rasgos de filantropia, como também os poucos estabelecimentos de instrução que possuímos estão situados nas grandes cidades, onde o ensino se torna inacessível as populações das localidades remotas. Não há igualdade na distribuição. Daí uma diferença enorme entre o cabedal científico que a classe dos letrados possuem e a ignorância quase completa das massas que constituem o povo, vulgarmente chamado Zé Povo. E no entanto, o saber não é privilégio de ninguém. É urgente cuidarem os campo-novenses, filhos do lugar e adventícios, de alevantar o nível intelectual desta terra. As crianças de Campos Novos são inteligentes: não permitir que as trevas da ignorância escureçam essas inteligências promissoras, é um dever sagrado.²²⁸

A emergência da República neste contexto, como uma expressão mais ampla da ordem social responsável pelas condições adversas vivenciadas no cotidiano parece estar vinculada à forma como ela se apresentava concretamente para a população local. No plano das relações cotidianas, a República parece ter sido mobilizada como justificativa para as práticas que agravavam as condições de vida desses grupos, sendo utilizada, por exemplo, para legitimar abusos de poder.

Isso se verifica, por exemplo, em um episódio ocorrido no ano de 1890.²²⁹ Nele, o termo República foi invocado para legitimar abusos de autoridade. Nesse caso, Domingos Ursaia, primeiro suplente do juiz municipal, acompanhado de

²²⁸ Jornal Campos Novos. Campos Novos do Paranapanema, São Paulo, 20 jun. 1909.

²²⁹ BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 07/1890.

José Júlio de Santa, escrivão de órfãos, teria supostamente invadido uma residência no local denominado Veado durante as diligências de um inventário, consumindo diversas galinhas e milho do local. Durante o ato, esses funcionários públicos teriam proferido, em tom alterado e ameaçador, a frase “É por ordem da República”, utilizando-a como justificativa para o ato, conforme registrado nos depoimentos do processo criminal.

O tribunal repudiou o ocorrido, considerando-o uma violação da confiança pública depositada nas autoridades locais, utilizada de forma ilegítima e desonrosa. Ainda assim, a natureza desse episódio parece sugerir que o recurso à República para justificar práticas abusivas não era necessariamente isolado. Empregada dessa maneira no cotidiano das relações de poder, a República acabava assim, muito provavelmente, sendo associada, no imaginário da população local, às arbitrariedades e constrangimentos que marcavam sua experiência de subordinação. Diante de situações como essa, os moradores da região parecem ter atribuído à República uma conotação negativa, identificando-a como expressão das penúrias e abusos vivenciados no contexto da dominação cotidiana.

Essa situação parece ter levado, por exemplo, a um episódio de revolta protagonizado por um lavrador no ano de 1893.²³⁰ Tratou-se de um caso em que José Ferreira Bello, trabalhador rural, em estado alterado, armado de garrucha e navalha, em plena rua dirigiu palavras obscenas e ofensivas. Conforme descrito no processo como “palavras que a gíria grosseira da rua sabe dizê-las”, tais ofensas foram dirigidas contra a República, tendo José declarado inclusive que pegaria em armas contra ela.

Naquela ocasião, José ainda injuriou e afrontou as autoridades locais, como a Guarda Civil, a polícia e outros representantes do poder. Ele chegou ainda a afirmar, em tom provocativo, que fumaria um charuto da farda do alferes José André e um cigarro com outro objeto da mesma farda, cujo termo não pôde ser claramente identificado no processo.

Longe de ser compreendida como promessa de direitos, a República parece, portanto, representar, antes, a própria consciência das condições adversas que marcavam a experiência sertaneja no sertão do Paranapanema. A

²³⁰ BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 04/1893.

expressão mais aguda desse descontentamento culminou na manifestação de um movimento messiânico em 1892, que abalou a estabilidade social e política da região. Embora se tratasse de um movimento religioso, ele não se restringia a essa dimensão, configurando-se também como uma forma de crítica social e como uma recusa da ordem que produzia e reproduzia as adversidades vividas por essa população.

Esse movimento foi liderado por uma figura conhecida como Frei Manuel, cujo nome verdadeiro seria, segundo diferentes versões, Joaquim Cathirina ou Francisco Izabel. Supostamente nascido no norte do Brasil, ele não correspondia, segundo Amador Cobra, “ao estereótipo de frade”, uma vez que se vestia de maneira civil e seria, na realidade, um desertor da Armada ou do Exército. Ao que tudo indica, portanto, ele não apresentava a aparência típica associada aos frades, marcada por sinais exteriores de religiosidade, como o hábito ou uma aparência austera.²³¹

A adesão popular ao movimento, por sua vez, explicava-se, em grande medida, pelas supostas habilidades de Frei Manuel para curar doentes e pela prática de “fechar o corpo”.²³² A prática, muito provavelmente associada a tradições afro-brasileiras, tornaria os indivíduos imunes à morte, a ferimentos e a doenças. O frade chegava a declarar que, em virtude da sua habilidade, caso fosse alvejado, o chumbo cairia ao chão ou retornaria ao atirador já sem forças. Para demonstrar tais poderes, inclusive, realizava exposições públicas nas quais passava uma navalha afiada contra o próprio corpo, alegando que o instrumento não lhe causava ferimento.²³³

Demonstrando e difundindo tais habilidades, Frei Manuel chegou às proximidades de Campos Novos do Paranapanema já seguido por cerca de mil e seiscentas pessoas provenientes de Piraju, Salto Grande e outras localidades, inclusive do Paraná, que haviam sido cativadas por suas práticas.²³⁴ Sua chegada foi sentida tanto pela classe dirigente local, que percebia nessa mobilização uma ameaça à ordem estabelecida, sobretudo porque o movimento

²³¹ Cobra, *op. cit.*, p. 113.

²³² SILVEIRA, Valdomiro. *No sertão. O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 12 set. 1906. Disponível em: < <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19060912-10142-nac-0001-999-1-not> >. Acesso em 8 ago. 2025.

²³³ Cobra, *op. cit.*, p. 113.

²³⁴ Cobra, *op. cit.*, p. 108.

chegou a ocupar fazendas da região, quanto pelos sertanejos, muitos dos quais se tornaram adeptos do líder religioso, a ponto de abandonarem suas plantações de cereais, conforme descreveu Bruno Giovannetti a partir dos relatos recolhidos sobre o episódio:

Os agricultores abandonavam os campos para seguir o Monge nas longas procissões. Ninguém cuidava mais em fazer plantações e, a vida, ficou profundamente perturbada. Roças sem queimar, terras sem plantar: o horizonte da zona Camponovense, apresentava sinais de tristeza e de fome. Foi um ano de crise espantosa. A lenda do fantástico homem ultrapassava os limites da antiga Vila de Campos Novos, e espalhava-se em Salto Grande, Platina, Conceição de Monte Alegre, até aos últimos moradores de Anhumas e Jaguairetê. Os fanáticos cresciam em número, como os cogumelos depois da chuva! A Fazenda Manoel José transformou-se numa verdadeira Meca. Numerosas pessoas, vindas dos mais longínquos recantos do sertão rodeavam o rancho onde se ouvia um ruído de festa, o som da viola e o ruído dos pandeiros mineiros.²³⁵

A gravidade da situação teve ampla repercussão, tanto no âmbito local quanto no nacional. Tal repercussão, inclusive, chegou a mobilizar o 7º Batalhão da Capital para restabelecer a ordem conforme noticiado pelo jornal *Correio Paulistano*, em 26 de maio de 1892:

Segue hoje para o interior deste Estado, com destino a S. Pedro do Turvo, parte do 7º batalhão que se acha aquartelado nesta capital, a fim de ali restabelecer a ordem perturbada por um pseudo missionário que, explorando a religião, tem fanatizado cerca de quinhentas pessoas. Consta que esse missionário não passa de um cigano disfarçado em capuchinho e que tem cometido os mais abomináveis crimes naquela localidade. O 7º batalhão parte para S. Pedro do Turvo por ordem expedida por telegrama pelo sr. ministro da guerra.²³⁶

O movimento, no entanto, foi breve e se encerrou antes mesmo da chegada do batalhão, tendo durado cerca de um ano, quando terminou com a perseguição dos adeptos locais e a morte do líder messiânico, alvejado por disparo de arma de fogo. Ainda assim, segundo Amador Nogueira Cobra ainda continuou a existir uma família que esperava a volta do Frei Manoel:

Ainda existe no sertão uma família, que conhecemos, cujos membros esperam a volta de Frei Manoel para se vingar dos assassinos, esperança essa que alimentam e delia damos testemunho, para

²³⁵ GIOVANETTI, Bruno. Esboço histórico da Alta Sorocabana. São Paulo: Imprensa gráfica da Revista dos Tribunais, 1943, p. 79.

²³⁶ Correio Paulista. São Paulo, 1892, p. 1.

mostrarmos a semente que deixou ali Francisco Izabel, “O Fecha Corpo”.²³⁷

O movimento messiânico que se manifestou na região constituiu, portanto, uma expressão da busca por justiça e liberdade em um contexto marcado por opressões e exploração exercidas pelos grupos dominantes. Sua emergência relaciona-se também ao fato de se tratar de uma sociedade estruturada por laços de pertencimento familiar e social, característica comum aos ambientes rurais nos quais esse tipo de mobilização encontrava terreno propício. Nesse sentido, o movimento representou uma forma de dar vazão ao descontentamento sociopolítico existente, que encontrou na liderança carismática de Frei Manuel um ponto de convergência e expressão por meio da religião.

Os trabalhadores do Sertão do Paranapanema, no limiar entre os séculos XIX e XX, por conseguinte, encontravam-se inseridos em uma ordem social profundamente marcada pela dependência. Entre terras e senhores, sujeitos às desigualdades e restrições dessa hierarquia, procuravam reagir às condições que lhes eram impostas dentro das margens historicamente disponíveis. Essa atuação revelava-se por meio de conflitos, negociações diárias e estratégias discretas de adaptação, que, em certos casos, tensionavam ou ampliavam os limites impostos para além do domínio terreno. Essas experiências evidenciam a complexidade das práticas sociais dos trabalhadores em um contexto em transformação, ainda fortemente moldado por padrões históricos de concentração e dominação.

²³⁷ Cobra, *op.cit.*, p. 114.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou compreender como se configuravam as relações de trabalho na região do Sertão do Paranapanema, atentando para as dinâmicas e formas de organização local ao longo do período analisado. A análise seriada e qualitativa dos 121 processos criminais da Comarca de Campos Novos do Paranapanema configurou-se como uma via privilegiada de acesso à compreensão dessas relações, possibilitando apreender suas formas de organização na localidade.

As conclusões, contudo, não foram alcançadas sem dificuldades. As mediações próprias da linguagem jurídica e das formas de registro dificultaram a identificação precisa das posições ocupadas pelos indivíduos nessas relações, tornando-as, em muitos casos, apenas parcialmente acessíveis à análise. Ainda assim, a análise combinada das fontes documentais, especialmente obras memorialísticas e relatos de viajantes, permitiu, em determinados casos, reconstruir com maior precisão essas posições. A partir desse cruzamento, foi possível não apenas compreender situações específicas, mas também identificar, com a devida cautela, padrões mais gerais das relações de dependência constituídas na localidade.

A partir da leitura das fontes, foi possível também identificar as formas pelas quais os indivíduos reagiam às condições que lhes eram impostas. Desse modo, os objetivos da pesquisa, voltados à compreensão das dinâmicas das relações de trabalho no Sertão do Paranapanema, foram alcançados de maneira satisfatória.

A partir desses resultados, torna-se possível detalhar, com maior precisão, a dinâmica local na qual os trabalhadores estavam inseridos, marcada por relações de dependência, desigualdades e limitações de acesso aos meios de reprodução material. Embora o século XIX tenha promovido transformações significativas em diferentes âmbitos, como a desagregação do sistema escravista, a expansão da fronteira agrícola e a reorganização das relações de trabalho sob o modelo assalariado, tais mudanças não romperam com o padrão estrutural vigente desde o início da colonização. No Sertão do Paranapanema, verificou-se, sob novas formas, a permanência da concentração fundiária, das desigualdades dela decorrentes e das relações sociais por ela engendradas.

A dinâmica coronelista verificada na localidade analisada expressa a continuidade dessas desigualdades na estrutura agrária. Longe de representar uma ruptura, o coronelismo atualizou e redefiniu práticas de mando já presentes no período anterior, baseadas no controle da terra e na subordinação de amplos contingentes da população. A sua reconfiguração na República, por meio dos chamados “coronéis”, reforçou relações assimétricas e perpetuou padrões de dominação que remontavam ao mandonismo tradicional.

Como a dinâmica coronelista, a expropriação das populações indígenas constituiu uma prática que se prolongou no tempo, sendo continuamente atualizada no interior das transformações que marcaram a região. Diretamente atingida pela dinâmica de expansão verificada na região e pela consolidação de um modelo agrário concentrador, a expropriação de suas terras implicou não apenas a perda de territórios tradicionalmente ocupados, mas também a desestruturação de suas formas de vida.

Em muitos casos, esses grupos foram submetidos a diferentes formas de exploração do trabalho, que incluíam desde a coerção direta até mecanismos mais indiretos de sujeição, constituindo, assim como outros trabalhadores, parte fundamental da força de trabalho responsável pela ocupação e pela construção do sertão. Desse modo, a constituição da estrutura agrária regional esteve profundamente articulada à expropriação das populações indígenas, cujas experiências foram marcadas pela violência, pelo deslocamento e pela subordinação.

Quanto às formas de reação, verificou-se que os trabalhadores não se limitaram a uma posição passiva. Ao contrário, encontraram diferentes maneiras de expressar seu descontentamento, dentro das possibilidades historicamente disponíveis, seja por meio de conflitos abertos, negociações cotidianas ou práticas mais sutis de resistência. Essas manifestações, ainda que nem sempre estruturadas ou contínuas, revelam a existência de tensões no interior dessas relações e indicam que a dependência não eliminava a capacidade de ação desses indivíduos, mas antes a condicionava e moldava suas formas de atuação.

No caso da população negra, contudo, essas experiências foram atravessadas pela questão da cor. Mesmo no contexto pós-abolição, a cor continuou a operar como um marcador social relevante, incidindo tanto sobre as formas de inserção desses indivíduos quanto sobre as possibilidades de ação

que lhes estavam disponíveis. Desse modo, além das limitações impostas pelas relações de dependência, a população negra enfrentou condicionantes específicos que tensionavam suas experiências e contribuíam para a configuração de trajetórias marcadas por desigualdades persistentes. Nesse contexto, esses indivíduos buscaram, à sua maneira, atribuir sentido à própria liberdade, construindo práticas, expectativas e formas de ação que expressavam suas experiências e aspirações no interior da ordem social vigente no Sertão do Paranapanema, como evidenciam os casos de Manoel João e Roque José da Silva.

No Sertão do Paranapanema, a busca por sentido por parte desses diversos segmentos de trabalhadores assumiu também uma dimensão religiosa. Inseridos em uma ordem social marcada por desigualdades persistentes e limitações estruturais, encontraram, no plano extraterreno, uma possibilidade de dar vazão às suas angústias e expectativas. Manifestando-se em experiências de caráter messiânico, essas práticas não apenas ofereciam uma promessa de salvação, mas também projetavam a possibilidade de transformação da ordem vigente, funcionando como formas de ressignificação da própria vivência e de enfrentamento simbólico das condições que os constrangiam.

A análise da região possibilitou, desse modo, evidenciar as relações de dependência nas quais os indivíduos se encontravam inseridos, situados entre a terra e os senhores. Tais condições, marcadas por desigualdades e limitações no acesso aos meios de reprodução material, não impediram a ação desses sujeitos, que encontraram, no interior das possibilidades historicamente disponíveis, formas diversas de reação, expressas tanto em conflitos e negociações cotidianas quanto, em alguns casos, em experiências de caráter religioso.

A experiência no Sertão do Paranapanema revela, portanto, a complexidade das vivências dos trabalhadores no interior de uma ordem social em transformação, entre o final do século XIX e o início do XX. As formas de sociabilidade ali observadas, no entanto, permaneciam profundamente ancoradas em padrões históricos anteriores de concentração e dominação. Assim, a permanência dessas estruturas evidencia a coexistência entre mudança e continuidade, delimitando, ao mesmo tempo, as condições de existência e os horizontes de ação desses sujeitos.

Os resultados obtidos, portanto, sugerem aproximações significativas com processos observados em outras regiões de fronteira agrícola no período. As dinâmicas sociais e as relações de trabalho identificados revelam processos que extrapolam a realidade local e dialogam com processos mais amplos de ocupação e incorporação de novas áreas à economia.

Ainda assim, a pesquisa evidenciou elementos que parecem conferir contornos particulares à experiência regional. A questão da vadiagem, por exemplo, apresentou características que nem sempre correspondem às interpretações mais recorrentes na historiografia. Esses elementos parecem surgir assim, a necessidade de análises mais aprofundadas acerca das formas de controle social e mobilização da mão de obra no Sertão do Paranapanema.

A pesquisa, não esgota as possibilidades de análise sobre a região, que permanecem abertas a investigações futuras. As restrições impostas pelo tempo do mestrado, bem como aquelas relativas ao próprio conjunto documental, indicam a necessidade de aprofundamento da temática. A duração de dois anos, inerente a esse tipo de formação, impõe limites à exploração exaustiva tanto das fontes quanto das problemáticas mobilizadas, especialmente diante da existência de outros conjuntos documentais ainda não plenamente investigados.

Entre as possibilidades de pesquisa que permanecem em aberto, destacam-se os estudos sobre as manifestações religiosas e messiânicas na região. O tema revelou-se relevante ao longo da investigação e foi abordado pontualmente nesta dissertação, mas não pôde ser explorado de maneira sistemática nos limites deste trabalho. Sua análise mais aprofundada mostra-se particularmente promissora, sobretudo em razão da ausência de estudos historiográficos dedicados a esse fenômeno regional.

Esta pesquisa, portanto, soma-se a um conjunto ainda limitado de estudos sobre o Sertão do Paranapanema, lançando luz sobre aspectos pouco explorados da dinâmica regional e contribuindo para o desenvolvimento desse campo. Nesse sentido, integra um esforço mais amplo, ainda em construção, de compreensão histórica da região, que demanda novas investigações capazes de aprofundar e ampliar as questões aqui levantadas.

REFERÊNCIAS

Documentos manuscritos

BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 01/1888.

BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 02/1889.

BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 04/1890.

BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 06/1890.

BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 07/1890.

BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 01/1891.

BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 04/1893.

BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 06/1893.

BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 07/1893.

BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 04/1894.

BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 02/1896.

BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 06/1896.

BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 05/1897.

BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 05/1900.

BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 03/1904.

BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 02/1906.

BRASIL, Comarca de Campos Novos do Paranapanema. Processo criminal nº 02/1909.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento geral do Brasil de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

Impressos periódicos

A Voz do Povo (Campos Novos do Paranapanema, 1910). Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP) Dra. Anna Maria Martinez Corrêa – Universidade Estadual Paulista (FCL-Assis).

Campos Novos (Campos Novos do Paranapanema, 1909). Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP) Dra. Anna Maria Martinez Corrêa – Universidade Estadual Paulista (FCL-Assis).

Correio Paulistano (SP, 1892). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_05&pagfis.=1.

O Estado de S. Paulo (SP, 1906). Acervo *Estadão*.. Disponível em:
<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19060912-10142-nac-0001-999-1-not>.

Obras memorialísticas

COBRA, Amador Nogueira. *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo: Tipografia Hennies Irmãos, 1923.

GIANNASI, João Chrysostomo. *Histórias que vivi...e outras que me contaram*. Maringá, 2003.

GIOVANNETTI, Bruno. *Esboço histórico da Alta Sorocabana*. São Paulo: Imprensa gráfica da Revista dos Tribunais, 1943.

LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Genealogia paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1903-1905. v. 6.

Relatórios oficiais

KRUG, Edmundo. As margens do Paranapanema: excursão realizada no anno de 1905. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 23, p. 367-461, 1925.

KRUG, Edmundo. Os índios das margens do Paranapanema. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 21, p. 317-347, 1924.

MOURA, Gentil. *Relatório da exploração do rio do Peixe*. Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo. 2. ed.. São Paulo: Tipologia Brasil de Rothschild & Cia, 1913.

SAMPAIO, Theodoro. *Considerações geográficas e econômicas sobre o Vale do Rio Paranapanema*. Boletim da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia King, 1890.

SCHMIDT, Cornélio. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904: notas etnográficas do Prof. Herbet Baldus e apontamentos históricos do Dr. Edgard Lacerda de Andrade. Prefácio de Carlos Borges Schmidt. *Anais do Museu Paulista*, Tomo XV. São Paulo: Museu Paulista, 1961.

Referência bibliográfica

ABREU, Dióres Santos. Os medeiros: uma família pioneira na ocupação do sertão do Paranapanem. *Ciência e Cultura*, v.31, n.8, p.860-867, 1979.
Disponível em: <
<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003069&pagfis=27637>>

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul. 1ªed. São Paulo: companhia das letras, 2000.

ALMEIDA, Luiz Castanho de (pseud. Monsenhor Aluísio de Almeida). O Vale do Paranapanema. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 245, p. 235–278, out./dez. 1959.

ANDRADE, Pedro Paulo de. Vale do Paranapanema: ocupação, especulação, devastação: 1890-1944. *Patrimônio e Memória*. V.2, n.1, p.101-119, 2006.
ARRUDA, Jobson de Andrade. Decadência ou Crise do Império Luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, p. 66-78, junho/agosto 2000.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda negra Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX. 2ªed. São Paulo: Annablume, 2004.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da História Paulista*; São Paulo: Humanitas, 1999.

CANABRAVA, Alice P. Os contratos de trabalho e os índios em São Paulo, 1853. *Revista do Museu Paulista*, v. IV, pp. 433-438, 1950.

CANDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

CANDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CANO, Wilson e LUNA, Francisco Vidal. A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. *Cadernos IFCH-UNICAMP*. Campinas, SP, (10): 1-14, out. 1983.

CARVALHO, J. M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, v.40, n.2, 1997.

CARVALHO, J. M. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. Rio de Janeiro: editora FGV, Faperj, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2a ed. Campinas (SP): editora da Unicamp, 2001.

CHIACHIRI FILHO, José. *Do sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto (SP), Ribeira gráfica e Editora, 1986.

COHEN, I. S. Thomas Davatz revisitado: reflexões sobre a imigração germânica no século XIX. *Revista de História*, [S. l.], n.144, p.181-211, 2001. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i144p181-211. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18914>. Acesso em: 15 jan. 2024

CORRÊA, Anna Maria Martinez. *Poder local e representatividade político-partidária no Vale do Paranapanema*. Tese (Livre-docência – História da América) – Instituto de Letras, História e Psicologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 1988.

CORRÊA, Mariza. *Morte em Família*: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COSTA, Emílio Viotti da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. 5ªed. São Paulo: editora brasiliense, 1987.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Legislação Indigenista no século XIX: uma compilação*: 1808-1889. Colaboração de Mara Manzoni Luz, Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *A propriedade da terra no Vale do Paranapanema*: a Fazenda Taquaral (1850-1910). 1987. Tese (Doutorado em

História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *Terras e Índios: a propriedade da terra no Vale do Paranapanema*. São Paulo: editora Arte & Ciência, 2003.

DONATO, Hernani. *Achegas para a história de Botucatu*. 3ªed. Botucatu, SP: Prefeitura Municipal de Botucatu, 1985.

DORNELLES, Soraia Sales. *A questão indígena e o Império: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

DORNELLES, Soraia Sales. Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial: reflexões a partir da província paulista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 79, 2018.

DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo: Editora Nacional, 1939.

EISENBERG, Peter Eisenberg. Homens esquecidos: Escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1989.

FANTIN, Elisangela Piva. Memória em retalhos: Bruno Giovannetti entre o profissional e o intelectual (1917-1955). 2009. 179 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2009.

FAUSTO, Boris. Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: editora brasiliense, 1984.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. V.1. Porto Alegre: Globo, 1958.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 4ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

FERNANDES, Florestan. Circuito fechado: Quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo, editora globo, 2010.

FITTIPALDI, Fernando Cilento (coord.). Os 120 anos de criação da Comissão Geográfica e Geológica: 1886–2006. São Paulo: Instituto Geológico, 2006.

GAGLIARDI, José Mauro. O indígena e a República. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

GIAVARA, Eduardo. *Viagem ao desconhecido: o olhar científico nas fronteiras do oeste paulista (1886–1905)*. 2007. 178 f. Tese (Doutorado em História) –

Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2007.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2016.

GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial*, Volume II: 1831 – 1870. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2009

BOCCARA, Guillaume. “Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial”. *Revista Tempo*, v. 12, n. 23, p. 56-72, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 2ªed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 68–89, 1993.

JANOTTI, Maria de Lourdes M., *O coronelismo*: uma política de compromissos. 6ª ed. São Paulo: editora brasiliense, 1987.

KOWARICK, Lucio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: editora Brasiliense, 1987.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. O trabalho sob contrato: a lei de 1879. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 101-124, mar./ago. 1986.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre*: a lei de locação e serviços de 1879. Campinas, SP: Papirus, 1988.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil. 2ª ed. São Paulo: editora Alfa-Omega, 1975.

LEITE, Mario. *Paulistas e mineiros*: plantadores de cidades. São Paulo: Edart, 1961.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados de liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, v. 6, n. 11, jul.-dez. p. 289-326, 2005.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História territorial do Brasil*: sesmarias e terras devolutas. 4ªed. São Paulo: Secretária do Estado de Cultura, 1990.

LINDEN, Marcel van der, Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, 2005

- LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- LIRA NETO, José Carlos. *Padre Cícero: poder, fé e guerra no Sertão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MAACK, Reinhard. Geografia física do Estado do Paraná. 4ª ed. Ponta Grossa: editora UEPG, 2017.
- MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. *Belo Monte: uma história da Guerra de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Editora Vozes, Petrópolis, 1981.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. Editora Contexto, São Paulo, 2009.
- MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. 9ª ed. São Paulo: editora contexto, 2010.
- MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 181-209, jan./abr. 1983.
- MARTINS, Roberto Borges. *Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM; ABPHE, 2018.
- MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3ªed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MBEMBE, Achille. A crítica da razão negra. Lisboa: Antígona, 2014.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1982.
- MENDES, Felipe Landim Ribeiro. Ibicaba revistado outra vez: espaço, escravidão e trabalho livre no oeste paulista. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: v.25, n.1, p.301-357, jan-abril, 2007.
- MOMBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.
- MONSMA, Karl Martin. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFScar, 2021.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: companhia das Letras, 1994.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Biografia de uma revoltada: Ercília Nogueira Cobra. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 58, p. 89-104, ago. 1986.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo público do Rio de Janeiro, 1998.

MOTTA, Márcia Menendes. Direito à terra no Brasil: A gestação do conflito. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2012

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Editora perspectiva, 1988.

MOURA, Denise Soares de. *Saindo das sombras: Homens livres no declínio do escravismo*. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1998.

NOELLI, Francisco Silva; MOTA, Lúcio tadeu. Índios, jesuítas, bandeirantes e espanhóis no Guairá nos séculos XVI e XVII. *Revista Geolnotas*, V.3, nº3. Jul/set, 1999.

NOVAIS, Fernando A. Colonização e Sistema Colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. Anais do IV Simpósio dos Professores Universitários de História: Colonização e Migração. São Paulo: Universidade de São Paulo, p, 243-268, 1969.

NOVAIS, Fernando A (coord.). *História da vida privada no Brasil 3: República - Da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PICCINATO, Dirceu; SALGADO, Ivone. Conflitos políticos e articulações sociais: a história dos limites entre São Paulo e Minas Gerais na formação do território nordeste paulista – 1720 a 1935. *Paranoá*, Brasília, n.13, p. 9-16, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. 2ªed. São Paulo: editora brasiliense, 1979.

PENÇO, Célia de Carvalho Ferreira. *A evaporação das terras devolutas no Vale do Paranapanema*. 1980. Tese (doutorado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus editora, 1965.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira (da Colônia à Primeira República) São Paulo: Publicação do instituto de estudos brasileiros, 1969.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. As ferrovias de São Paulo 1870-1940. São Paulo: editora Hucitec, 1981.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai*: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: paz e terra, 1990.

SANTOS Fº, Lycurgo de Castro. Assis na Alta Sorocabana: um instantâneo de seus pioneiros. Campinas, 1994.

SILVA, Lúcia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio*: efeitos da Lei de 1850. Ampinas, SP: editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. *Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro pós-abolição (1888-1926)*. São Paulo: Humanitas, 2006.

SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 18, n. 3, 1988.

ZARTH, Paulo Afonso. A importância dos arquivos no poder judiciário para a pesquisa histórica in *Revista História Social*. Campinas: Unicamp, n.21, p. 13-25, 2011.

ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1990.